

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONSUP Nº 07/2020



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Sul-rio-grandense

ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO NA ELABORAÇÃO DO PDI

Reitor: Flávio Luis Barbosa Nunes

Pró-reitora de Administração e de Planejamento: Daniela Volz Lopes

Pró-reitor de Ensino: Rodrigo Nascimento da Silva

Pró-reitora de Extensão: Gisela Loureiro Duarte

Pró-reitor de Gestão de Pessoas: Nilo André Pozza Rodrigues

Pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Vinicius Martins

Diretora de Desenvolvimento Institucional: Ana Paula Nogueira e Silva

Diretor Executivo da Reitoria: Júlio César Costa da Costa

Diretor de Projetos e Obras: Carlos Francisco Oliveira Plá (até 14/04/2019) e Michel Formentin de Oliveira (a partir de 15/04/2019)

Diretor de Assuntos Internacionais: César Augusto Azevedo Nogueira

DIRETORES DOS CÂMPUS

Câmpus Avançado Jaguarão: Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal (até 30/12/2019) e Magda Santos dos Santos (a partir de 31/12/2019)

Câmpus Avançado Novo Hamburgo: Rodelito Lopes de Andrade

Câmpus Bagé: Giulia D'Ávila Vieira

Câmpus Camaquã: Tales Emilio Costa Amorim

Câmpus Charqueadas: Jeferson Fernando de Souza Wolff

Câmpus Gravataí: Marco Antônio da Silva Vaz

Câmpus Lajeado: Cláudia Redecker Schwabe

Câmpus Passo Fundo: Alexandre Pitol Boeira

Câmpus Pelotas: Carlos Jesus Anghinoni Correa

Câmpus Pelotas-Visconde da Graça: Álvaro Luiz Carvalho Nebel

Câmpus Santana do Livramento: Celso Silva Gonçalves

Câmpus Sapiranga: Fernando Rodrigues Montes D'Oca

Câmpus Sapucaia do Sul: Mack Leo Pedroso

Câmpus Venâncio Aires: Cristian Oliveira da Conceição

COMISSÕES

COMISSÃO CENTRAL

Álvaro Luiz Carvalho Nebel
Ana Paula Nogueira e Silva
Antônio Carlos de Madalena Genz
Deomar Villagra Neto
Diego Feldmann Borba
Gabriele Lais Mandler
Janaina Pacheco Jaeger
Jeferson Fernando de Souza Wolff
Jonatas Rosa da Silva
José Ricardo Vieira Nogueira
Mara Cristina Caipú Mendes
Tales Emilio Costa Amorim
Vivian Anghinoni Cardoso Correa

COMISSÃO OPERACIONAL

Éverson Sampaio Barros
Greice Rosane Gomes
Mônica Zanol Remde
Simoni Kruger

COMISSÕES TEMÁTICAS

Perfil Institucional e Planejamento Estratégico

Ana Paula Nogueira e Silva
Cléber Vargas Islabão
Fabio Roberto Moraes Lemes
Flávia Katrein da Costa
Israel Nunes Fernandes
Lenira Mesquita Xavier
Marlise Sozio Vitcel
Priscila Mendes Pereira
Ricardo Neves Cabral

Atendimento aos Discentes

César Augusto Azevedo Nogueira
Cristiano Linck
Josiara Pereira Affonso
Miguel Ângelo Pereira Dinis
Mônica Nunes Neves
Olavo Antonio de Almeida Pereira
Rafael Madruga
Veridiana Krolow Bosenbecker

Plano de Oferta de Vagas e de Cursos

Aline Jaime Leal
Ana Paula Nogueira e Silva
Diego Abich
Miguel Felberg
Osni da Costa Rodrigues
Rafael Krolow Santos Silva
Vinicius Martins

Infraestrutura

Camila Rodrigues Quaresma Martins
Celso Henrique Garcia Vieira
Daniel Ricardo Arsand
Davison Guimarães Sopena
Juliano Lisboa Gruppelli
Marla Cristina da Silva Sopeña
Rafael Leitzke
Ricardo Rios Villas Boas
Rodrigo Nascimento da Silva
Valmir Cunha Canhada Junior
Vanessa Levati Biff

Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

Flávia Katrein da Costa
Maristani Gampert Spannenberg Formigheri
Mônica Zanol Remde
Tamara Francisca Baggio

COMISSÕES LOCAIS

Reitoria

Angelica Corvello Schwalbe
Antonio Carlos Barum Brod
Claus de Rosso Bolzan
Michel Formentin de Oliveira
Paulo Sérgio Gonçalves Silveira
Priscila Mendes Pereira

Câmpus Avançado Jaguarão

Claudia Anahi Aguilera Larrosa
Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal
João Gilberto Obelar Soares
Magda Santos dos Santos
Marcelo Felipe Saraiva Borba
Mariane Pereira Rocha
Paola Loureiro Rotter
Ricardo Neves Cabral
Roberta Gonçalves Crizel

Câmpus Avançado Novo Hamburgo

Daniele Gonçalves de Souza
Davi Fernandes Zimmermann
Edileide Lima de Oliveira
Marcus Eduardo Maciel Ribeiro
Mauro Castro Martin
Moisés Beck
Richard Silva Martins
Rocelito Lopes de Andrade
Vinícius Marcelo Raimundo Ermel

câmpus Bagé

Alexandre Oliveira Silva
Célio Ziotti
Diego de Carvalho Neves da Fontoura
Eduarda Munhoz Sifuentes
Eluenai de Almeida Porto
Fabrício da Silva Barboza
Giulia D'Ávila Vieira
Manoel Antonio Madruga da Silveira
Roberta Perez Carvalho
Samuel Rodrigues Felix
Tiago Wally Hartwig

Câmpus Camaquã

Caroline Raphaelli Medeiros
Diego Rodrigues Pereira
Elisângela Mota Pires
Guilherme Karsten Schirmer
Pâmela Espírito Santo Cardoso
Patrick Coelho Vieira
Ricardo Prediger
Solange Dias Lopes
Tales Emilio Costa Amorim

Câmpus Charqueadas

Alice da Cruz Busatto
Ana Gisele Ramos dos Santos
Edgardo Alfredo Herrera Cespedes
Jeferson Fernando de Souza Wolff
Lady Mauzolf Santos
Marcos Roberto Prietto Schvants
Melissa Araujo da Silva
Thiago Gabriel Franco Ramos

Câmpus Gravataí

Danielli Soares D'Ávila
Fabiana Grala Centeno
Fernanda Bueno Braga
Fernando Abrahão Afonso
Guilherme da Silva Aguiar
Júlia Ninggermann Faria
Marcelo Becker
Marco Antônio da Silva Vaz
Michele Lermen

Câmpus Lajeado

Amílcar Cardoso Vilaça de Freitas
Ana Paula Colares Flores Moraes
Augusto Altenhofen
Cláudia Redecker Schwabe
Júlia Favaretto
Malcus Cassiano Kuhn
Marcelo Paulo Ellwanger
Renato Hartwig Neuenfeld
William Junior Sperb

Câmpus Passo Fundo

Adriana Schleder
Alexandre Pitol Boeira
Daniel Gasparotto dos Santos
Élder Francisco Fontana Bernardi
Gabriel Gradaschi Heinz
Maria Carolina Fortes
Micheli Noetzold
Renato Ramalho
Samara Vendramin Pieta

Câmpus Pelotas

Alisson Luis Bach Ferreira
Carlos Jesus Anghinoni Correa
Darciele Menezes
Fabiane Konrad Rediess
Flávia Katrein da Costa
Janete Otte
Julio César Mesquita Ruzicki
Lupi Sheer dos Santos
Manuel Pederzoli Cavalheiro
Nara Eliane Pereira Leal
Rafael Krolow Santos Silva
Rubinei de Servi Ferraz

Câmpus Pelotas-Visconde da Graça

Álvaro Luiz Carvalho Nebel
Davi Dummer Cardoso Vergara
Elisane Dutra Lucas
Fábio Veleda Chiabotto Duarte
Luciano de Jesus da Costa Ribeiro
Marcos Antonio de Arrial
Maurício Lobo Giusti
Rosélia Souza de Oliveira
Tana Carolina Moura Medeiros

Câmpus Santana do Livramento

Ana Paula Vaz Albano
Celso Silva Gonçalves
Edwin Maciel Alves
Gabriel Santos Mesquita
Marcela Quinata Langone
Miguel Ângelo Pereira Dinis
Patrícia Soares Khairallah
Rodrigo de Oliveira Estela
Vera Lucia Salim da Fonseca

Câmpus Sapiranga

Amanda Cristina Pinheiro
Cristiano Linck
Diego Abich Rodrigues
Eduarda Sorgetz Alves
Fernanda Veleda Camacho
Fernando Rodrigues Montes D'oca
Laís Milena Rosa Corrêa
Leonardo Renner Koppe
Vanessa Levati Biff

Câmpus Sapucaia do Sul

Carlos Alexandre Wurzel
Carolina Soares da Silva
Fábio Roberto Moraes Lemes
Gabriela Frizon
Janaína Corneli
Mack Léo Pedroso
Marineiva Teresinha de Melo Manganeli
Sandro Azevedo Carvalho
Schirlei Gaelzer

Câmpus Venâncio Aires

Adelaide Marli Neis
Anderson Antonio de Araujo
Cristian Oliveira da Conceição
Danielle Schweichardt
Fernando Luis Herrmann
Gabriel Miranda Gusson
Gustavo de Oliveira de Antoni
José Rene Freitas Gassen
Tainá Schneider

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	18
1. Perfil Institucional	20
1.1 Finalidades e objetivos do IFSul	22
1.2 Diretrizes Institucionais	24
1.2.1 Missão	24
1.2.2 Visão	24
1.2.3 Valores	24
1.3 Histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	25
1.4 Os Câmpus do IFSul	28
1.4.1 Câmpus Avançado Jaguarão	29
1.4.2 Câmpus Avançado Novo Hamburgo	30
1.4.3 Câmpus Bagé	31
1.4.4 Câmpus Camaquã	32
1.4.5 Câmpus Charqueadas	33
1.4.6 Câmpus Gravataí	34
1.4.7 Câmpus Lajeado	35
1.4.8 Câmpus Passo Fundo	36
1.4.9 Câmpus Pelotas	37
1.4.10 Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	38
1.4.11 Câmpus Santana do Livramento	39
1.4.12 Câmpus Sapiranga	40
1.4.13 Câmpus Sapucaia do Sul	41
1.4.14 Câmpus Venâncio Aires	42

1.5 Abrangência e Áreas de atuação	43
1.5.1 Abrangência	43
1.5.2 Áreas de atuação acadêmica	43
2. Planejamento Estratégico	46
2.1 A construção do planejamento estratégico 2020-2024 do IFSul	47
2.1.1 Desenvolvimento da estratégia	48
2.1.2 Planejamento da estratégia	51
3. Projeto Pedagógico Institucional	59
3.1 Apresentação do Projeto Pedagógico Institucional	60
3.2 Currículo	62
3.2.1 Bases Legais do Currículo	62
3.2.2 A construção curricular	62
3.3 Avaliação	63
3.4 Políticas de Ensino	65
3.4.1 Políticas de ensino para educação básica	65
3.4.2 Políticas para o ensino superior de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa	67
3.4.3 Políticas de Ensino para Educação a Distância	69
3.4.4 Políticas de inclusão e emancipação	71
3.4.5 Participação dos discentes em atividade de monitoria e tutoria	74
3.5 Políticas de Pesquisa e Inovação	74
3.5.1 Participação discente	75
3.5.2 Participação do servidor	75
3.6 Política de Extensão	76
3.6.1 Extensão e Trabalho	76

3.6.2 Políticas para a Extensão na dimensão do Trabalho	77
3.6.3 Extensão e cultura	78
3.7 Relações entre Ensino, Pesquisa e Extensão	79
3.8 Participação Discente nos Órgãos Colegiados	79
4. Organização Didático-Pedagógica	80
4.1 Perfil de egressas e egressos	81
4.2 Seleção de conteúdos	81
4.3 Princípios metodológicos	81
4.4 Processo de avaliação	82
4.5 Prática profissional, atividades complementares e estágios	82
4.6 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares	82
4.7 Avanços tecnológicos	83
4.8 Flexibilidade e integralização de curso	83
5. Atendimento a Discentes	84
5.1 Formas de acesso	85
5.2 Apoio pedagógico	86
5.3 Estímulo à permanência e êxito estudantil	87
5.4 Assistência estudantil	87
5.5 Ações afirmativas, inclusivas e diversidade	89
5.6 Organização estudantil	90
5.6.1 Diretório Acadêmico	90
5.6.2 Grêmio Estudantil	91
5.6.3 Coletivos	92
5.7 Egressa e Egresso	92
5.8 Mobilidade acadêmica	93

6. Planejamento da oferta de vagas e de cursos	95
6.1 Diagnóstico da oferta de vagas no PDI 2014-2019	96
6.1.1 Oferta de vagas no PDI 2014-2019	96
6.2 Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos no PDI 2020-2024	98
6.2.1 Oferta de vagas e cursos no IFSul para o período 2020-2024	98
6.2.2 Evolução da oferta de cursos e vagas no IFSul para o período 2020-2024	113
6.2.3 Oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional no IFSul para o período 2020-2024	115
6.2.4 Oferta de cursos de pós-graduação no IFSul	116
6.2.5 Polos EaD do IFSul	117
7. Infraestrutura	119
7.1 Infraestrutura física do IFSul	120
7.1.1 Infraestrutura da reitoria	120
7.1.2 Infraestrutura do Câmpus Avançado Jaguarão	121
7.1.3 Infraestrutura do Câmpus Avançado Novo Hamburgo	121
7.1.4 Infraestrutura do Câmpus Bagé	122
7.1.5 Infraestrutura do Câmpus Camaquã	123
7.1.6 Infraestrutura do Câmpus Charqueadas	124
7.1.7 Infraestrutura do Câmpus Gravataí	125
7.1.8 Infraestrutura do Câmpus Lajeado	126
7.1.9 Infraestrutura do Câmpus Passo Fundo	127
7.1.10 Infraestrutura do Câmpus Pelotas	128
7.1.11 Infraestrutura do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	131
7.1.12 Infraestrutura do Câmpus Santana do Livramento	132
7.1.13 Infraestrutura do Câmpus Sapiranga	133
7.1.14 Infraestrutura do Câmpus Sapucaia do Sul	134

7.1.15 Infraestrutura do Câmpus Venâncio Aires	135
7.1.16 Polos de educação a distância	136
7.2 Bibliotecas	138
7.2.1 Sistema de Bibliotecas	138
7.2.2 Situação atual das bibliotecas	138
7.2.3 Situação desejável	146
7.2.4 Plano para as bibliotecas	152
 8. Gestão de pessoas	 154
8.1 Corpo docente	155
8.1.1 Requisitos de titulação	155
8.1.2 Experiência no magistério e experiência profissional não acadêmica	155
8.1.3 Seleção e admissão	155
8.1.4 Procedimentos para substituição eventual de professoras e professores do quadro: Professoras Substitutas e Professores Substitutos	156
8.1.5 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho	156
8.1.6 Tutoras e Tutores de educação a distância	158
8.2 Corpo técnico-administrativo	159
8.2.1 Seleção e admissão	159
8.2.2 Plano de carreira	159
8.2.3 Programa de capacitação	159
8.2.4 Programa de avaliação de desempenho	160
8.2.5 Programa de Dimensionamento das Necessidades de Pessoal	160
8.3 Expansão do quadro de servidoras e servidores para o período de vigência do PDI	162

9. Organização Administrativa	163
9.1 Estrutura organizacional	164
9.2 Órgãos colegiados	165
9.2.1 Órgão colegiados superiores	165
9.2.2 Órgãos colegiados acadêmicos	166
9.2.3 Comissões permanentes	167
9.2.4 Câmaras do IFSul	167
9.2.5 Comitês do IFSul	168
9.3 Políticas de gestão do IFSul	170
9.4 Governança, riscos e controles	171
9.5 Transparência e divulgação de informações	172
9.6 Sustentabilidade ambiental	173
9.7 Projeto de acervo acadêmico em meio digital	174
 10. Demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras	 176
 11. Avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	 182
11.1 Acompanhamento, avaliação e atualização do PDI	184
11.2 Monitoramento e Avaliação do Planejamento Estratégico	184
11.3 A Autoavaliação Institucional	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Oferta total de vagas no PDI 2014-2019	97
Tabela 2 – Previsão de oferta de vagas em cursos técnicos no período de 2020 a 2024	100
Tabela 3 – Previsão de oferta de vagas em cursos de graduação no período de 2020 a 2024	105
Tabela 4 – Previsão de oferta de vagas em cursos de pós-graduação no período de 2020 a 2024	107
Tabela 5 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos técnicos no período de 2020 a 2024	108
Tabela 6 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos de graduação no período de 2020 a 2024	110
Tabela 7 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos de pós-graduação no período de 2020 a 2024	111
Tabela 8 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos a distância no período de 2020 a 2024	112
Tabela 9 – Planejamento da oferta de vagas total no período 2020-2024.....	114
Tabela 10 – Infraestrutura do prédio da reitoria	120
Tabela 11 – Infraestrutura de subestação e gerador da reitoria	120
Tabela 12 – Infraestrutura para depósito de lixo da reitoria	120
Tabela 13 – Infraestrutura das edificações antigas na área da reitoria	120
Tabela 14 – Áreas totais da reitoria	121
Tabela 15 – Infraestrutura física do Câmpus Avançado Jaguarão	121
Tabela 16 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Avançado Jaguarão	121
Tabela 17 – Áreas totais do Câmpus Avançado Jaguarão	121
Tabela 18 – Infraestrutura física do Câmpus Avançado Novo Hamburgo	121
Tabela 19 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Avançado Novo Hamburgo	122
Tabela 20 – Áreas totais do Câmpus Avançado Novo Hamburgo	122
Tabela 21 – Infraestrutura física do Câmpus Bagé	122
Tabela 22 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Bagé	123
Tabela 23 – Áreas totais do Câmpus Bagé	123
Tabela 24 – Infraestrutura física do Câmpus Camaquã	123

Tabela 25 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Camaquã	124
Tabela 26 – Áreas totais do Câmpus Camaquã	124
Tabela 27 – Infraestrutura física do Câmpus Charqueadas	124
Tabela 28 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Charqueadas	125
Tabela 29 – Áreas totais do Câmpus Charqueadas	125
Tabela 30 – Infraestrutura física do Câmpus Gravataí	125
Tabela 31 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Gravataí	126
Tabela 32 – Áreas totais do Câmpus Gravataí	126
Tabela 33 – Infraestrutura física do Câmpus Lajeado	126
Tabela 34 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Lajeado	126
Tabela 35 – Áreas totais do Câmpus Lajeado	127
Tabela 36 – Infraestrutura física do Câmpus Passo Fundo	127
Tabela 37 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Passo Fundo	127
Tabela 38 – Áreas totais do Câmpus Passo Fundo	128
Tabela 39 – Infraestrutura física do Câmpus Pelotas	128
Tabela 40 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Pelotas	129
Tabela 41 – Áreas totais do Câmpus Pelotas	131
Tabela 42 – Infraestrutura física do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	131
Tabela 43 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	131
Tabela 44 – Áreas totais do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	132
Tabela 45 – Infraestrutura física do Câmpus Santana do Livramento	132
Tabela 46 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Santana do Livramento	133
Tabela 47 – Áreas totais do Câmpus Santana do Livramento	133
Tabela 48 – Infraestrutura física do Câmpus Saporanga	133
Tabela 49 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Saporanga	134
Tabela 50 – Áreas totais do Câmpus Saporanga	134

Tabela 51 – Infraestrutura física do Câmpus Sapucaia do Sul	134
Tabela 52 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Sapucaia do Sul	135
Tabela 53 – Áreas totais do Câmpus Sapucaia do Sul	135
Tabela 54 – Infraestrutura física do Câmpus Venâncio Aires	135
Tabela 55 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Venâncio Aires	136
Tabela 56 – Áreas totais do Câmpus Venâncio Aires	136
Tabela 57 – Quantitativo de força de trabalho nas bibliotecas do IFSul	139
Tabela 58 – Quantitativo total de empréstimos, renovações e devoluções realizados	141
Tabela 59 – Quantitativo de mobiliários das bibliotecas	142
Tabela 60 – Quantitativo de equipamentos das bibliotecas	142
Tabela 61 – Quantitativo atual de acervo das bibliotecas	144
Tabela 62 – Empenhos realizados (em R\$) para aquisição de acervo durante vigência do PDI 2014-2019	145
Tabela 63 – Previsão de pessoal para as bibliotecas	147
Tabela 64 – Corpo Docente do IFSul	156
Tabela 65 – Docentes ativas e Docentes ativos: distribuição por titulação	157
Tabela 66 – Professoras Substitutas e Professores Substitutos: distribuição por titulação	158
Tabela 67 – Corpo técnico-administrativo ativo: distribuição por classe	160
Tabela 68 – Corpo técnico-administrativo ativo: distribuição por titulação	161
Tabela 69 – Evolução histórica do orçamento do IFSul no período 2014-2019	179
Tabela 70 – Valores recebidos pelo IFSul por meio de descentralizações no período 2014-2019	180
Tabela 71 – Projeção dos recursos orçamentários que poderão ser aportados ao IFSul no período 2020-2024	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Regiões do estado do Rio Grande do Sul onde o IFSul está presente	43
Quadro 2 – Análise SWOT do IFSul	50
Quadro 3 – Temas estratégicos do PDI 2020-2024	53
Quadro 4 – Objetivos estratégicos do IFSul	54
Quadro 5 – Padronização das Informações para os Cursos Técnicos	98
Quadro 6 – Padronização das Informações para os Cursos Superiores de Graduação	99
Quadro 7 – Padronização das Informações para os Cursos Superiores de Pós-graduação	99
Quadro 8 – Polos EaD em funcionamento no IFSul em 2019	118
Quadro 9 – Serviços prestados pelas bibliotecas	140
Quadro 10 – Projeção de adequabilidade da infraestrutura das bibliotecas	148
Quadro 11 – Projeção de crescimento do acervo das bibliotecas	151
Quadro 12 – Ações para as bibliotecas do IFSul	152
Quadro 13 – Comissões permanentes do IFSul	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição das unidades do IFSul pelo estado	21
Figura 2 – Linha do tempo de evolução da instituição	27
Figura 3 – Matriz de Avaliação estratégica do IFSul	52
Figura 4 – Mapa estratégico do IFSul	57
Figura 5 – Orçamento total do IFSul no período 2014-2019	179
Figura 6 – Orçamento de investimento do IFSul no período 2014-2019	179
Figura 7 – Orçamento projetado para o IFSul no período 2020-2024	181

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que apresenta os compromissos do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) com a sociedade para um período de cinco anos. O PDI expressa a missão, os valores, as diretrizes pedagógicas que orientam as ações, a estrutura organizacional e as atividades acadêmicas a serem desenvolvidas pela instituição.

O Decreto nº 9.235 dispõe sobre a necessidade de elaboração e apresentação do PDI nos processos de avaliação institucional e de cursos, porém esse documento, mais do que uma exigência legal, é o norteador das atividades da instituição em relação ao seu processo de evolução e desenvolvimento frente aos seus objetivos e finalidades.

HISTÓRICO DO PDI NA INSTITUIÇÃO

Em 2005 foi construído o primeiro PDI pela instituição, à época Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) – composto pela Unidade Sede (Pelotas) e pela Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Sapucaia do Sul. A edição de nova legislação em 2006 fez com que a instituição elaborasse novo PDI, em consonância com o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Ressalta-se que esse PDI já trazia em sua concepção o estímulo à construção coletiva do documento, contando com a participação de todos os segmentos da comunidade.

A Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), estabeleceu que no prazo de 180 dias deveria ser elaborada e encaminhada ao Ministério da Educação (MEC) a proposta do PDI. O trabalho a época foi conduzido pela então Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI), em conjunto com os câmpus, por meio de comissões locais. Após a consolidação do documento, o mesmo foi aprovado pelo Conselho Superior (CON-SUP) do IFSul e encaminhado ao MEC, o qual teve vigência até 2014.

A construção do PDI 2014-2019 partiu de uma avaliação do PDI anterior, buscando identificar novas alternativas para que este documento se tornasse cada vez mais uma ferramenta de gestão. Conduzida de maneira participativa a partir do trabalho de comissões central e locais, a produção do documento buscou alinhar a autoavaliação institucional, o planejamento anual e o planejamento orçamentário. Destaca-se nesse processo a elaboração de um sistema de indicadores para acompanhamento das metas do PDI, o qual permitiu avaliar o índice de alcance das mesmas e ajustar a atuação da instituição por meio do planejamento anual, a fim de atingir os objetivos estabelecidos.

Ressalta-se que houve uma continuidade da participação ativa da comunidade na construção do planejamento institucional. As mudanças na estrutura organizacional por conta do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) fizeram com que a metodologia de participação evoluísse e fosse modificada ao longo dos anos de maneira a contemplar o pleno envolvimento da comunidade.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PDI 2020-2024 DO IFSUL

Em 2018 teve início a construção do PDI 2020-2024, com base na avaliação dos processos anteriores e também pela análise desse trabalho na rede como um todo, a partir de trocas de informações e discussões junto ao Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI) do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

O plano de trabalho de elaboração do PDI 2020-2014 foi aprovado pelo CONSUP por meio da Resolução nº 118/2018 e respaldou o processo de construção do documento. Dentre os principais diferenciais nesse trabalho de construção, destacam-se: comissão central composta por representatividade de segmentos do CONSUP, de câmaras temáticas e do Colégio de Dirigentes (CODIR); comissões temáticas para condução da elaboração dos capítulos, compostas por servidoras e servidores com formação, especialidade ou atuação nas áreas relacionadas; e definição dos conteúdos mínimos de cada capítulo e da composição das comissões temáticas pela comissão central.

Em 2019 iniciou o trabalho de construção do PDI junto à comunidade, com o lançamento em março junto da reunião do CONSUP. Esse momento contou com a palestra do Pró-reitor e da Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional dos IFs Santa Catarina e Farroupilha e foi de fundamental importância para a sensibilização da comunidade para a participação no processo.

Todas as comissões locais foram capacitadas para desempenhar o importante papel de fazer a ligação entre a comunidade e a comissão central, além de auxiliar na condução dos trabalhos dentro dos câmpus e da reitoria. Para garantir esse alcance, a comissão era formada por representante de todos os segmentos da comunidade, além de representantes da gestão.

Importante destacar que durante o processo de construção dos capítulos, vários momentos de interação com a comunidade foram realizados, operacionalizados pelas comissões locais, conforme a natureza de cada temática.

O documento final do PDI 2020-2024 do IFSul foi levado à apreciação do CONSUP em 09 de julho de 2020 e aprovado pela Resolução nº 07/2020.

CAPÍTULO 1

PERFIL INSTITUCIONAL



1. PERFIL INSTITUCIONAL



Figura 1
Distribuição das unidades
do IFSul pelo estado

O IFSul é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul.

Criado a partir da transformação do CEFET-RS, nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSul possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A administração do IFSul tem como órgãos superiores o CODIR e o CONSUP, cuja estruturação, competências e normas de funcionamento estão organizadas em seu Estatuto. A reitoria e os 14 câmpus do IFSul estão distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Sul conforme apresentado na **Figura 1**.

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que reúne dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) para fins de cálculos de indicadores, o IFSul atende um total de 24.369 discentes (ano base 2018), matriculados em cursos nas modalidades presencial e a distância. Também exerce o papel de institui-

ção acreditadora e certificadora de competências profissionais. O IFSul oferta ensino verticalizado com atuação na Formação Básica, Educação Técnica, Tecnológica e Superior – Graduação e Pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

O catálogo de cursos ofertados pelo IFSul está disponível no portal da Instituição, no endereço <http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus>.

1.1 FINALIDADES E OBJETIVOS DO IFSUL

Segundo o Estatuto do IFSul, as finalidades e características que definem a instituição são:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e a tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e de adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação deste Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito criativo e crítico;

VI - qualificar-se como centro de referência em educação, oferecendo formação inicial e continuada aos servidores públicos das redes de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica, tecnológica e humanística;

VIII - estimular e realizar a pesquisa, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico, tecnológico e humanístico; e

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Observadas as suas finalidades e as características, o IFSul tem como objetivos:

I - promover condições de aprendizagem para a comunidade em todos os ambientes de atuação da Instituição;

II - ministrar educação profissional técnica de nível médio, na forma de cursos técnicos integrados e/ou subsequentes, dando prioridade à forma integrada;

III - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, preferencialmente, com a elevação dos níveis de escolaridade no caso de jovens e adultos sem o ensino fundamental, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

IV - realizar pesquisa, estimulando aprendizagens e o desenvolvimento de soluções humanísticas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

V - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento, aplicação e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, esportivos, culturais e ambientais;

VI - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VII - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e de doutorado, que contribuam para promover a geração de conhecimentos em educação, ciência e tecnologia.

1.2 DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

1.2.1 Missão

“Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social”.

1.2.2 Visão

“Ser reconhecido nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social.”

1.2.3 Valores

O IFSul se reconhece como instituição pública, gratuita e laica e se baliza pelos seguintes valores, calcados nos seus princípios previstos no Estatuto:

• **Justiça social, equidade e desenvolvimento sustentável:** compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

• **Pluralidade:** desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

• **Excelência:** verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

• **Formação integral:** compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos;

• **Diálogo de saberes:** organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos;

• **Democratização do conhecimento:** compromisso com a educação inclusiva, com a permanência de discentes e com o processo educacional emancipatório; e

• **Gestão democrática e participativa:** organização administrativa que possibilite aos diversos câmpus inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, pesquisa e extensão.

1.3 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O IFSul é uma instituição que integra a Rede Federal, conjuntamente a outros 37 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), a 25 escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais, ao Colégio Pedro II e à Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

No ano de 2019, a Rede Federal celebrou 110 anos de uma trajetória marcada pela evolução e pelo atendimento das necessidades contemporâneas, contando com 661 escolas em 578 municípios e mais de um milhão de estudantes matriculados em 11.766 cursos. A história da Rede Federal iniciou-se em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, criou 19 escolas de aprendizes artífices, configurando um marco na educação profissional brasileira.

Apresentadas no início como instrumento de política voltado para as “classes desprovidas”, essas escolas passaram por diversas transformações, de acordo com as mudanças históricas, políticas e culturais ocorridas no país e no mundo. Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao realizar sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. A Rede Federal se configura hoje como importante estrutura de amplo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Assim como a Rede Federal, o IFSul tem uma história de transformação que se iniciou muito antes de se tornar um instituto de educação, ciência e tecnologia. Em 07 de julho de 1917 a Bibliotheca Pública Pelotense sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Offícios, uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído mediante doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal.

As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Offícios e instituiu a Escola Technico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chimica. O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas.

Em 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), a primeira e única Instituição do gênero no Estado do Rio Grande do Sul. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos). Neste primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram: de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro,

Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação. A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico – Construção de Máquinas e Motores. Em 1959, a ETP foi caracterizada como Autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação técnica para a indústria, a ETFPEL tornou-se uma instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de discentes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial. Neste processo, em 1996, a Instituição ampliou geograficamente sua atuação, com uma unidade descentralizada em Sapucaia do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, para atuar na área de polímeros, atendendo demanda do polo petroquímico da região.

Em 1999, por meio de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 29 de dezembro de 2008, o CEFET-RS foi transformado, por meio da Lei nº 11.892, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tec-

nologia Sul-rio-grandense, instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, com sede e foro na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Neste momento, além da Unidade Sede (Pelotas), passaram à condição de câmpus do IFSul as Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) que compunham a estrutura organizacional do CEFET-RS: UNED Sapucaia do Sul, UNED Charqueadas (fundada em 2006) e UNED Passo Fundo (fundada em 2007). Junto a essa transformação, também foi constituída a Reitoria da Instituição no município de Pelotas, órgão executivo ao qual cabe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Desde então, a instituição passou por um processo de expansão, chegando aos 14 câmpus que hoje fazem parte da sua estrutura. Em 2010, além de incorporar o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, então vinculado à Universidade Federal de Pelotas, e que passou a condição de Câmpus Pelotas-Visconde da Graça, foram criados os Câmpus Camaquã e Bagé. Em 2011, foram criados os Câmpus Santana do Livramento e Venâncio Aires, em 2013 o Câmpus Sapiranga e, finalizando esse ciclo de expansão em 2014, com a criação dos Câmpus Lajeado e Gravataí e dos Câmpus Avançados Jaguarão e Novo Hamburgo. A evolução institucional pode ser verificada na linha do tempo ilustrada na **Figura 2**.

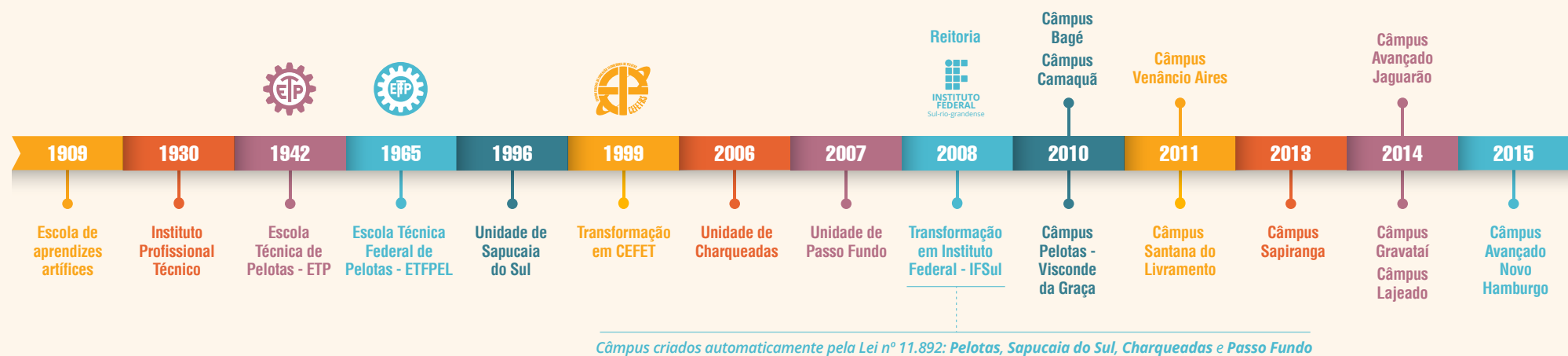


Figura 2 – Linha do tempo de evolução da instituição



Escola Técnica de Pelotas (ETP) | Ano 1945



Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPel) | Década de 1960



Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS) | Ano 2002



Reitoria do IFSul | Ano 2017

1.4 OS CÂMPUS DO IFSUL

A seguir será apresentado um breve relato da história de cada um dos 14 câmpus do IFSul, bem como informações das cidades em que estão instalados. Registra-se que as informações sobre a população, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), bem como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita estão referenciadas nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acessados em outubro de 2019.

Os dados do quantitativo de discentes em cada câmpus foram extraídos da PNP (ano base 2018) e os dados de servidoras e servidores são provenientes do portfólio da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), com base em dezembro de 2019.

1.4.1 Câmpus Avançado Jaguarão

O **Câmpus Avançado Jaguarão** está localizado no município de Jaguarão, região de fronteira com o Uruguai. Em 2010, a partir de anseios da comunidade local, iniciou-se a articulação por uma escola técnica que permitisse o acesso de jovens, adultas e adultos à formação técnico-profissional.

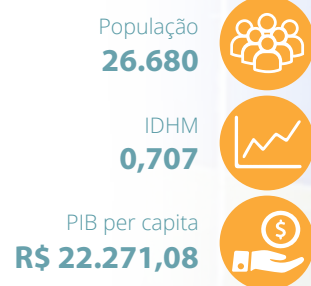
A partir de 2011, foram realizadas várias audiências públicas e consultas à comunidade, culminando, em dezembro de 2014, na autorização e funcionamento do câmpus avançado. Funcionando provisoriamente em prédio da Universidade Federal do Pampa, em outubro de 2015 foi iniciada a construção do prédio definitivo, em terreno doado pela Prefeitura de Jaguarão, localizado no Corredor das Tropas, tendo sido a obra entregue em maio de 2017, sendo hoje a sede do câmpus avançado.

Entre os cursos ofertados, o curso Técnico em Edificações na modalidade subsequente é realizado em cooperação com o *Consejo de Educación Técnico Profesional - Universidad del Trabajo del Uruguay* (CETP-UTU), Escola Técnica de Rio Branco, no Uruguai. Sendo um curso com caráter binacional, suas turmas são compostas por discentes uruguaios e brasileiros.

A data de comemoração ao aniversário do câmpus avançado é dia 04 de agosto.

O Câmpus Avançado Jaguarão oferta cursos nos eixos tecnológicos de Infraestrutura, Informação e Comunicação e Recursos Naturais.

JAGUARÃO



Discente
281



Técnico-administrativos
10



Docentes
21



1.4.2 Câmpus Avançado Novo Hamburgo

Com o objetivo de ofertar ensino público, gratuito e de qualidade para a população, as atividades de implantação do **Câmpus Avançado Novo Hamburgo** tiveram início em 2014, através de diálogos com a administração municipal.

Na fase de implantação foram firmadas várias parcerias, dentre elas, com o Polo da Universidade Aberta do Brasil de Novo Hamburgo, local onde o câmpus avançado foi estabelecido provisoriamente.

Para a escolha do primeiro curso técnico, foram realizadas consultas e audiências públicas e, no final do ano de 2014, foi autorizado o funcionamento do Curso Técnico Subsequente em Mecatrônica, que teve sua primeira turma em 2015. O câmpus avançado comemora seu aniversário em 26 de março.

O Câmpus Avançado Novo Hamburgo oferta cursos no eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais.



Discente
1.737



Técnico-administrativos
13



Docentes
21

NOVO HAMBURGO

População
246.748



IDHM
0,747



PIB per capita
R\$ 34.620,19



1.4.3 Câmpus Bagé

Aspiração antiga da população de Bagé e região, o **câmpus Bagé** contou com muitas iniciativas locais para a sua implantação.

A escolha dos eixos tecnológicos dos cursos se deu com base nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e as atividades acadêmicas foram iniciadas em 04 de outubro de 2010, com os primeiros sessenta estudantes dos cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática, significando o desafio de ofertar educação profissional capaz de suprir as demandas regionais e contribuir para a superação dos problemas estruturais da região. O câmpus comemora seu aniversário em 04 de outubro.

O Câmpus Bagé oferta cursos nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação, Produção Alimentícia e Recursos Naturais.



Discente
876



Técnico-administrativos
30



Docentes
40

BAGÉ

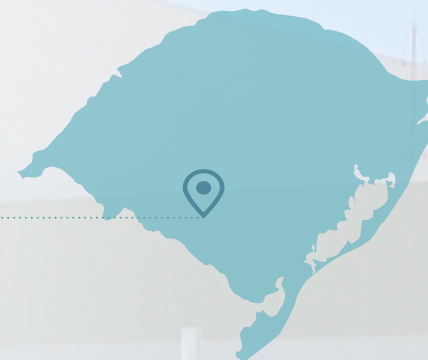
População
121.143



IDHM
0,740



PIB per capita
R\$ 21.930,77



1.4.4 Câmpus Camaquã

O **Câmpus Camaquã** surgiu com a Fase II da Expansão da Rede Federal. Em funcionamento desde 2010, o câmpus está localizado na cidade de Camaquã, região Centro-Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 10 de setembro de 2010, chegaram as primeiras servidoras e os primeiros servidores e no dia 28 do mesmo mês, data em que o câmpus comemora seu aniversário, chegaram as primeiras e os primeiros estudantes.

O Câmpus Camaquã oferta cursos nos eixos tecnológicos de Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, e Informação e Comunicação.



Discente
836



Técnico-administrativos
29



Docentes
47

CAMAQUÃ

População
66.261



IDHM
0,697



PIB per capita
R\$ 27.736,29



1.4.5 Câmpus Charqueadas

O **Câmpus Charqueadas**, criado como Unidade Descentralizada do CEFET-RS, ocupou as antigas instalações da Fundação Comunitária Regional (Fundacor), firmando com a região carbonífera um compromisso de transformação na vida da comunidade.

A unidade foi inaugurada em 13 de outubro de 2006 e teve sua origem a partir do Plano de Expansão da Rede Federal, lançado em 2005. O aniversário do câmpus é comemorado em 11 de setembro.

O Câmpus Charqueadas oferta cursos nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação, Controle e Processos Industriais, e Produção Industrial.



Discente
1.514



Técnico-administrativos
39



Docentes
63

CHARQUEADAS

População
40.789



IDHM
0,747



PIB per capita
R\$ 29.205,05



1.4.6 Câmpus Gravataí

O **Câmpus Gravataí** foi criado na Fase III da expansão da Rede Federal. A Prefeitura de Gravataí doou um terreno para a obra de implantação do câmpus.

Foram realizadas três audiências públicas para definir os eixos tecnológicos e os cursos iniciais do câmpus. As audiências públicas tiveram como objetivos apresentar o IFSul e a organização da educação profissional, apresentar dados iniciais coletados sobre o município e região, definição de eixos tecnológicos e, dentro destes, apresentar a proposta de cursos iniciais, além de ouvir a comunidade.

No dia 11 de agosto de 2014, data em que o câmpus comemora o seu aniversário, foi dado início ao ano letivo do primeiro curso regular de Técnico em Informática na forma subsequente.



Discente
290



Técnico-administrativos
17



Docentes
24

GRAVATAÍ

População
281.519



IDHM
0,736



PIB per capita
R\$ 36.629,74



1.4.7 Câmpus Lajeado

O **Câmpus Lajeado** está inserido na região do Vale do Taquari, constituída por 36 municípios que totalizam aproximadamente 1,71% da área total do RS. O Câmpus Gravataí oferta cursos no eixo tecnológico de Informação e Comunicação.

O Câmpus Lajeado foi criado na Fase III de Expansão da Rede Federal e obteve sua autorização de funcionamento em 7 de outubro de 2013, sendo a primeira instituição federal do Vale do Taquari.

Foram realizadas três audiências públicas em 2012, com o objetivo de serem apontados os eixos tecnológicos dos cursos que seriam ofertados pelo câmpus. O Câmpus Lajeado iniciou suas aulas em 11 de agosto de 2014, data em que comemora o seu aniversário, com 30 estudantes que ingressaram no curso Técnico em Administração – subsequente.

Nos primeiros anos, com a estrutura física do câmpus ainda em processo de construção, as aulas e as atividades administrativas e pedagógicas foram realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Campestre. Em março de 2017 o câmpus iniciou a mudança para a sede própria, oficialmente entregue à comunidade em 19 de maio de 2017.

O Câmpus Lajeado oferta cursos nos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios e Desenvolvimento Educacional e Social.



1.4.8 Câmpus Passo Fundo

O **Câmpus Passo Fundo** é fruto da primeira fase da expansão da Rede Federal.

Nesse período, foram realizadas várias audiências públicas envolvendo a comunidade de Passo Fundo e da região. Essas audiências objetivaram definir o local de instalação e as áreas iniciais de atuação. Desta forma, foi definido pela instalação no perimetral leste 150, área que foi doada pela Prefeitura Municipal, e também foram definidos os primeiros cursos técnicos a serem ofertados, cursos subsequentes na área de mecânica e de informática.

A inauguração e a primeira aula do câmpus aconteceram em 30 de outubro de 2007, data em que o câmpus comemora o seu aniversário.

O Câmpus Passo Fundo oferta cursos nos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, e Desenvolvimento Educacional e Social.



Discente
1.548



Técnico-administrativos
43



Docentes
61

PASSO FUNDO

População
203.275



IDHM
0,776



PIB per capita
R\$ 42.459,59



1.4.9 Câmpus Pelotas

A história do **Câmpus Pelotas** pode ser contada a partir da criação da ETP em 1942. Iniciando suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos), a ETP criou seu primeiro curso técnico em 1953 - Construção de Máquinas e Motores -, que acabou por originar o atual curso de Mecânica Industrial ofertado pelo câmpus.

A instituição passou por diversas transformações e, em 1998, a ETFPel começou a efetivar sua atuação no nível superior de ensino, tendo obtido autorização ministerial para implantação de Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de docentes da educação profissional.

Em 1999, a ETFPel transformou-se no CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 2008, quando houve a transformação do CEFET-RS em IFSul, a então Unidade Sede na cidade de Pelotas, passou à condição de Câmpus Pelotas do IFSul. O câmpus comemora seu aniversário em 11 de outubro.



Discente
6.772



Técnico-administrativos
212



Docentes
353

PELOTAS

População
342.405



IDHM
0,739



PIB per capita
R\$ 22.629,54



1.4.10 Câmpus Pelotas-Visconde da Graça (CaVG)

O **Câmpus Pelotas-Visconde da Graça (CaVG)** constituiu-se originariamente pelo Colégio Agrícola Visconde da Graça, que foi inaugurado em 12 de outubro de 1923, data em que comemora o seu aniversário, sob a denominação de Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul. Na década de 30 foi transformado em Aprendizado Agrícola Visconde da Graça e, em 1946, através do Decreto Lei nº 9.613, passa à condição de “Escola Agrotécnica” com 2º ciclo.

Em 1957 teve início o Curso Colegial de Economia Rural, dando origem ao Colégio de Economia Doméstica Rural. Em 1964, tem sua denominação alterada para “Colégio Agrícola”, acompanhando o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Já em 1969, juntamente com a Escola Agrotécnica é incorporado como Unidade da Fundação Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

O CaVG, como é conhecido, passou a constituir o IFSul em 2010, por meio de portaria do Ministério da Educação, consolidando a decisão tomada pela comunidade em referendo realizado no então Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça.

Localizado em Pelotas, cerca de 8 km do centro urbano da cidade, com área de 201 ha, entre unidades de produção e de ensino, bosques e rica vegetação, o Câmpus Pelotas-Visconde da Graça oferece o sistema de internato masculino e feminino, atendendo a discentes de 16 municípios da zona sul do estado.

O Câmpus Pelotas-Visconde da Graça oferta cursos nos eixos tecnológicos de Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Ambiente e Saúde, Produção Industrial e Informação e Comunicação.

PELOTAS

População
342.405



IDHM
0,739



PIB per capita
R\$ 22.629,54



Discente
5.677



Técnico-administrativos
84



Docentes
125



1.4.11 Câmpus Santana do Livramento

Em junho de 2009, o Ministério da Educação apresentou proposta de desenvolvimento de projetos de cursos técnicos binacionais fronteiriços pela rede federal, em parceria com outras instituições de ensino.

Em agosto de 2009, com a apresentação de diagnóstico de demanda oferta laboral pelo Observatório Nacional do Mundo do Trabalho da Educação Profissional e Tecnológica - Núcleo Regional de Observação/Sul, definiram-se os cursos binacionais a serem ofertados. Na cidade de Rivera, Controle Ambiental, sob responsabilidade do Consejo de Educación Técnico Profesional - UTU, e em Sant'Ana do Livramento, Informática para Internet, sob responsabilidade do IFSul.

Em 2010, começou-se a efetivar a implantação do **Câmpus Avançado Santana do Livramento**, com o Lançamento dos Cursos Técnicos Binacionais. Em abril de 2013, foi alçado à condição de Câmpus Santana do Livramento, ampliando suas possibilidades de atuação e estrutura. O câmpus comemora seu aniversário em 25 de abril.

O Câmpus Santana do Livramento oferta cursos nos eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais, e Informação e Comunicação.



Discente
1.325



Técnico-administrativos
25



Docentes
34

SANTANA DO LIVRAMENTO

População
77.027



IDHM
0,727



PIB per capita
R\$ 27.878,48



1.4.12 Câmpus Sapiranga

Na Fase III de expansão dos Institutos Federais, o município de Sapiranga foi contemplado com a previsão de instalação de um câmpus do IFSul.

O **Câmpus Sapiranga** teve suas atividades iniciadas em outubro de 2013, em sedes provisórias, oferecidas pela Rede Municipal de Educação de Sapiranga. Em agosto de 2014 foram concluídas as obras de implantação da unidade no município, passando as atividades a serem realizadas em sede própria da instituição. O câmpus comemora o seu aniversário em 07 de outubro.

O Câmpus Sapiranga oferta cursos nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação e Controle e Processos Industriais.



Discente
373



Técnico-administrativos
25



Docentes
31

SAPIRANGA

População
81.734



IDHM
0,711



PIB per capita
R\$ 37.456,52



1.4.13 Câmpus Sapucaia do Sul

O **Câmpus Sapucaia do Sul** foi a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) da ETFPEL. As atividades do câmpus iniciaram em 26 de fevereiro de 1996, data em que é comemorado o seu aniversário. Em 2008, com a transformação do CEFET-RS em IFSul, passou à condição de câmpus da nova instituição.

O Câmpus Sapucaia do Sul oferta cursos nos eixos tecnológicos de Produção Industrial, Informação e Comunicação, Gestão e Negócios, Turismo, Hospitalidade e Lazer, e Controle e Processos Industriais, além de ser uma referência institucional na educação profissional de jovens, adultas e adultos.



Discente
1.673



Técnico-administrativos
50



Docentes
78

SAPUCAIA DO SUL

População
141.075



IDHM
0,726



PIB per capita
R\$ 22.514,85



1.4.14 Câmpus Venâncio Aires

A história do câmpus inicia-se em 2007, quando foi realizada audiência pública para definição do local de construção da sede do câmpus. Em 2008, ocorreu audiência pública para definição dos cursos a serem ofertados pelo câmpus.

As atividades letivas do câmpus iniciaram-se em 2011, em espaço cedido pela Escola Estadual Ensino Médio Monte das Tabocas. Posteriormente, as atividades se desenvolveram em espaços locados na UNISC Venâncio Aires e cedidos pela Escola Estadual Ensino Médio Conego Albino Juchem. Em 2012 as atividades letivas foram transferidas em definitivo para o prédio do Câmpus Venâncio Aires. O dia 13 de maio é a data em que o câmpus comemora o seu aniversário.

O **Câmpus Venâncio Aires** oferta cursos nos eixos tecnológicos de Informação e Comunicação, Controle e Processos Industriais, e Gestão e Negócios.



Discente
977



Técnico-administrativos
32



Docentes
49

VENÂNCIO AIRES

População
71.117



IDHM
0,712



PIB per capita
R\$ 39.533,60



1.5 ABRANGÊNCIA E ÁREAS DE ATUAÇÃO

1.5.1 Abrangência

Os 14 câmpus do IFSul estão presentes em cinco regiões geográficas intermediárias e em 10 regiões imediatas do Rio Grande do Sul, conforme Quadro 1, elaborado com base nos dados do IBGE.

Quadro 1 – Regiões do estado do Rio Grande do Sul onde o IFSul está presente

REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA	REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA	CÂMPUS
Porto Alegre	Porto Alegre	Câmpus Sapucaia do Sul e Câmpus Gravataí
	Novo Hamburgo-São Leopoldo	Câmpus Avançado Novo Hamburgo e Câmpus Sapiranga
	Camaquã	Câmpus Camaquã
	Charqueadas-Triunfo-São Jerônimo	Câmpus Charqueadas
Pelotas	Pelotas	Câmpus Pelotas, Câmpus Pelotas - Visconde da Graça e Câmpus Avançado Jaguarão
	Bagé	Câmpus Bagé
Uruguaiana	Santana do Livramento	Câmpus Santana do Livramento
Passo Fundo	Passo Fundo	Câmpus Passo Fundo
Santa Cruz do Sul-Lajeado	Santa Cruz do Sul	Câmpus Venâncio Aires
	Lajeado	Câmpus Lajeado

Além disso, atuando na modalidade de Educação a Distância (EaD), o IFSul amplifica sua área de abrangência dentro do Estado do Rio Grande do Sul, ofertando cursos técnicos, superiores e cursos de formação inicial continuada. A Instituição utiliza, para este fim, além da estrutura dos seus 14 câmpus, a estrutura dos polos da Rede e-Tec Brasil e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

1.5.2 Áreas de atuação acadêmica

O IFSul orienta sua oferta formativa, em todos os seus níveis e modalidades, para a formação e qualificação de pessoas com vistas à atuação profissional focada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica tem como fim prover processos educativos e investigativos voltados à geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais.

Além disso, a instituição representa um papel importante no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, através das diversas ações desenvolvidas, como os programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, o estímulo a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras.

Na busca pelo cumprimento da sua missão institucional, sua atuação é pautada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a articulação como prática acadêmica vinculada ao processo de formação de estudantes e de geração e compartilhamento de conhecimento. Este processo coloca estudantes

como protagonistas de sua formação, visando o desenvolvimento de competências e conhecimentos necessários à sua formação cidadã e à sua atuação no mundo do trabalho, permitindo reconhecer-se como agente de transformação social.

1.5.2.1 Ensino

O IFSul tem como uma de suas finalidades promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior. Para isso, atua em diferentes níveis de ensino, desde a qualificação profissional, com cursos de formação inicial e continuada de trabalhadoras e trabalhadores, passando pela educação básica, com cursos técnicos integrados, subsequentes e concomitantes, articulados ao ensino médio regular, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos, até a educação superior, com cursos superiores de tecnologia, de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o IFSul busca garantir o mínimo de 50% de sua oferta em cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e de 20% para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Atualmente, são ofertados 251 cursos, nas modalidades presencial e a distância, em 11 eixos tecnológicos. A lista de cursos ofertados

pela instituição pode ser visualizada no capítulo do Planejamento da Oferta de Vagas e de Cursos.

1.5.2.2 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

A atuação do IFSul na Pesquisa e na Inovação está presente em todos os níveis de ensino, visando despertar a vocação científica e estimular a formação de novas e novos pesquisadores. As ações são desenvolvidas por meio de projetos de pesquisa e de programas de pós-graduação em linhas de conhecimento que apresentam uma demanda significativa nas regiões de abrangência do IFSul. A promoção de eventos e feiras na instituição estimulam a iniciação científica, articulando com as demais redes escolares e estimulando a participação de estudantes em eventos científicos nacionais e internacionais.

Na realização de pesquisa científica e tecnológica, é levado em conta o avanço tecnológico e as necessidades da sociedade. Além disso, o IFSul busca trabalhar de forma articulada com instituições de fomento e com o setor produtivo, visando ao desenvolvimento regional e ao fortalecimento do campo científico e tecnológico do país.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFSul tem como finalidade incentivar ações que tenham por fundamento o desenvolvimento tecnológico, inovação, empreendedorismo e promover a integração entre a instituição, as empresas e a comunidade em todos os segmentos da ciência e da tecnologia, especialmente as relacionadas à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do país.

Os programas de pós-graduação ofertados pela instituição proporcionam o estudo avançado e aplicado às necessidades da sociedade. O sistema de pós-graduação *stricto sensu* do IFSul está organizado em programas de pós-graduação com cursos de Mestrado (Acadêmico e Profissional) e Doutorado, sendo esses níveis independentes e conclusivos. Tais cursos têm por objetivo a formação de pessoal qualificado para o exercício de atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e para a produção e difusão de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico.

Essas ações estão em sintonia com as demandas internas e com as demandas das comunidades locais e regionais, visando contribuir com o crescimento científico, econômico e social.

1.5.2.3 Extensão

O IFSul tem como objetivo promover o desenvolvimento de ações de extensão de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, promovendo a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, com uma formação profissional e cidadã. Também estimula e apoia processos educativos que levem à inovação social, à geração de trabalho e renda e à emancipação da pessoa na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico sustentável, local e regional.

A Extensão, além de parte fundamental do processo educativo, é um importante instrumento de articulação entre a instituição e a

sociedade, contribuindo para o fortalecimento do conhecimento científico, cultural e tecnológico. As ações de extensão oportunizam para estudantes uma maior interação com o ambiente profissional, o desenvolvimento do aprendizado com a prática, maior conhecimento da profissão, além de conhecer a realidade e perceber as possibilidades de atuação na comunidade, ampliando a sua formação profissional e cidadã.

CAPÍTULO 2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento estratégico é um dos elementos do PDI, contemplando o disposto no Decreto nº 9.235, em relação ao estabelecimento da missão, dos objetivos e das metas da instituição.

A elaboração de um planejamento estratégico formal permite criar melhores condições para o nivelamento de conhecimento entre todos da organização, propiciando aprendizado e conhecimento sobre a razão de existência da instituição, possibilitando tomadas de decisão mais seguras. (ENAP, 2017).

A Comissão Temática “Perfil Institucional e Planejamento Estratégico”, foi responsável pela proposição da elaboração do planejamento estratégico do PDI 2020-2024 do IFSul, por meio de uma metodologia de construção democrática, considerando a opinião da comunidade como um todo.

A referida comissão contou em sua composição com integrantes por meio de seleção a partir de edital, referendado pela Comissão Central, com o objetivo de contar com pessoas comprovadamente capacitadas nessa temática e com interesse em participar dessa construção.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020-2024 DO IFSUL

O planejamento estratégico 2020-2024 do IFSul está baseado no método Balanced Scorecard (BSC), tendo em vista que as termino-

logias utilizadas no PDI anterior já se aproximavam desse método, o qual tem sido utilizado amplamente por instituições públicas, inclusive por instituições federais de ensino e tem uma versão para a realidade das instituições públicas referenciada pelos seus próprios criadores, permitindo a combinação com diferentes ferramentas de planejamento estratégico. (CARDOZO, 2018)².

O BSC foi criado a partir de uma parceria entre Robert S. Kaplan, professor de Harvard Business School e David. P. Norton, pesquisador da empresa KPMG, e tinha por finalidade medir o desempenho das organizações, ou seja, ampliar a visão meramente financeira de até então, proporcionando uma visão global da organização e, assim, fornecendo os meios necessários para os processos de monitoramento e avaliação. Essa metodologia apresenta uma tradução confiável da missão, visão, valores e estratégia traduzidos em objetivos, medidas de desempenho e metas. (ENAP, 2017)¹.

O trabalho de elaboração do planejamento estratégico do IFSul para o PDI 2020-2024 concentrou-se nas seguintes fases:

1ª fase – Desenvolvimento da estratégia

2ª fase – Planejamento da estratégia

1. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Curso Planejamento Estratégico para Organizações Públicas – Módulo 1 Planejamento Estratégico. Brasília, 2017.

2. CARDOZO, F. O. O planejamento do Instituto Federal Sul-rio-grandense: uma análise sob a ótica do Balanced Scorecard. 2018. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2018.

2.1.1 Desenvolvimento da estratégia

2.1.1.1 Missão

A 1ª fase consistiu na identificação dos direcionadores estratégicos (missão, visão e valores) e na análise dos ambientes internos e externos à instituição.

A missão da instituição, já consolidada, não foi alterada, servindo como referência para todo o trabalho de construção do planejamento estratégico.

Missão do IFSul

“Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão, que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.”

2.1.1.2 Valores

Quanto aos valores estratégicos, como não havia indicação desses nos documentos norteadores do IFSul, a comissão temática utilizou como referência para sua construção os princípios da instituição, previstos no seu Estatuto. A partir desses princípios foram extraídos os seguintes valores a serem observados na definição da estratégia institucional:

- **Justiça social, equidade e desenvolvimento sustentável:** compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- **Pluralidade:** desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- **Excelência:** verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- **Formação Integral:** compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **Diálogo de saberes:** organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
- **Democratização do conhecimento:** compromisso com a educação inclusiva, com a permanência de discentes e com o processo educacional emancipatório; e
- **Gestão democrática e participativa:** organização administrativa que possibilite aos diversos câmpus inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, pesquisa e extensão.

2.1.1.3 Visão

O terceiro elemento de referência para a fase de desenvolvimento da estratégia é a visão de futuro da instituição, que define como a organização deseja ser reconhecida no futuro. Sua construção deve estar alinhada com a missão institucional, que representa a razão de existência da organização e transmite seus valores a estudantes, às servidoras e aos servidores e à sociedade.

A visão não constava do PDI anterior, assim, a comissão buscou elementos junto à comunidade do IFSul para elaborar a sua visão de futuro.

Para essa construção, a Comissão Temática promoveu a realização dos Fóruns de Diagnóstico Institucional em todos os câmpus e reitoria para coletar importantes informações com a comunidade e promover discussões sobre o futuro da instituição e sobre a avaliação do seu ambiente de atuação.

O material coletado nos fóruns e também por meio de dois questionários on-line, um voltado à comunidade interna e outro para a comunidade externa, foi compilado e analisado pela comissão temática. Esses dados também foram disponibilizados em seu formato bruto para todas as comissões locais, de maneira que cada uma pudesse atuar localmente frente às questões apontadas.

Sobre a visão a comunidade foi questionada nos fóruns: “Considerando a missão institucional, como você espera que o câmpus seja reconhecido em 2024?” e “E como você espera que o IFSul seja reconhecido em 2024?”. O objetivo dessas perguntas era instigar a comunidade a pensar sobre a expectativa de reconhecimento da

instituição ao final do período de vigência do PDI e assim delinear a proposta de visão de futuro para a instituição.

O material coletado foi tratado pela comissão temática e resultou em uma proposta de redação para a visão, a qual foi submetida à apreciação da comunidade para identificar se a proposta estava clara, se estava alinhada à missão institucional e se direcionava os objetivos estratégicos. A grande maioria de respondentes concordou com essas três questões³, o que respaldou a proposta de visão elaborada. Algumas contribuições foram feitas, as quais foram analisadas, respondidas e publicadas em relatório específico, no portal do IFSul.

Após todo esse processo, a visão de futuro do IFSul ficou definida como:

“Ser reconhecido nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social.”

3. A descrição da visão está clara (91,01% de concordância total ou parcial); A visão está alinhada à missão institucional (90,87% de concordância total ou parcial); A visão direciona os objetivos estratégicos (89,51% de concordância total ou parcial).

2.1.1.4 Análise dos ambientes interno e externo

Para completar a fase de desenvolvimento da estratégia, a comissão temática identificou a necessidade de realização de uma análise do ambiente institucional, a partir de fatores internos e externos, de maneira que fosse obtido um diagnóstico a respeito da situação do IFSul. Mas para isso seria necessário coletar essas informações a partir da percepção de toda a comunidade.

Assim, nos Fóruns de Diagnóstico Institucional foi possível questionar à comunidade sobre como estavam sendo percebidos os ambientes interno e externo da instituição. Esse foi um importante momento de participação da comunidade, que em grupos diversos compostos por docentes, discentes e técnicas e técnicos-administrativos organizados de forma a buscar a representação desses três seguimentos em cada um, pôde discutir as respostas para a visão e para a análise do ambiente institucional.

O método utilizado para a coleta de informações para análise dos ambientes interno e externo foi a análise SWOT, uma ferramenta amplamente utilizada na elaboração

de planejamento estratégico e que permite identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças em relação à instituição.

As respostas da comunidade foram categorizadas e subcategorizadas para contemplar os diversos apontamentos realizados pela comunidade nos fóruns. O quadro indica

as categorias de cada elemento em ordem decrescente das frequências registradas. Ao lado de cada categoria são detalhadas, entre parênteses, algumas subcategorias com maior ocorrência, o que permite aprofundar o entendimento do resultado da matriz na instituição. O resultado da análise SWOT do IFSul está representado no quadro abaixo.

Quadro 2 – Análise SWOT do IFSul

FORÇAS		FRAQUEZAS	
1ª	Projeto pedagógico de formação integral (projetos acadêmicos, ensino médio integrado, metodologia de ensino, atividades complementares)	1ª	Infraestrutura (acessibilidade e adequação às necessidades)
2ª	Ambiente adequado (serviços e infraestrutura física e acadêmica qualificada)	2ª	Ensino, pesquisa e extensão (oferta, relação com a comunidade externa, cursos, permanência e êxito, ingressantes e egressos)
3ª	Atenção e assistência a estudantes	3ª	Comunicação interna e externa
4ª	Servidoras e servidores públicos qualificados (incentivo ao aprimoramento, docentes concursados e com dedicação exclusiva ao IFSul)	4ª	Gestão de pessoas (qualificação específica, servidoras e servidores ingressantes, políticas, engajamento e dimensionamento frente às competências)
5ª	Ensino público, gratuito e de qualidade (articulado com a pesquisa e extensão, que contribui no processo de desenvolvimento)	5ª	Organização administrativa (planejamento, integração, processos e burocracia)

6ª	Instituição autônoma, participativa e democrática (eficiência em seus processos e resultados)	6ª	Sustentabilidade ambiental (falta de conscientização e projetos) e Partidarização excessiva
7ª	Marca IFSul com reconhecimento e relacionamento social (localizada estrategicamente nas diferentes regiões do estado)		
8ª	Cursos que atendem demandas regionais e específicas, com foco no mundo do trabalho		

OPORTUNIDADES		AMEAÇAS	
1ª	Oportunidades regionais (potencialidades locais e demanda pelos cursos)	1ª	Restrição orçamentária e de pessoal
2ª	Oferta de ensino, pesquisa e extensão (adequação de cursos e projetos às realidades externas, tais como EJA e FIC)	2ª	Política governamental (instabilidade e incertezas quanto à política educacional)
3ª	Envolvimento com a comunidade externa (parcerias e projetos com outras instituições e com a sociedade em geral)	3ª	Dificuldades locais e regionais (falta de oportunidades, dificuldades no transporte público)
4ª	Sustentabilidade e aprimoramento da gestão (desenvolvimento sustentável)	4ª	Visão da sociedade (imagem distorcida e falta de reconhecimento da instituição)
5ª	Políticas da rede federal (parcerias com outros IFs e marca da rede)	5ª	Falta de segurança (localização, insegurança ao redor dos câmpus, falta de iluminação)
		6ª	Legislação (mudanças na legislação educacional e referente aos IFs)

2.1.2 Planejamento da estratégia

A fase de planejamento da estratégia busca definir o mapa estratégico da instituição que, com base nos direcionadores estratégicos, apresenta os objetivos e suas relações de causa e efeito em diferentes perspectivas para alcançar a visão de futuro.

A partir dos elementos coletados na 1ª fase, a comissão temática estabeleceu um método para análise, o qual primeiro contou com a elaboração de uma matriz de avaliação estratégica que relacionou os impactos dos fatores internos (forças e fraquezas) em relação aos fatores externos (oportunidades e ameaças). Essa matriz está representada na Figura abaixo.

Figura 3 – Matriz de Avaliação estratégica do IFSul

		AMBIENTE INTERNO										
		OPORTUNIDADES					AMEAÇAS					
		01	02	03	04	05	T1	T2	T3	T4	T5	T6
AMBIENTE INTERNO	FORÇAS	S1	Quais forças podem capturar as oportunidades?					Quais forças podem neutralizar ou minimizar as ameaças?				
		S2										
		S3										
		S4										
		S5										
		S6										
		S7										
		S8										
	FRAQUEZAS	W1	Quais fraquezas dificultam que as oportunidades sejam aproveitadas?					Quais fraquezas acentuam os riscos de as ameaças impactarem a instituição?				
		W2										
		W3										
		W4										
		W5										
		W6										

O resultado dessa análise, que permitiu identificar os tópicos principais para a instituição desenvolver nos próximos cinco anos, [está publicado em relatório específico, no portal do IFSul](#).

Para garantir a continuidade do planejamento do PDI anterior, os objetivos estabelecidos em 2014 foram considerados agora como temas estratégicos, os quais, de acordo com a ENAP (2017)⁴, representam as ações necessárias para que a organização possa alcançar a sua visão de futuro, sendo os eixos principais em torno dos quais serão desenvolvidos os objetivos. Esses temas estão representados no quadro abaixo.

4. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Curso Planejamento Estratégico para Organizações Públicas – Módulo 1 Planejamento Estratégico. Brasília, 2017.

Quadro 3 – Temas estratégicos do PDI 2020-2024

EIXO	TEMA ESTRATÉGICO
Planejamento, avaliação e desenvolvimento institucional	1. Planejar, desenvolver e avaliar a instituição, democraticamente, orientada pelo PDI
Políticas acadêmicas	2. Fortalecer o IFSul como instituição educacional pública transformadora da realidade social, investindo na construção de processos educacionais que adotem o trabalho como princípio educativo e articulação de ensino, pesquisa e extensão como princípio pedagógico
	3. Oportunizar oferta educativa, em toda a área de abrangência do IFSul, garantindo mecanismos de assistência ao estudante que contribuam com sua transformação social
Políticas de gestão	4. Qualificar a aplicação do recurso público por meio do contínuo aperfeiçoamento do modelo de governança (de gestão) e pelo aprimoramento dos processos institucionais
	5. Consolidar políticas de desenvolvimento de pessoas que contribuam para a seleção, o aperfeiçoamento e a manutenção de talentos e para o aprimoramento e a avaliação das competências funcionais
Infraestrutura	6. Qualificar e consolidar a infraestrutura necessária à manutenção da qualidade e desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão na instituição

Para a construção do BSC foram consideradas as seguintes perspectivas identificadas por Cardozo (2018) para uma instituição pública, a partir do trabalho de Kaplan e Norton:

- **Sociedade:** Qual a expectativa da sociedade em relação aos serviços prestados pelo IFSul

- **Estudante:** Para realizar a visão, como o IFSul deve cuidar de suas e de seus estudantes?
- **Processos internos:** Para satisfazer estudantes e sociedade, em que processos o IFSul deve ser excelente?
- **Aprendizado e crescimento:** Para realizar a visão, como o IFSul deve aprender e melhorar?

A partir dos resultados da matriz de avaliação estratégica, combinados com as perspectivas do BSC distribuídas nos temas estratégicos selecionados e com a análise dos resultados do PDI 2014-2019, foi possível propor os objetivos estratégicos para o PDI 2020-2024, os quais foram submetidos à apreciação da comunidade para identificar se estavam adequados ao seu propósito e para possíveis adequações no título, na descrição ou com relação ao objetivo de forma geral.

A grande maioria de respondentes entendeu que os objetivos estavam construídos adequadamente⁶. Ainda assim, em quase to-

5. CARDOZO, F. O. O planejamento do Instituto Federal Sul-rio-grandense: uma análise sob a ótica do Balanced Scorecard. 2018. 94f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Faculdade de Administração e de Turismo, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2018.

6. A média de concordância com a adequação dos objetivos foi de 91,97%, sendo o menor percentual de concordância de 81,20% e o maior de 92,51%. Destaca-se que, considerando que havia a opção “indiferente”, o maior percentual de discordância foi de 2,32%.

dos os objetivos foram indicadas contribuições para alterações do título, descrição ou outras sugestões. A Comissão Temática filtrou as contribuições para obtenção daquelas válidas, ou seja, aquelas que estavam adequadas à pergunta e coerentes com o objetivo da consulta. Foi feita uma análise dessas contribuições e várias foram

acatadas ou adaptadas, [conforme disposto em relatório específico, publicado no portal do IFSul](#).

Os objetivos estratégicos do IFSul para o período 2020-2024 estão dispostos no quadro a seguir.

Quadro 4 – Objetivos estratégicos do IFSul

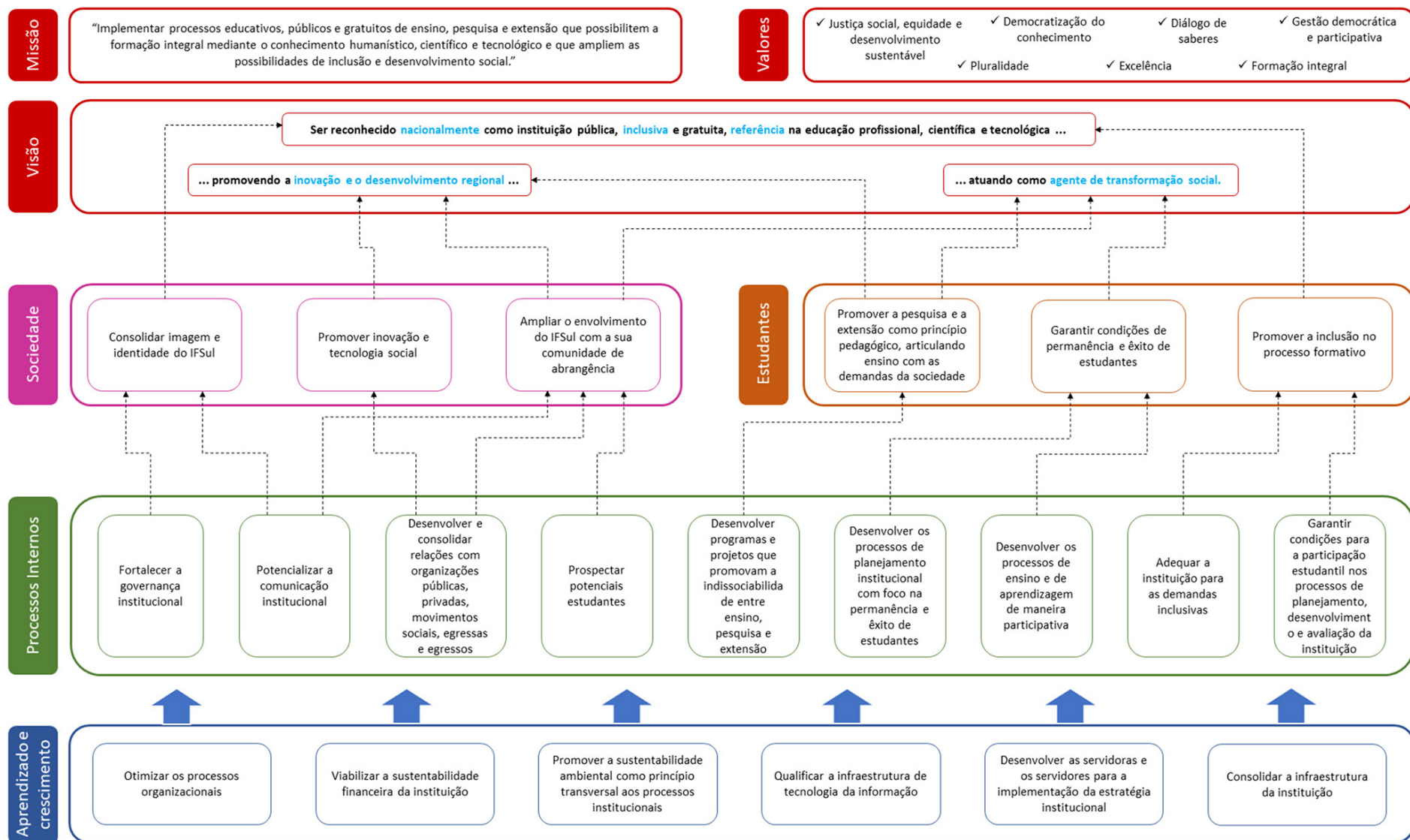
PERSPECTIVA	OBJETIVO	DESCRIÇÃO
Sociedade	Consolidar a imagem e a identidade do IFSul	Consolidar a imagem e a identidade do IFSul como instituição de educação profissional e tecnológica pública, inclusiva, gratuita, laica e de qualidade, alinhada entre seus câmpus e reitoria, comprometida com sua missão, visão e valores, e alicerçada no desenvolvimento de ciência e tecnologia nas suas diferentes modalidades e níveis de oferta educacional.
Sociedade	Promover inovação e tecnologia social	Produzir inovação e tecnologias sociais alinhadas às demandas da sociedade, buscando o desenvolvimento de soluções que contribuam com a transformação social a partir do processo de formação integral de estudantes.
Sociedade	Ampliar o envolvimento do IFSul com a sua comunidade de abrangência	Promover a interação entre o IFSul e a sua comunidade de abrangência de maneira sistematizada e amplificada, viabilizando acesso aos espaços institucionais para atendimento de demandas sociais e consolidando oportunidades de participação da sociedade nos processos decisórios da instituição.
Estudantes	Garantir condições de permanência e êxito de estudantes	Assegurar condições para acesso, permanência e êxito, na busca pelo alcance do sucesso estudantil, de maneira que a instituição cumpra sua função social, atenda às necessidades de estudantes e entregue valor à sociedade.
Estudantes	Promover a pesquisa e a extensão como princípio pedagógico, articulando ensino com as demandas da sociedade	Fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão, de maneira que essa articulação esteja presente na formação integral estudantil, assegurando que ações de pesquisa, empreendedorismo, inovação e extensão sejam parte efetiva dos projetos pedagógicos de curso, e que seja voltada ao atendimento das demandas das comunidades de abrangência e da sociedade em geral, desenvolvendo condições favoráveis à inserção socioprofissional de estudantes e de egressas e egressos.
Estudantes	Promover a inclusão no processo formativo	Oportunizar a todas e a todos estudantes condições equitativas para sua formação integral e bem-estar, promovendo o respeito à diversidade, disponibilizando atendimento especializado, assistência estudantil e tratamento adequado às situações específicas.

Processos internos	Desenvolver programas e projetos que promovam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento de ações e na implementação de currículos de formação integral atualizados em relação às demandas do mundo do trabalho, com vistas à transformação social.
Processos internos	Desenvolver e consolidar relações com organizações públicas, privadas, movimentos sociais, egressas e egressos	Amplificar a relação entre a instituição e a sua comunidade de abrangência, criando novas parcerias e fortalecendo as existentes, desenvolvendo ações que busquem estreitar as relações com o mundo do trabalho, propiciando a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como a criação e atualização de cursos.
Processos internos	Desenvolver os processos de ensino e de aprendizagem de maneira participativa	Promover a participação da comunidade acadêmica no desenvolvimento e na avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem, com a finalidade de potencializar os resultados desses processos a partir de ações de melhoria, tomando como base o Projeto Pedagógico Institucional e o perfil de estudantes e de egressas e egressos.
Processos internos	Desenvolver os processos de planejamento institucional com foco na permanência e êxito de estudantes	Assegurar que os processos institucionais de planejamento estejam alinhados e orientados aos objetivos do Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IF Sul, visando o sucesso estudantil.
Processos internos	Garantir condições para a participação estudantil nos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação da instituição	Assegurar as condições para que a participação estudantil nos processos institucionais seja efetiva, garantindo a autonomia dessas representações, tanto na forma individual como por meio de entidades organizadas formalmente.
Processos internos	Fortalecer a governança institucional	Consolidar a governança institucional por meio da adoção de um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que permitam avaliar, direcionar e monitorar a gestão a partir da estruturação e otimização de seus processos com vistas à prestação de serviços de qualidade à sociedade.
Processos internos	Potencializar a comunicação institucional	Desenvolver a comunicação institucional interna e externa de maneira sistematizada, divulgando a instituição de forma a consolidar sua imagem perante à sociedade, fortalecendo a sua identidade junto à comunidade acadêmica e garantindo a efetividade do fluxo de informações.
Processos internos	Prospectar potenciais estudantes	Identificar potenciais estudantes, com vistas ao desenvolvimento de ações que viabilizem o acesso à instituição, priorizando populações socialmente vulneráveis e ampliando a efetividade da instituição em relação ao seu papel de transformação social.

Processos internos	Adequar a instituição para as demandas inclusivas	Efetivar a atuação institucional com vistas à promoção de Ações Afirmativas a partir da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, atendendo as necessidades de inclusão provenientes da comunidade acadêmica e da sociedade.
Aprendizado e crescimento	Consolidar a infraestrutura da instituição	Assegurar que a instituição dimensione suas necessidades de infraestrutura física e acadêmica a partir de parâmetros previamente estabelecidos e com base em diagnóstico institucional, vinculando a aplicação dos recursos a esses parâmetros e à busca pela equidade entre as unidades do instituto.
Aprendizado e crescimento	Desenvolver as servidoras e os servidores para a implementação da estratégia institucional	Oportunizar o desenvolvimento de servidoras e servidores com foco na efetivação dos objetivos estratégicos, de maneira a propiciar a ampliação das habilidades e competências para efetividade dos processos institucionais, bem como buscar a garantia de um ambiente de trabalho saudável e de qualidade.
Aprendizado e crescimento	Viabilizar a sustentabilidade financeira da instituição	Qualificar a aplicação dos recursos orçamentários e ampliar as possibilidades de captação e compartilhamento de recursos, considerando o planejamento da oferta de vagas, a permanência e o êxito estudantil.
Aprendizado e crescimento	Promover a sustentabilidade ambiental como princípio transversal aos processos institucionais	Desenvolver a instituição para uma atuação ambientalmente sustentável a partir da Política de Sustentabilidade Ambiental do IFSul, garantindo que a mesma faça parte dos processos educacionais e de gestão.
Aprendizado e crescimento	Qualificar a infraestrutura de tecnologia da informação	Alinhar o desenvolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação de acordo com as necessidades das unidades e a estratégia da instituição, considerando a inclusão digital, os processos educacionais e a gestão dos processos institucionais, bem como a geração de informações que sirvam de suporte ao conhecimento organizacional e à tomada de decisão.
Aprendizado e crescimento	Otimizar os processos organizacionais	Aperfeiçoar as rotinas e os processos organizacionais, primando pela agilidade, racionalização, transparência e qualidade das informações por meio de uma gestão humanizada, com o objetivo de proporcionar maior eficiência no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Por fim, foi possível então consolidar o mapa estratégico do IFSul para o período 2020-2024, representado na Figura a seguir.

Figura 4 – Mapa estratégico do IFSul



2.1.2.1 Indicadores, metas e iniciativas estratégicas

A fase do planejamento da estratégia contempla, além do mapa estratégico, o desdobramento de cada um dos objetivos em indicadores, metas e iniciativas estratégicas, de maneira que seja possível colocar em prática o planejamento realizado e monitorar o desempenho da instituição em relação aos objetivos estabelecidos.

Essa etapa já foi iniciada junto à comunidade, que indicou para cada um dos objetivos estratégicos ideias sobre o que o IFSul poderá fazer para alcançar cada um deles. Esse é o primeiro subsídio coletado para a execução do planejamento, que já está sendo tratado pela comissão temática.

Considerando que o PDI 2020-2024 apresenta uma nova metodologia de planejamento para a instituição em relação ao que foi desenvolvido em períodos anteriores, primeiramente foi consolidado o mapa estratégico, de maneira que após sua aprovação a instituição possa desenvolver a operacionalização desse planejamento e estabelecer os indicadores que medirão o alcance dos objetivos, as metas desejadas pela instituição para cada objetivo e as iniciativas estratégicas que vão orientar as ações de cada uma das unidades anualmente.

Com os objetivos estratégicos e a visão já definidos, no primeiro semestre de 2020 a comissão temática desenvolverá junto à comunidade do IFSul a complementação desse capítulo, estabelecendo os indicadores, as metas e as iniciativas estratégicas para os objetivos do PDI 2020-2024 do IFSul, bem como o formato para a instituição anualmente realizar o planejamento das suas ações.

CAPÍTULO 3

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Diante dos contínuos e rápidos avanços que ocorrem na sociedade atual, a educação que nos inspira é aquela que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de sujeitos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente aos desafios do mundo contemporâneo, referenciados em valores e atitudes éticas para conviver em democracia. E que, no domínio dos conhecimentos acadêmicos, estejam habilitados a considerar interesses sociais, ambientais e econômicos.

Na sociedade contemporânea, o modelo de produção exige que se pense numa educação voltada ao desenvolvimento das habilidades e ao atendimento das exigências do mundo do trabalho. Portanto, o Instituto Federal Sul-rio-grandense assume o compromisso de empreender esforço coletivo para vencer as barreiras que inviabilizam a construção de uma escola pública comprometida com a sociedade e com a formação geral do educando. Neste sentido o modelo priorizado de formação visa a uma combinação do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.

Sabe-se que não cabe apenas à educação toda a tarefa da transformação da sociedade. Entretanto, ela se torna um fator importante, que pode ajudar na reinvenção de uma nova relação social, na qual discursos diferentes não impedem o diálogo. Assim, os princípios, fundamentos e concepções, coletivamente debatidos, balizarão as diretrizes administrativas e educacionais, para todas as modalidades e níveis de ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Ao assumir como função social a formação do ser humano crítico, que valoriza a ética, a dignidade, as diferenças individuais e socioculturais, mediante educação humano-científico-tecnológica, ofertará, como oportunidades educacionais:

- Educação profissional técnica de nível médio;
- Educação profissional de nível superior;
- Formação inicial e continuada de trabalhadores;
- Formação de professores; e
- Pós-graduação.

O Projeto Pedagógico do Instituto Federal Sul-rio-grandense assume como compromisso:

- formar um cidadão crítico, responsável, ciente de seus direitos e deveres e de seu papel histórico na sociedade;
- colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, com uma distribuição equilibrada dos bens materiais e culturais;
- compartilhar o conhecimento construído historicamente pelos homens, criando-o e recriando-o de modo a adequá-lo às novas realidades sociais;

- utilizar o trabalho como princípio educativo, isto é, fazer com que as atividades que permitem ao ser humano manter-se e desenvolver-se como indivíduo e como membro de uma coletividade sejam as norteadoras de sua formação educacional.

Essas considerações devem nortear a reflexão acerca das conexões entre o discurso e as práticas que se desenvolvem no Instituto Federal Sul-rio-grandense e também sobre a concepção de nossa função social como escola pública profissionalizante, os seus objetivos educacionais e a sua relação com a sociedade.

Portanto, o desafio a ser enfrentado é o de se comprometer com o processo educativo, com o desenvolvimento do indivíduo em todas as suas dimensões, para que ele tenha capacidade de viabilizar caminhos coletivos que revertam a imensa exclusão social produzida pelas mudanças nos processos produtivos.

O Instituto, nessa perspectiva, precisa ser um espaço no qual devemos formar indivíduos que venham a interferir como sujeitos da história. Essa instituição precisa incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipatórias, que proponham uma reflexão crítica da história e da cultura, desmistificando o senso comum.

Torna-se necessário procurar entender as mediações que acontecem nas instituições de ensino, refletir sobre a prática docente, sobre as atividades diárias, sobre as forças culturais, econômicas e políticas que moldam a sociedade, para perceber a interação entre o sistema escolar, seus currículos e as relações sociais.

De forma ainda mais efetiva, precisamos referenciar nossa prática no nosso próprio discurso. Por exemplo, refletir o que significa para cada um de nós a afirmação, tantas vezes repetida, de que devemos “formar um cidadão crítico, reflexivo, autônomo, ciente de seus direitos e deveres, capacitado para participar da construção de uma sociedade mais igualitária”. Se esse é realmente o propósito de todos os que repetem tal discurso, é preciso transpô-lo para as relações concretas de nossa prática educativa.

Percebe-se que as discussões sobre as relações entre a formação escolar e o poder, que detêm aqueles que dominam o conhecimento, são pouco frequentes no ambiente escolar. E, quando provocadas, sofrem uma forte resistência por parte dos que não percebem outra concepção de educação escolarizada que não seja aquela que vivenciaram ao longo de sua experiência, seja como aluno, seja como professor. Nesta conjuntura, a escola tem um papel significativo na difícil tarefa de construir uma sociedade embasada em novos valores.

Como forma de viabilizar essa nova sociedade, é preciso resgatar o homem em seus espaços e em suas relações com o mundo, possibilitando que, em sua formação, o indivíduo tenha acesso a toda fundamentação teórica aliada à prática, que lhe possibilite a inserção no mundo do trabalho, permitindo “o entendimento crítico de como funciona e se constitui a sociedade humana em suas relações sociais e como funciona o mundo da natureza, da qual fazemos parte.” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, p.76)⁷

7. FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (organizadores). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

Algumas análises feitas sobre os motivos que levaram a se empreender a reforma da Educação Profissional no Brasil no final da década de 1990 indicam que ela veio com o intuito de tornar as escolas mais ágeis, capazes de responder às novas necessidades do mercado de trabalho. A dinâmica da construção da sociedade atual está sendo determinada pelo atual modelo econômico que dita os valores éticos, morais e culturais centralizados na necessidade exagerada de consumo e na mercantilização da ciência e da tecnologia.

No entanto, as manifestações que se coletam junto à comunidade indicam o quanto as pessoas não concordam com as consequências produzidas por este modelo econômico-social e apontam para a importância do papel do Instituto Federal Sul-rio-grandense na construção de um novo modelo, o qual vislumbra um desenvolvimento que possa, ao menos, minimizar as diferenças geradas pelo modelo citado.

3.2 CURRÍCULO

3.2.1 Bases Legais do Currículo

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece os fundamentos e define a natureza da educação profissional. Complementam-na leis, pareceres, decretos, resoluções e portarias que compõem as bases legais que darão sustentação aos currículos das diversas modalidades de ensino do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

3.2.2 A construção curricular

A construção curricular no Instituto Federal Sul-rio-grandense, seguindo a filosofia estabelecida para orientar suas ações, toma o trabalho como princípio educativo para articular o plano social, econômico, cultural, humano e concebe o sujeito como ser histórico-social, capaz de transformar a realidade em que vive.

A construção do currículo como instrumento de compreensão crítica da realidade e como uma prática que contempla a indissociabilidade entre saber e fazer é extremamente complexa. Isso porque nela interferem comportamentos políticos, administrativos, econômicos, didáticos, que encobrem crenças e valores, colocando em conflito diferentes interesses.

Para implementar a construção curricular, é necessário procurar entender as mediações que acontecem na instituição, nas atividades diárias, nas forças culturais, econômicas e políticas que moldam a sociedade para perceber-se a interação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense, seus currículos e a sociedade.

Para muitos que trabalham em educação, discutir a construção do currículo é tarefa dos pedagogos e dos especialistas que teriam desenvolvido um conhecimento específico para formatá-lo, cabendo ao professor a sua execução.

Entretanto, quando estamos definindo o currículo, temos a oportunidade de concretizar a função da escola num momento histórico e social determinado, como uma das maneiras de ter acesso

ao conhecimento, não podendo o currículo esgotar seu significado em algo estático. Como nos diz Sacristan (1998)⁸, citando Grundy “O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas” (p.5).

O currículo precisa expressar o equilíbrio das forças e dos interesses das pessoas que formam a comunidade escolar para que através dele se realizem os fins da proposta educacional.

O desafio enfrentado é o de selecionar e organizar conhecimentos escolares que contemplem a formação geral e a formação profissional, baseada no processo histórico e ontológico da existência humana, cujo conhecimento científico é uma das dimensões.

3.3 AVALIAÇÃO

Pensar sobre as possibilidades de gestão de novas propostas pedagógicas para o Instituto Federal Sul-rio-grandense significa resgatar e trabalhar sobre o processo histórico vivido por seus atores, tanto nos seus aspectos de permanência como em seus aspectos de mudanças políticas e pedagógicas.

Sabe-se que a avaliação se constitui em tema de constantes estudos e debates na área da educação, despertando discussões que ultrapassam os limites do espaço pedagógico.

Nos últimos anos, por exemplo, além de identificar resultados das aprendizagens dos alunos, a avaliação tornou-se importante instrumento para análise do desempenho de instituições e sistemas educacionais, como é o caso do SAEB, do ENEM e do ENADE. Nessa perspectiva, discutir avaliação educacional implica, também, analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas no interior das salas de aula.

Entende-se que ensinar não se restringe a uma questão de transferir conhecimentos, mas de trabalhar modos de raciocinar, de pensar, de explicar e de compreender. Na mesma direção, entende-se que aprender não significa apenas acumular conteúdos, mas também modos de trabalhar o conhecimento, interiorizá-lo e integrá-lo à estrutura mental do aluno e ao seu contexto social. Por isso, a avaliação valorizada somente e/ou principalmente pelas suas características de objetividade e possibilidade de manipulação de dados é uma noção simplista e limitada, levando ao risco de relevar, em segundo plano, aspectos importantes do processo de ensinar e de aprender.

Concebe-se a avaliação como mais um elemento do processo de ensino aprendizagem, o qual nos permite conhecer o resultado de nossas ações didáticas e, por conseguinte, melhorá-las. Ela deve ser contínua, formativa e personalizada, contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos alunos e estimulá-los a continuar a aprender.

8. SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

A crença no esforço de cada professor desta Escola tem sido tomada como referencial importante pelo sucesso do estudante no processo educativo.

Nessa perspectiva, as manifestações de professores e estudantes sobre o tema da avaliação constituíram-se no principal referencial para a edificação do processo de avaliação das aprendizagens no Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Citam-se algumas expressões manifestadas pela comunidade, sem considerá-las como as únicas expressões válidas nem como excluídas dos demais posicionamentos.

(...) entende-se avaliação educativa como uma atividade prática que visa à formação integral das pessoas que participam dos processos educativos (...) a avaliação educativa é, sobretudo, uma questão de ética, não só uma questão acadêmica, de técnica, de saber (...) os aspectos técnicos adquirem sentido precisamente quando são guiados por princípios éticos⁹. Como meio de reflexão da ação educativa e para direcionar e realimentá-la; Como meio de diagnosticar o processo de ensino e aprendizagem do aluno e do professor; Desse modo, não deve ser restrita a um único mecanismo rígido, deve contemplar diferentes instrumentos que, aplicados nos momentos adequados, demonstrem a melhor forma de aprendizado¹⁰.

Outras declarações observaram que, no processo de avaliação,

(...) levam-se em consideração todos os aspectos: sócio-históricos, culturais, naturais, fazendo assim com que o aluno seja um agente de transformação (...) expresse o quantitativo e o qualitativo (...) consiga avaliar o aluno como um todo (...) seja coerente com a concepção de educação e o interesse do aluno (...) seja processual e metodológico¹¹.

Alguns docentes ressaltam a ideia de que a avaliação não deve se constituir em um processo “punitivo” ou “excludente”. Suas expressões sugerem várias perspectivas importantes, quando explicitam que a avaliação deve ser contínua/formativa/significativa, devendo respeitar o tempo de aprendizagem dos estudantes; reconhecer as experiências e os conhecimentos dos estudantes; reconhecer o erro como parte integrante do processo; flexibilizar os instrumentos; minimizar controle e seleção; focalizar processo e instrumentos que permitam observar, mais do que os resultados o próprio processo¹².

Deve ser clara e transparente para o aluno, considerando as peculiaridades individuais, promovendo a contextualização do conhecimento trabalhado e o desenvolvimento da autoconfiança do educando¹³.

Encontramos, também, expressões que referenciam o processo avaliativo na direção de uma perspectiva formativa do aluno, quando os professores manifestam que a avaliação precisa ser “voltada à valorização das aprendizagens significativas, às estratégias mentais do ato de aprender, da formação geral do aluno e dos processos criativos¹⁴.

Percebemos que as expressões dos professores, suas inquietações e expectativas em relação ao processo de avaliação das aprendizagens dos seus alunos encontram guarida nos documentos legais, tais como: LDB/96; DCNEM/98; PCNEM/98 e, mais recentemente

9. Fragmentos de depoimentos de professores do Curso de Mecânica Industrial do Câmpus Pelotas.

10. Fragmentos de depoimentos de professores do Câmpus Charqueadas.

11. Fragmentos de depoimentos de professores da Coordenadoria de Ciências da Natureza (CINAT) do Câmpus Pelotas.

12. Fragmentos de depoimentos de professores docentes da Coordenadoria de Códigos e Linguagens (COLINC) do Câmpus Pelotas.

13. Fragmentos de depoimentos de professores do Câmpus Charqueadas.

14. Afirmção retirada das manifestações dos professores do Curso de Eletrônica do Câmpus Pelotas.

nos PCN+¹⁵ (Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) publicados em 2002).

Nesse sentido, está explicado nesse documento que:

(...) quando o professor deseja que cada um de seus alunos se desenvolva da melhor maneira e saiba expressar suas competências, avaliar é mais do que aferir resultados finais ou definir sucesso e fracasso, pois significa acompanhar o processo de aprendizagem e os progressos de cada aluno, percebendo dificuldades e procurando contorná-las superá-las continuamente. À medida que os conteúdos são desenvolvidos, o professor deve adaptar os procedimentos de avaliação do processo, acompanhando e valorizando todas as atividades dos alunos, como os trabalhos individuais, os trabalhos coletivos, a participação espontânea, o espírito de cooperação, e mesmo a pontualidade e a assiduidade. As avaliações realizadas em provas, trabalhos ou por outros instrumentos, no decorrer do semestre ou em seu final, individuais ou em grupos, são essenciais para obter um balanço periódico do aprendizado dos alunos, e também tem o sentido de administrar sua progressão. Elas não substituem as outras modalidades contínuas de avaliação, mas as complementam. (PCN+, p.136)

Portanto, pode-se concluir que qualquer modelo de avaliação adotado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense para refletir o pensamento dos professores, neste momento, deve partir de uma reflexão crítica sobre a prática e traduzir-se em uma ação pedagógica que inclua a avaliação como um elemento constitutivo do processo didático de ensino-aprendizagem.

3.4 POLÍTICAS DE ENSINO

3.4.1 Políticas de ensino para educação básica

3.4.1.1 Educação Inicial e Continuada de Trabalhadores

O princípio da educação para trabalhadores é constituir a educação geral como parte inseparável da educação profissional, em todos os âmbitos em que se efetive a preparação para o trabalho. Porém, essa integração exige que a relação entre formação geral e específica seja construída continuamente, ao longo da educação do indivíduo, sob a égide do trabalho.

E esse, como princípio educativo, segundo Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005)¹⁶, “tem o sentido de sobrepujar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de conjugar a dimensão intelectual com o trabalho produtivo e de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos” (p.85).

Para Gramsci, “o verdadeiro dirigente é aquele que sabe respeitar o seu subordinado, isto é, sabe direcionar o trabalho, mas, principalmente, leva em conta os direitos de seu empregado” (1986, p.54). Assim, a formação integrada relega a ideia do ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Para isso, é preciso ignorar o reducionismo da simples preparação para o mercado de trabalho e conceber a formação profissional como forma de entender e modificar a realidade, por intermédio de ação técnica, política e cultural.

15. Disponível no site <http://portal.mec.gov.br/seb/index>

16. Ver nota de rodapé 7

3.4.1.2 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira presenciou a implementação de reformas educacionais que visavam atender as demandas do mercado globalizado.

As políticas educacionais adotadas, principalmente em nível federal, alteraram legislações anteriores, currículos e formas de avaliação, dissociando o ensino propedêutico do ensino profissionalizante, o que resultou em um modelo de educação profissional preocupada tão somente com a “preparação de força de trabalho para o mercado”, que passa a influenciar no que deve ser ensinado na escola profissionalizante por meio de sua organização curricular.

O modelo de educação profissional, implementado com o Decreto nº 2.208/97, aumentou o distanciamento dos egressos dessa modalidade de ensino da escola idealizada por Gramsci.

Escola única de cultura geral, humanística, formativa, que considere justamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar de forma manual (técnica, industrialmente) e o da potencialidade do trabalho intelectual, que lhe possibilitasse um olhar crítico sobre a relação capital-trabalho. (1967, p.141)

Nessa perspectiva, o Decreto nº 5.154/04 resgata a possibilidade da “escola unitária”, e permite a unificação dos saberes propedêuticos e profissionalizantes, visando à formação de profissionais humana e tecnologicamente preparados para enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação.

A educação profissional tem especial importância como meio para a construção da cidadania e para a inserção de jovens e adultos na

sociedade contemporânea, caracterizada pela dinamicidade e por constantes transformações técnicas. Para que ela desempenhe seu papel, não pode ser compreendida como um mero treinamento com vista à empregabilidade imediata. Deve ser encarada, independentemente da modalidade na qual seja desenvolvida, como meio para construir conhecimentos, adquirir competências que possibilitem interferir no processo produtivo, compreender as formas de produção e desenvolver habilidades que capacitem o trabalhador para o exercício da reflexão, da crítica, do estudo e da criatividade.

Partindo desse pressuposto, não é mais possível que se mantenham escolas pobres de conhecimento, distanciadas da realidade, reprodutoras das desigualdades sociais e historicamente dualistas na sua estrutura: separam o ensino propedêutico da formação profissional.

A partir dessa compreensão, o Instituto Federal Sul-rio-grandense, na proposição curricular da educação profissional técnica de nível médio, priorizará uma ação educativa que propicie a construção conjunta de conhecimentos técnico-científicos. Buscará, dessa forma, proporcionar educação profissional que permita ao egresso inserção no mundo do trabalho e/ou a continuidade de estudos, universalizando e tornando unitária a formação básica do cidadão, independentemente de sua origem socioeconômica.

3.4.2 Políticas para o ensino superior de Graduação, Pós-graduação e Pesquisa

3.4.2.1 Educação Profissional Tecnológica

Na trajetória educacional brasileira, vem persistindo a separação entre trabalho e educação, refletindo a divisão da sociedade em empregador (que sabe pensar) e empregado (que sabe fazer). Ao primeiro, reserva-se o ensino das humanidades e, ao outro, o treinamento.

Talvez essa dualidade, persistente no sistema educacional, tenha induzido à compreensão da educação superior desvinculada do mundo do trabalho, a ponto de considerarmos alguns cursos tradicionais como “acadêmicos”. No entanto, todos os cursos superiores são profissionalizantes.

Para o Instituto Federal Sul-rio-grandense, os cursos superiores de tecnologia representarão mais uma alternativa de profissionalização em nível superior e serão criados para responder à demanda por preparação, por formação especializada, por aprimoramento educacional e profissional, oferecidos em áreas, nas quais três anos de formação sejam suficientes para uma educação de qualidade.

A sua organização curricular estará voltada para a formação de profissionais capazes de desenvolver tarefas próprias e de apreender os processos tecnológicos, para atender a diversificação e a complexidade de uma determinada área. Enfocará formação específica voltada para a gestão e para o desenvolvimento do mundo do trabalho. Apresentará estrutura acadêmica que propiciará, ao for-

mando, sólida formação científica voltada à compreensão teórico-prática das operações a executar em área determinada.

3.4.2.2 Cursos de Engenharias

A expansão da educação superior é, seguramente, um dos fatores relevantes para o crescimento da economia brasileira nas próximas décadas e a ampliação do acesso à educação superior de qualidade deve ser uma das prioridades para o processo de desenvolvimento nacional e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Ao ofertar ensino de Engenharia, o Instituto Federal Sul-rio-grandense visa contribuir na ampliação de oportunidade de acesso ao ensino superior, especialmente em turno noturno, oferecendo alternativas para reduzir os problemas da desigualdade das oportunidades de acesso e da qualidade do ensino.

Na construção dos cursos de engenharia no Instituto Federal Sul-rio-grandense serão priorizados, para a formação acadêmica, os valores democráticos como princípios fundamentais à educação, à produção de conhecimento, à ética, aos valores humanos consolidados em razão de ações que permitam uma integração efetiva entre o aluno e a sociedade, com expressiva quantidade de atividades laboratoriais.

O Projeto Pedagógico dos Cursos de Engenharias contemplará os seguintes aspectos:

- realização de programas interdisciplinares e de pesquisa que possibilitem o desenvolvimento de inovação e desenvolvimento científico-tecnológico;
- realização de estágios como vínculo entre a formação acadêmica e o desenvolvimento científico-tecnológico, com aplicação direta no mundo do trabalho;
- realização de atividades de extensão e adoção de medidas que tornem transparentes, à sociedade, as ações tomadas no âmbito do Curso e que permitam uma ausculta da sociedade em termos de suas necessidades e anseios.

3.4.2.3 Formação de Docente

Embora o ato de ensinar seja uma prática muito antiga, somos continuamente instigados a investigar de qual ou de quais conhecimentos se precisa ou como se deve agir para exercer o ofício de ensinar.

Inúmeras pesquisas têm investigado questões ligadas à formação de professores. Algumas indicam um repertório de conhecimentos e de ações que precisam ser assumidos pelos docentes, para se tornarem professores competentes. Outras tratam do professor-reflexivo, dos saberes do professor, do professor-pesquisador, bem como da transição de paradigmas, que contribuem para o arcabouço teórico de estudos sobre a caracterização do profissional professor. Dentre os autores destacam-se, entre outros: Kenneth Zeichner, Donald Schon, Maurice Tardif, Celma Pimenta, Maria Isabel

da Cunha, Ubiratan D'Abrósio, Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire e Lev Vygotsky.

Esses estudos têm fortalecido a importância de se repensar o processo de formação do professor. Ao investir na sua formação, alertam para que se atente na importância de não haver perda de conexão com as práticas pedagógicas cotidianas e compreender como estão sendo produzidas as representações e as determinações que o professor faz de sua própria prática.

Pensar na formação do professor, para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, capaz de articular racionalidade científica e prática reflexiva leva, necessariamente, à compreensão do conhecimento historicamente construído e sistematizado, dentro de uma concepção que rompa com a lógica positivista – concebendo o conhecimento com dupla entrada – epistemológica e societal, sem a tradicional hierarquização entre conhecimento e saberes. Esses, empregnados da práxis cotidiana do mundo profissional com suas transformações e contradições, um processo de “aprendência” que requer contínuas interlocuções com a ciência e com a prática social, transferindo o foco do ensino para a aprendizagem.

Isso implica considerar o conhecimento contextualizado como categoria articuladora na análise dos processos de formação do professor, com sólida base científica e humanística para o exercício da cidadania, entendendo cidadania como expansão de direitos.

Nessa perspectiva, torna-se necessário desenhar um projeto de curso em contínuo movimento de flexibilização curricular com pers-

pectiva interdisciplinar, em que o currículo contemple uma relação pedagógico-dialógica, pensando o professor em sua perspectiva histórico-social, mantendo sólida base científica, formação crítica da cidadania, trazendo a ética e a solidariedade como valores fundantes na formação do professor. Isso requer uma transformação não só da formação inicial, como também da formação continuada de professores numa outra concepção de conhecimento, de ciência e de mundo, evidenciando que há um “movimento histórico” permanente de tensões entre o “vivido e o por viver”. Além disso, várias pesquisas estão desvelando as contingências e as necessidades de mudança, num tempo marcado pela incerteza e exigente de outras posturas epistemológicas, políticas e socioculturais.

3.4.2.4 Pós-graduação

O sistemático avanço do conhecimento humano no século XX, principalmente na área de tecnologia, trouxe, como resultado concreto, a permanente mudança nos processos de aquisição, de utilização e de construção de novos conhecimentos e técnicas.

A consolidação dos cursos de pós-graduação é fator preponderante no processo de produção do conhecimento, na qualificação do exercício das atividades da docência e na preparação de pesquisadores para desenvolverem novas técnicas e processos, a fim de atender os avanços do mundo do trabalho. Nesse sentido, a formação de pesquisadores se dá, fundamentalmente, em programas de pós-graduação; por outro lado, a constituição e consolidação de grupos de pesquisa é condição favorável à implantação da pós-graduação.

A oferta de cursos de pós-graduação tem sido realizada no Instituto Federal Sul-rio-grandense basicamente a partir dos cursos de especialização nas diversas áreas de conhecimento. A Instituição tem também ofertado cursos de Mestrado Profissional e pode-se verificar o potencial do IFSul para o desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu com caráter profissional e eventualmente acadêmico, com foco no desenvolvimento de pesquisa voltada às demandas sociais e aos arranjos produtivos locais e regionais.

A Pós-graduação do IFSul tem se alinhado principalmente com o equacionamento de problemas concretos do mundo da produção e dos serviços, além da vinculação com a formação em nível de pós-graduação dos docentes vinculados à educação fundamental, média e técnica de nível médio.

3.4.3 Políticas de Ensino para Educação a Distância

Os significativos avanços na tecnologia de informação permeiam as mais variadas áreas do conhecimento. A educação não ficou fora desse contexto, implementando, em seu rol de ofertas de modalidades de ensino, a Educação a Distância.

Na legislação brasileira, com o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que define a educação a distância, observa-se que o conceito apresentado evolui, quando passa a ser utilizado como “educação a distância”, não mais como “ensino a distância”.

É fundamental não perder de vista que o papel primordial da tecnologia é servir ao homem. Desse modo, a educação tecnológica deve promover a integração entre tecnologia e humanismo, não no sentido de valorizar a rela-

ção educação/produção econômica, mas principalmente à formação integral do indivíduo. Educar o ser humano diante da sua crescente interação com a máquina implica encarar a tecnologia como um meio, e não um fim a ser alcançado. Ou seja, utilizar critérios de eficiência e eficácia na escola, importados da economia, não produzem resultados satisfatórios a médio prazo, pela incapacidade da escola em acompanhar a velocidade com que as transformações econômicas e sociais se realizam (CARDOSO, 1999, p.219-220)¹⁷.

Na contemporaneidade, verifica-se uma série de discussões que direcionam seu foco de atenção para o incremento de processos vinculados à Educação a Distância. A EAD¹⁸, como já se convencionou denominar, é amplamente defendida por uma grande parcela de pesquisadores e estudiosos, devido, principalmente, ao incremento tecnológico da área educacional.

O campo da educação a distância é polêmico e cheio de desafios. A inovação tecnológica de informação, por si só, não representa uma nova pedagogia, não vem substituir nem tirar a importância da pedagogia, dos docentes ou de sua formação. “A EAD necessita de proposta pedagógica diferente da educação presencial e, ao mesmo tempo, tem de ser igual, até mais exigente do que um curso desenvolvido face a face”. (OLIVEIRA, 2003, p.11)¹⁹.

A globalização dos processos de comunicação determina a abertura de um escopo abrangente de ferramentas que podem participar do processo de ensino-aprendizagem.

A rede mundial de computadores pode colaborar no encaminhamento de novas metodologias educacionais, assumindo o papel de elemento motivador e aglutinador de projetos inter e transdisciplinares na área de educação, uma ferramenta com capacidade de

ampliar e potencializar a relação entre conhecimentos de áreas diversas.

A importância da conectividade no desenvolvimento tecnológico contemporâneo tem sido analisada por diferentes prismas. Afinal, informação no computador é poder comercial, político, poder de mudar o mundo. Entretanto, o acesso à informação passa pela educação, e já se fala num tipo novo de analfabeto, aquele que não tem conhecimentos de informática. O impacto do computador na reformatação da sociedade é e será tão grande ou maior do que a Revolução Industrial, especialmente a partir da segunda fase, em meados do século XIX (CARDOSO, 1999, p.217)²⁰.

A Educação a Distância no Brasil recebeu um grande incentivo com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB é formada pela parceria entre instituições de ensino superior que pretendem levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não têm oferta para atender aos cidadãos. O desafio, nos próximos anos, será elaborar uma política em educação que incorpore as tecnologias de informação como ferramenta, como uma estratégia

17. CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Sociedade e desenvolvimento tecnológico: uma abordagem histórica, In: _____. Educação tecnológica – desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999.

18. A sigla EAD é utilizada para delimitar a área da educação que se utiliza dos processos referentes à tecnologia da informação como uma ferramenta para otimização de processos de ensino-aprendizagem. Contudo, a EAD não determina, obrigatoriamente, a questão de o método ser presencial ou não.

19. OLIVEIRA, Elza Guimarães. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas: Papirus, 2003.

20. Ver nota de rodapé 17

de transformação educacional, mediante projetos que possibilitem uma educação de qualidade para todos.

Na construção curricular da educação a distância, o Instituto Federal Sul-rio-grandense buscará referenciais que possam atender a espaços e tempos diferentes e que permitam implementar, na educação a distância, o que é essencial na educação presencial.

3.4.4 Políticas de inclusão e emancipação

3.4.4.1 Políticas de Inclusão Social e Emancipação

A implementação das políticas de inclusão social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense fundamenta-se na transformação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que promoveu uma mudança estrutural em suas concepções e diretrizes. Assim, os Institutos Federais, enquanto agentes de implementação de políticas públicas, assumem o papel de desenvolver ações para a inclusão de segmentos sociais que, por diversas razões históricas encontram-se à margem dos processos de formação profissional, e, desta forma, reconhecer que a educação é um direito de todos e todas.

Constituem-se políticas inclusivas: o atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas, através de aquisição e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva, as políticas de educação quilombola, as políticas de direitos humanos para inclusão de jovens e adultos, as políticas de gênero e diversidade sexual, as políticas inclusivas para educação no campo, a educação ambiental, a edu-

cação para a pesca e, ainda, a educação de apenados e de idosos. Dessa forma e em consonância com tais diretrizes, as referidas ações serão desenvolvidas conforme as necessidades internas e as realidades das comunidades locais e regionais de cada câmpus, contribuindo para a democratização do conhecimento.

No Brasil, a Constituição Federal estabelece a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda, no seu art. 205, determina que a educação, como um direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Dessa forma o Instituto Federal Sul-rio-grandense, procurando atender ao que determina a Carta Constitucional, e ainda em observância aos documentos internacionais como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a Conferência Internacional do Trabalho (1983), a Declaração de Manágua (1993), a Conferência de Jomtien (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001), a Declaração de Caracas (2002), a Declaração de Sapporo (2002), entre muitas outras que propõem uma sociedade com mais equidade e sem estereótipos, igualitária, sem a dicotomia de normais e anormais, dos sem deficiência e os com deficiência, começa a romper definitivamente com o paradigma da exclusão, dando início a uma série de ações políticas, atos administrativos e didático-pedagógicos, objetivando atender este segmento historicamente excluído do ensino público e regular brasileiro.

É uma verdadeira adequação de padrões. Não basta apenas quebrar barreiras arquitetônicas e físicas das instituições, mas também priorizar uma mudança cultural e comportamental de todos os envolvidos no processo, capaz de compreender as reais necessidades: mudança de cultura dos seus professores e técnico-administrativos em educação e uma liderança eficiente e comprometida dos seus gestores, em todos os níveis e instâncias, para com as pessoas com necessidades educacionais específicas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, sensibilizado com essa realidade, está comprometido a proporcionar uma Educação Inclusiva compreendendo-a como um conjunto de princípios e procedimentos implementados pela Gestão de cada Câmpus, adequando a sua realidade para que nenhum aluno seja excluído dos processos de ensino, pesquisa e extensão e, por consequência, do mundo do trabalho.

No que tange às pessoas com deficiência, elegeram-se inúmeras ações inseridas nas seis grandes áreas que contemplam a Lei de Acessibilidade:

- **Arquitetônica:** adequação e/ou reforma de estruturas já existentes e projetos de novas edificações que atendam e/ou cumpram às normas de acessibilidade;
- **Atitudinal:** através de informações sobre as potencialidades e habilidades de pessoas com deficiência e com exercícios de conscientização e sensibilização visando à eliminação de qualquer pré-conceito que traga em sua essência o desrespeito pelo outro;

- **Comunicacional:** abrangendo a adequação de códigos e sinais, páginas web da Instituição, dispositivos auxiliares, pôsteres e panfletos, adequados às pessoas com deficiência;
- **Metodológica:** priorizando a adequação de técnicas, teorias, abordagens e de metodologias promissoras que tragam benefícios a este segmento;
- **Instrumental:** com a adaptação de materiais, mobiliário, aparelhos, equipamentos, utensílios, e aquisição e desenvolvimento de Tecnologia Assistiva;
- **Programática:** apontando e eliminando barreiras, invisíveis ou não, presentes nas políticas, normas, portarias, leis e outros instrumentos afins.

Para prover e programar essas ações foi criado em cada um dos seus câmpus o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, responsável por desenvolver as ações de apoio aos estudantes e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica. Os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas têm como objetivos gerais: assessorar o Diretor-geral do Câmpus nas ações de apoio aos estudantes e servidores que apresentem algum tipo de necessidade específica; articular as atividades relativas à inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas, em todos os níveis e modalidades de ensino do IFSul, definindo prioridades e material pedagógico a ser utilizado; fomentar o desenvolvimento da cultura da “educação para convivência” com base na aceitação da diversidade e, principalmente, na

quebra de barreiras físicas, atitudinais, metodológicas, instrumentais, programáticas e comunicacionais nos câmpus do IFSul.

3.4.4.2 Tecnologia Assistiva

A Tecnologia Assistiva (TA) é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas, tornando-se um mecanismo importante para essa parcela da população em qualquer faixa etária e em qualquer situação do cotidiano. Diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana.

O IFSul, ao implementar a Tecnologia Assistiva, agregará em sua estrutura de gestão a política e a administração de recursos desta tecnologia, com vistas a difundir essas ações, articulando-as junto ao ensino, à pesquisa e à extensão e sendo mais um instrumento para equiparação de oportunidades e promoção dos direitos humanos. Proporcionará à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle do ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

A TA deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento.

3.4.4.3 Educação das relações étnico-raciais

Com o objetivo de implementar as ações indicadas pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008, que incluem no currículo oficial da Rede de Ensino, em todos os níveis e modalidades, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, bem como no atendimento à Resolução nº 1/2004 do Conselho Nacional de Educação e do Parecer CNE/CP3/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Africanas, o IFSul consolidará, em cada um de seus Câmpus, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI. Os NEABIs articularão, também, ações que permitam desenvolver a temática da diversidade étnico-racial em todos os segmentos da Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, priorizando o respeito e a valorização da cultura do índio e do negro, considerados sujeitos de nossa História. A apropriação da temática étnico-racial, bem como seu desenvolvimento em todos os níveis de ensino, traz como objetivo aquilo que Munanga (2001)²¹ chama de resgate da memória coletiva, pois o resgate da memória e da história da comunidade negra interessa a todos, rompendo com uma história distorcida e uma educação eurocêntrica. O mesmo vale para os índios.

A educação das relações étnico-raciais, independente da ênfase direcionada às Lei nº 10.639/03 e 11.645/08, tende a alargar seu cam-

21. MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: **Superando o Racismo na Escola**. 2ª ed. Brasília, Ministério da Educação, 2001. p.7-12.

po de visão compreendendo-as como instrumentos de combate e de superação do racismo na sociedade brasileira. A Educação das relações étnico-raciais traz em seu bojo norteador a desconstrução e interpretação dos infindáveis silêncios recriados em torno do negro, do índio e suas respectivas culturas. Ao fazê-lo consegue-se perceber que a busca pela erradicação do racismo contempla a alteridade tão necessária entre os homens.

3.4.4.4 Políticas de Gênero e Diversidade

Com a finalidade de desenvolver ações referentes à identidade de gênero e orientação sexual, ao mesmo tempo que as situe entre as prioridades do Instituto e as contemple a partir das perspectivas da inclusão social e da cultura dos direitos humanos, a administração do IFSul incentivará a criação do Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED nos câmpus.

Os NUGEDs desenvolverão ações de implementação dos direitos da mulher, dos apenados, dos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social e de todo um elenco que compõe o universo da Diversidade para a eliminação das discriminações, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural. Irão incentivar o respeito às diferenças pessoais, bem como desenvolverão atividades que visem à formulação, coordenação e articulação de políticas públicas e a realização de diagnóstico da realidade regional onde os câmpus estão inseridos.

Caberá ao NUGED sugerir projetos em parcerias com Órgãos Públicos e privados, Entidades, Instituições, Prefeituras e Secretarias

de Governo; elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter regional; elaborar o planejamento de políticas de gênero e diversidade que contribuam na ação do Departamento de Apoio à Educação Inclusiva da PROEX.

3.4.5 Participação dos discentes em atividade de monitoria e tutoria

A monitoria é uma atividade acadêmica que visa oportunizar ao estudante experiência da vida acadêmica, por meio da participação em atividades de organização e desenvolvimento das disciplinas do curso.

O programa de tutoria acadêmica tem por finalidade acompanhar e orientar individualmente a vida acadêmica dos estudantes dos cursos do IFSul.

A monitoria e a tutoria acadêmica estão regulamentadas na Organização Didática, nos capítulos XXVIII e XXIX, respectivamente.

3.5 POLÍTICAS DE PESQUISA E INOVAÇÃO

A política da Pesquisa e Inovação do Instituto Federal Sul-rio-grandense alicerça-se em função de ações formuladas em conformidade com a potencialidade do seu corpo de servidores e discentes e das ações de fomento interno e externo. A Pesquisa e Inovação estão presentes em todos os níveis de ensino visando despertar a vocação científica e estimular a formação de novos pesquisado-

res. Tais ações são desenvolvidas por meio de projetos de pesquisa que abordam problemas regionais, sendo que muitas necessitam de respostas tecnológicas e também por meio de programas de pós-graduação em linhas de conhecimento que apresentam uma demanda significativa nas regiões de abrangência do IFSul.

Pode-se destacar que o objetivo principal das Políticas de Pesquisa e Inovação é definir as diretrizes de todas as ações em nível de pesquisa, inovação e pós-graduação para os câmpus do Instituto Federal Sul-rio-grandense. Isso envolve, principalmente, a capacitação docente, fomento à pesquisa em ações que envolvem recursos próprios do Instituto Federal Sul-rio-grandense ou de instituições de apoio à pesquisa, além da oferta de cursos de pós-graduação. Essas ações estão em sintonia com as demandas internas e com as demandas das comunidades locais e regionais, visando contribuir com o crescimento científico, econômico e social.

Entre as ações em desenvolvimento estão o fomento à pesquisa através de editais, fomento à participação em eventos científicos com apresentação de trabalhos, o cadastro de grupos de pesquisa, o registro de projetos de pesquisa, a divulgação científica e a consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

No que tange à inovação, a criação do NIT visou promover a proteção do conhecimento gerado no âmbito do IFSul e a sua transferência ao setor produtivo, contribuindo assim para o desenvolvimento cultural, tecnológico e social do país.

3.5.1 Participação discente

A participação discente em projetos de pesquisa vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Isto se deve ao forte incentivo proporcionado pelas bolsas de pesquisa, tanto através de recursos próprios do Instituto, quanto pelos recursos obtidos junto a órgãos de fomentos à pesquisa.

Na seleção dos projetos de pesquisa contemplados com bolsas são adotados critérios predefinidos e publicados juntamente ao Edital de Chamada para recebimento das propostas, garantindo a plena transparência do processo.

3.5.2 Participação do servidor

A participação dos servidores na pesquisa é resultado, entre outros aspectos, da sua capacitação. O Instituto vem valorizando e proporcionando a capacitação dos servidores com ações que compreendem a liberação parcial ou total de carga horária de trabalho, como também a concessão de bolsas de fomento.

Na seleção dos servidores contemplados com bolsas são adotados critérios predefinidos e publicados juntamente ao Edital de Chamada para recebimento das propostas, garantindo a plena transparência do processo.

3.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO

3.6.1 Extensão e Trabalho

A extensão no Brasil, desde a sua criação, tem instituído a prática de ações voltadas para a comunidade externa. Desde as primeiras atividades de extensão, na forma de cursos e de prestação de serviços, no início do século XX, passando pela campanha de alfabetização e Reformas de Base no início dos anos 60, até a definição da atual perspectiva de extensão, no período de redemocratização pós-ditadura, o diálogo com a sociedade tem tentado cumprir um papel importante de construção democrática das instituições de ensino brasileiras.

As políticas públicas para a Educação têm apontado para que a Extensão estabeleça uma via de mão dupla com a sociedade que permita a integração entre os saberes acadêmico e popular, sempre com a intencionalidade de revitalização da relação ensino/pesquisa frente às demandas da maior parte da população. A Extensão deve ter seu compromisso maior com a superação da desigualdade e da exclusão social e assumir-se como agente importante de transformação social no Brasil, a partir da emancipação dos ditos excluídos. No tocante à formação discente, a interação com a sociedade ao longo do seu percurso formativo permite uma identificação com a realidade social e com os problemas que deverá enfrentar enquanto profissional, contribuindo com a formação ética e política dos estudantes.

Visto que a educação brasileira deve vincular-se à profissionalização e à prática social, o trabalho é um tema de importância na Extensão,

constituindo-se como princípio educativo nas ações do IFSul. Nesse sentido, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) define entre suas áreas temáticas o Trabalho e a Ciência e Tecnologia.

Embora a obrigatoriedade da Extensão na Educação Profissional e Tecnológica tenha se dado apenas a partir do estabelecimento dos Institutos Federais (2008), temos um histórico de longa data de interação com o mundo do trabalho. Assim, a política para Extensão criada para os Institutos Federais propõe o trabalho como um elemento central na relação entre instituição e sociedade, devendo contribuir na indução do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

Há, entretanto, um imperativo, que é a reorientação política na atuação extensionista dos Institutos Federais. A Educação Profissional no Brasil tem histórico de vinculação íntima com os interesses do mundo econômico, tendo passado durante décadas por abordagens assistencialistas, fortalecendo a concepção de educação estratificada por nível social. A criação da Rede de Institutos Federais propõe-se a trazer uma nova perspectiva, conforme discurso oficial, onde a educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social. Para tanto, a extensão - mesmo aquela voltada para o mercado de trabalho - deve ter como pauta o fortalecimento da classe trabalhadora e o incentivo às organizações alternativas do trabalho que vêm se desenvolvendo nas lacunas da economia do capital.

3.6.2 Políticas para a Extensão na dimensão do Trabalho

Uma das atividades de extensão que tem sido desenvolvida ao longo dos últimos anos na nossa instituição é a aproximação com o mercado de trabalho, seja através de visitas gerenciais, visitas técnicas ou mesmo das atividades de estágios.

Segundo a política de Extensão da Rede de Institutos Federais, os projetos pedagógicos, na medida em que visam à formação humana integral, devem levar em conta a preparação do educando para a inserção profissional cidadã, o que amplia a relação instituição-sociedade para além do mercado de trabalho e em direção ao mundo do trabalho. O estágio, quando visto pela ótica da extensão, deve, então, levar em conta que a educação não é produtora de um saber pronto e acabado, normalmente ditado pelo mercado de trabalho: a prática do estágio deve trocar saberes com o mundo do trabalho renovando o ensino e a pesquisa. Nesta perspectiva, é importante que a gestão dos estágios, em cada câmpus, crie uma cultura de maior aproximação dos servidores na efetiva orientação dos estágios, pois as dificuldades encontradas pelos estudantes, no campo de estágio, devem ser fonte de problematização do currículo.

Levando em conta, ainda, a formação para a vida cidadã, deve-se combater a concessão de estágios que visam à exploração de mão de obra, sem compromisso pedagógico com a instituição e com o estudante, fato que ainda é realidade no mercado de trabalho. Para além dos estágios, existem muitas outras experiências que devem ser consideradas como inserção profissional no projeto pedagógico dos cursos e da instituição, especialmente a pesquisa aplicada, extensão tecnológica e demais ações de intervenção de estudantes e

servidores no mundo do trabalho a partir de projetos de extensão. Ainda, se faz necessária a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos nos vários níveis e modalidades, com vistas a inclusão das atividades de extensão, bem como de pesquisa, nos currículos dos cursos, inclusive com aproveitamento de carga-horária (mínimo de 10% para extensão).

Conforme a lei de sua criação, uma das finalidades dos Institutos Federais é orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. Portanto, é papel da Extensão induzir políticas de aproximação e interação com o mundo do trabalho do entorno de cada câmpus e reitoria. As visitas gerenciais e visitas técnicas são práticas instituídas no Instituto Federal Sul-rio-grandense, já há alguns anos, e recomendada pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT. Neste momento, em que cada câmpus deve articular-se com seu entorno, cabe reorientar cada vez mais as visitas gerenciais e visitas técnicas para que se voltem aos arranjos produtivos localizados nas regiões de abrangência da instituição.

Ampliando o espectro de atuação do Instituto Federal Sul-rio-grandense na temática do trabalho, é imprescindível que a Extensão esteja articulada com formas alternativas de organização do trabalho, em especial a Economia Solidária. A partir da implantação do programa político-econômico neoliberal no Brasil, com a precarização das relações de trabalho, o fechamento de fábricas e o consequente desemprego, floresceram no país as iniciativas como grupos asso-

ciativos comunitários, cooperativas populares, redes de produção e de comercialização, feiras de cooperativismo: a Economia Solidária. Atualmente, estima-se que no Brasil 1 milhão e 250 mil pessoas gerem sua renda a partir de empreendimentos de Economia Solidária. A Extensão, em nível nacional, tanto nas Universidades como na rede de Institutos Federais, tem se articulado com as políticas públicas para a Economia Solidária. A Pró-reitoria de Extensão e Cultura do IFSul tem como perspectiva para os anos que se seguem, dentro deste plano de desenvolvimento, fomentar ações de fortalecimento de associações, de cooperativas populares, de empresas autogestionárias, de grupos de produção e de clubes de trocas solidários e autogestionários no entorno dos câmpus e da reitoria, bem como de integração de alunos e de servidores aos fóruns de discussão política de Economia Solidária.

Nesse sentido, ao ser agência mobilizadora, organizadora e executora de programas governamentais, a PROEX busca orientar a oferta de cursos de extensão e de Formação Inicial e Continuada – FIC para a consolidação de políticas emancipatórias, atuando na homologação de Projetos Pedagógicos de Cursos e buscando relações com movimentos sociais, instituições públicas e privadas e com entidades da sociedade civil, visando a articulação desta oferta de cursos às demandas econômicas, políticas e sociais da proposta de transformação social que orienta o IFSul.

3.6.3 Extensão e cultura

Desenvolver políticas de cultura dentro da instituição que busquem contemplar a perspectiva que norteia as políticas públicas, as quais

se articulam por meio de uma concepção de cultura através de três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica.

A dimensão cidadã da cultura é garantida pela Constituição Federal, que determina que a cultura é um direito social, como a educação, saúde, trabalho, moradia e lazer. De acordo com as metas do Plano Nacional de Cultura²²,

os direitos culturais devem ser garantidos com políticas que ampliem o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços de cultura. Também devem ser ampliados os mecanismos de participação social, formação, relação da cultura com a educação e promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória cultural. (BRASIL, 2012, p.19)

O aspecto da cultura na dimensão simbólica parte do entendimento de que os seres humanos têm capacidade de criar símbolos. Tais símbolos se expressam em práticas culturais diversas, como nos idiomas, costumes, culinária, modos de vestir, crenças, criações tecnológicas e arquitetônicas, nas linguagens artísticas. A perspectiva dessa dimensão de cultura “está relacionada às necessidades e ao bem-estar do homem enquanto ser individual e coletivo”. (BRASIL, 2012, p.18)

O aspecto da cultura na dimensão econômica aborda a sua importância na possibilidade de gerar emprego e renda, através da formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões

22. BRASIL. Ministério da Cultura. As metas do plano Nacional de cultura. Apresentação de Ana de Hollanda e Sergio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. 216p.;il.

culturais e à economia criativa. “É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável.” (BRASIL, 2012, p.20)

3.7 RELAÇÕES ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O processo educativo fundamenta-se em três pilares básicos: Ensino, Pesquisa e Extensão, como dimensões formativas, emancipadoras, indissociáveis e sem hierarquização, que estabelecem uma relação dinâmica e potencializadora, gerando um modelo pedagógico que busca contextualizar a formação humano-científico-tecnológica.

No Instituto Federal Sul-rio-grandense esses mecanismos estão orientados e dimensionados para proporcionarem o exercício da cidadania, em tempo e lugares diversos. Ampliar os horizontes das pessoas, com o objetivo de estreitar as diferenças advindas das exclusões sociais e estimular um modelo pedagógico que enseje a participação crescente e integradora dos diferentes segmentos da sociedade e, portanto, pauta-se na perspectiva da transformação social.

Na dimensão de interação com a sociedade, o ensino, a pesquisa e a extensão buscam superar limites entre suas respectivas áreas de ações, com vistas a alcançar a tão defendida indissociabilidade. Dessa forma, apostamos em ações que naveguem nas três dimensões educacionais que tão importantes são para a formação integral/omnilateral dos membros da comunidade acadêmica do IFSul.

Tal atuação ainda permite a transformação da própria instituição, na medida em que possibilita a aquisição de conhecimentos nas práticas educacionais, extensionistas e de pesquisa junto à sociedade na sua diversidade.

Em síntese, o princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão proposto pretende estruturar o Instituto Federal Sul-rio-grandense como uma instituição formadora de profissionais capazes de atender aos desafios da ciência e do desenvolvimento local e regional, sempre na busca da justiça social.

3.8 PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

É assegurada a participação dos discentes no Conselho Superior, nos Colegiados dos Cursos Superiores e na Comissão Própria de Avaliação. O número de discentes em cada órgão e o detalhamento do processo de escolha dos estudantes pelos seus pares estão definidos no Estatuto da Instituição, nos regulamentos de cada Colegiado e da Comissão Própria de Avaliação. Pelo Estatuto do IFSul, podem candidatar-se às vagas no Conselho Superior todos os alunos regularmente matriculados na educação formal.

CAPÍTULO 4

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Os procedimentos didático-pedagógico-administrativos relativos à organização acadêmica no IFSul para a educação básica, profissional e superior de graduação estão definidos na Organização Didática da Educação Básica, Profissional e Superior de Graduação, aprovada pela Resolução nº 90/2012 do Conselho Superior do IFSul. Cursos e programas de pós-graduação e as atividades de extensão regem-se por regulamentos específicos.

O texto completo da Organização Didática do IFSul está disponível em <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>.

Na sequência abordam-se alguns aspectos, tais como perfil de egresso, avaliação, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos, incorporação de avanços tecnológicos, flexibilidade dos componentes curriculares e oportunidades diferenciadas de integralização do curso.

4.1 PERFIL DE EGRESSAS E EGRESSOS

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela dinamicidade e por constantes transformações técnicas. Assim, o perfil profissional da egressa e do egresso deve ser estabelecido de forma que a aluna e o aluno possam construir um conjunto de competências que possibilitem compreender a sociedade em que está inserido, conhecer as formas de produção e interferir no processo produtivo, adquirindo habilidades que o capacitem para o exercício da reflexão, da crítica, do estudo e da criatividade. O perfil da egressa e do egresso de cada curso está contido no seu projeto pedagógico.

4.2 SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

O IFSul, na proposição curricular dos seus cursos e programas, priorizará uma ação educativa que propicie a construção conjunta de conhecimentos técnicos e científicos, a fim de permitir à egressa e ao egresso a inserção no mundo do trabalho ou a continuidade de estudos, universalizando e tornando unitária a formação básica da cidadã e do cidadão, independentemente de sua origem socioeconômica.

4.3 Princípios metodológicos

Atendendo as especificidades de cada nível e modalidade de ensino, os projetos pedagógicos dos cursos e programas deverão ser construídos pautados nos seguintes princípios:

- indissociabilidade entre saber e fazer;
- formação humanística e ética;
- trabalho como princípio educativo;
- problematização e contextualização do ensino;
- pesquisa como elemento educativo;
- desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe;
- estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora;
- interdisciplinaridade e flexibilidade curricular.

4.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A avaliação será norteada pela concepção formativa, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, a fim de propiciar um diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem que possibilite à professora e ao professor rever suas estratégias e, à aluna e ao aluno, comprometer-se cada vez mais com o processo de aprendizagem. Cada câmpus, ouvidos os Colegiados dos Cursos ou a Coordenação de Curso ou Área, propõe os procedimentos para consolidar os processos avaliativos de cada curso.

4.5 PRÁTICA PROFISSIONAL, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESTÁGIOS

O Estágio Curricular corresponde às atividades de aprendizado social, profissional e cultural proporcionadas a estudantes, por meio da participação em situações reais de vida e trabalho, envolvendo competências e habilidades já adquiridas ou disciplinas cursadas. Ele deverá ser realizado em entidades que tenham condições de proporcionar prática profissional no ramo específico de habilitação da aluna e do aluno.

O estágio, como procedimento didático-pedagógico e ato educativo, é essencialmente uma atividade curricular que poderá integrar a proposta do projeto pedagógico dos diferentes cursos e programas, devendo ser planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos e a legislação vigente.

Para que a aluna e o aluno sejam um elemento ativo no seu processo de ensino, o IFSul deverá propiciar a participação em atividades complementares, tais como trabalhos de iniciação científica, projetos multidisciplinares, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores, entre outras.

Além disso, as estruturas curriculares dos cursos e programas poderão, ainda, prever a realização de Trabalhos de Conclusão de Curso com o objetivo de sedimentar os conhecimentos adquiridos, além de desenvolver, na aluna e no aluno, a capacidade e autoconfiança na geração de soluções através da execução de projetos.

4.6 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

O IFSul tem como princípio estimular a utilização de novas ferramentas e novas metodologias de ensino, em especial aquelas que permitam a discentes desenvolverem-se de forma autônoma, tornando-os os agentes principais do seu processo educativo.

Nesse sentido, as tecnologias de informação e comunicação desempenham papel fundamental nos processos de inovação educacional, num mundo globalizado onde a rede mundial de computadores conecta pessoas e instituições. Em sintonia com essa necessidade, o IFSul dispõe de um portal de internet específico para educação a distância e tecnologias educacionais, como agregador de recursos ao referenciar bibliotecas digitais, laboratórios virtuais, repositório

de objetos de aprendizagem e ambientes virtuais de aprendizagem. Desta forma, a comunidade acadêmica dispõe de recursos tecnológicos capazes de apoiar iniciativas para novas metodologias educacionais que respeitem o ritmo individual de aprendizagem e disponibilizem mídias educativas mais sintonizadas com o estilo cognitivo de cada estudante.

Normatizações internas, através de resoluções e regulamentos, garantem o amparo legal e acadêmico para oferta de disciplinas a distância, uso de tecnologias educacionais e projetos de ensino, criando o clima propício para projetos inter e transdisciplinares na área de educação.

4.7 AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Numa sociedade em desenvolvimento acelerado de novas tecnologias e novos produtos em todas as áreas da atividade humana, o IFSul tem como princípio de ação manter a infraestrutura atualizada no que tange a equipamentos e laboratórios, sem, contudo, perder de vista os princípios metodológicos estabelecidos, em especial o compromisso de trabalhar conjuntamente os conhecimentos técnicos (tecnológicos) e científicos e a formação de indivíduo capaz de ser um agente de modificação da sociedade em que está inserido.

4.8 FLEXIBILIDADE E INTEGRALIZAÇÃO DE CURSO

Estudantes têm direito a aproveitamento de estudos realizados com êxito no mesmo nível de ensino ou em nível superior e com-

preendendo disciplinas ou áreas de conhecimento que tenham sido cursadas, como estudante regular, no IFSul ou em outra instituição de ensino.

Os pedidos de aproveitamento de estudos são avaliados por meio de parecer da coordenação de curso/área.

Os conhecimentos adquiridos na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, podem ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

O processo de validação inclui análise de memorial descritivo das atividades desenvolvidas e avaliação condizente com o programa de ensino da disciplina ou área e são avaliados por uma comissão de docentes.

Estudantes do ensino de graduação podem requerer o extraordinário aproveitamento de estudos, que será realizado, por disciplina, através de processo avaliativo. Este processo avaliativo é efetuado por banca examinadora com formação na área da disciplina.

O aproveitamento de estudos, os conhecimentos adquiridos na educação profissional e tecnológica e no trabalho e o extraordinário aproveitamento de estudos estão regulamentados na Organização Didática.

CAPÍTULO 5

ATENDIMENTO A DISCENTES



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

5. ATENDIMENTO A DISCENTES

5.1 FORMAS DE ACESSO

Construir uma forma de seleção menos excludente, capaz de colaborar na construção de uma sociedade justa e democrática, dar igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e contribuir no atendimento às demandas de grande parcela da população, com a garantia do padrão de qualidade, é um desafio a que o IFSul se propõe a responder.

O ingresso de discentes no IFSul, para ocupação das vagas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ocorre através de Processo Seletivo gratuito, regulado em edital específico.

A ocupação das vagas nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio dar-se-á por dois sistemas de ingresso: a) por Acesso Universal; b) por Reserva de Vagas para egressas e egressos de Escolas Públicas, conforme disposto na Lei nº 12.711/2012. Do total das vagas oferecidas em cada curso de Educação Profissional Técnica, serão reservadas 50% (cinquenta por cento) para candidatas e candidatos egressas e egressos de Escolas Públicas, conforme disposto na Lei nº 12.711/2012.

No acesso aos cursos da Educação Superior, as vagas serão preenchidas via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que usa a prova do Exame Nacional do Ensino Médio para classificar as candidatas e os candidatos ou por vestibular próprio, sendo, no mínimo, 50% das vagas preenchidas via Sisu. Do total das vagas oferecidas em cada curso Superior de Graduação, serão reservadas 50% (cinquenta por

cento) para candidatas e candidatos egressas e egressos de Escolas Públicas, conforme disposto na Lei nº 12.711/2012.

O acesso de discentes nos cursos binacionais será realizado por editais próprios, processos seletivos complementares, ou diferenciados, sendo garantida a legislação das ações afirmativas de cada país em todos os níveis de ensino.

Os cursos binacionais oferecidos a partir do convênio entre IFSul, CETP-UTU e UTEC, considerando suas peculiaridades, reúnem um conjunto de características referente ao acesso de discentes, conforme segue:

- inscrições podem ser realizadas em qualquer uma das instituições parceiras, independentemente da nacionalidade das candidatas e candidatos, seguindo expressamente as regras das referidas instituições;
- seleção de candidatas e candidatos de cada nacionalidade é realizada pelas instituições do país de origem, respeitando os modelos já existentes e comumente empregados, tais como provas classificatórias, ou outros tipos de seleção no Brasil ou sorteio no Uruguai;
- equivalência de vagas por turma para cada nacionalidade;

- vagas reservadas a uma nacionalidade, quando não ocupadas após os processos de seleção, deverão ser destinadas a candidatas e candidatos da outra nacionalidade; e
- considerados como discentes binacionais, estudantes matriculados em qualquer das instituições participantes dos convênios para cursos binacionais, permitindo assim que os mesmos concorram a benefícios e direitos além de adquirirem os deveres e obrigações pertinentes.

A ocupação das vagas nos cursos de Pós-graduação lato sensu – especialização, inclusive EAD será divulgada em editais diferenciados de provas e títulos de acordo com pontuação do currículo lattes, garantidas as ações afirmativas de acordo com a legislação.

No ingresso para Pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado, o edital de provas, títulos e entrevistas será realizado pela coordenação do programa, devendo respeitar as ações afirmativas e a legislação vigente, que percorre todos os níveis de ensino.

A ocupação das vagas para as demais oportunidades de ensino, cursos FIC entre outros será regida por edital próprio, conforme previsto em regimentos institucionais.

5.2 APOIO PEDAGÓGICO

A equipe pedagógica, integrante do processo educativo, atua e contribui sistematicamente na construção e efetivação das políticas

educacionais do IFSul, voltada ao atendimento pedagógico e social de estudantes. Esses profissionais da educação, dentre as especificidades do seu fazer pedagógico, promovem e organizam estratégias que visam à melhoria das práticas pedagógicas em seu espaço de atuação, desenvolvendo o planejamento, a promoção e a execução de atividades de formação integral de estudantes, de espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho educacional, a formação continuada de docentes, a proposição de estratégias que visem diminuir os índices de reprovação e evasão, a coordenação de atividades de orientação educacional e profissional e a articulação com as famílias de estudantes.

O acompanhamento pedagógico tem como objetivo avaliar, acompanhar e promover estratégias para a superação de dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, especificamente aquelas que levam ao impedimento da aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas na formação discente. Assim busca a construção e reconstrução do conhecimento, dos valores e atitudes necessários para o crescimento da comunidade interna e externa.

Nesse sentido, as equipes pedagógicas acompanham e orientam os processos de ensino e de aprendizagem, incentivando a troca de experiências, a socialização de valorização de práticas alternativas na busca de uma ação reflexiva, fundamental para a superação dos desafios e/ou dificuldades encontradas na implementação das políticas educacionais.

5.3 Estímulo à permanência e êxito estudantil

O estímulo à permanência e ao êxito acadêmico efetiva-se através de políticas institucionais articuladas por meio de ações com o intuito de envolver a comunidade acadêmica em programas/projetos que contemplem ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e políticas inclusivas. Para isso, nos câmpus, desenvolvem-se ações pedagógicas considerando-se, entre outros, tempos, espaços, produções e aprendizagens, que vão além da sistematização do ensino e contribuem para a formação de diferentes sujeitos, dando-lhes condições para compreender e intervir na sociedade, a fim de poder transformá-la.

Essa materialização pode ser observada por meio da aplicação das ações de extensão na instituição, articuladas com ensino e pesquisa, possibilitando que se promova a inclusão social, a interação com a sociedade e o mundo do trabalho. Para tal, prevê a execução de incentivo à extensão, o estágio de estudantes, o programa de visitas técnicas e cursos de extensão.

De maneira a consolidar os estímulos à permanência e o êxito estudantil, o IFSul aprovou em 2018 o seu Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul, disponível em http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/14547_39ae8a4a058847c5a9d3d8f377cf4181.

Nesse plano estão previstas várias ações para aumentar os índices institucionais de conclusão. Ele está estruturado em cinco Eixos Estruturantes de Intervenção:

- Ensino e Aprendizagem Escolar;
- Formação de Professores;
- Assistência Estudantil e Processos Inclusivos;
- Conjuntura Socioeconômica e Cultural; e
- Processos de Gestão Educacional.

Tendo em vista a natureza multifatorial desses fenômenos, a implantação desse plano requer insumos institucionais de variadas frentes. Também foram criadas as comissões central e locais, envolvendo coordenadoras e coordenadores de curso, chefes de ensino, docentes, discentes e técnicas e técnicos-administrativos, com o objetivo de estudarem e proporem ações e estratégias para melhorar os índices de permanência e êxito de discentes do IFSul.

A Pró-reitoria de Ensino (PROEN) do IFSul tem consolidado a organização do “Seminário sobre Acesso, Permanência e Êxito do IFSul”, onde além de palestras e momentos de relatos de experiências exitosas dos câmpus, grupos de trabalho divididos por temáticas norteadoras tratam de encaminhamentos para a elaboração do plano de ação sobre acesso, permanência e êxito da instituição, contemplando atingir a meta institucional de 90% de conclusão. A proposta é que, anualmente, cada câmpus realize um seminário, compartilhando suas experiências exitosas em seminário organizado pela PROEN.

5.4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFSul é um conjunto de

princípios e diretrizes que norteia a implementação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

A PAE desenvolvida no IFSul vem sendo implementada e executada desde 2011, baseada no estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES – Decreto nº 7.234/2010), tendo como objetivo geral contribuir com o acesso, a permanência e o êxito de estudantes, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Conforme §1º do artigo 1º da PAE, a mesma será gerida pelo Departamento de Gestão de Assistência Estudantil (DEGAE) e pelas equipes de Assistência Estudantil dos câmpus. A operacionalização das ações da PAE será de responsabilidade de uma equipe interdisciplinar envolvendo profissionais de diferentes áreas do conhecimento, conforme artigo 38 do Regulamento da PAE e seus incisos.

Além disso, a PAE também conta com a Câmara de Assistência Estudantil do IFSul, órgão de apoio à gestão desta política, que possui caráter consultivo e propositivo, tendo a finalidade de contribuir para a integração dos câmpus na busca de um constante aperfeiçoamento e desenvolvimento das questões relacionadas à Assistência Estudantil.

Serão usuárias e usuários da Política de Assistência Estudantil estudantes em situação de vulnerabilidade social regularmente matriculados nos cursos Proeja FIC, Técnicos e Superior de Graduação

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. O acesso aos benefícios para essas e esses estudantes será viabilizado através de um programa de ações articuladas de assistência estudantil.

A assistência estudantil para os cursos binacionais também necessita de uma atenção especial, tendo em vista que alunas e alunos do Brasil e do Uruguai dividem a mesma sala de aula, estando regularmente matriculados em ambas instituições, podendo dessa forma concorrer aos auxílios de assistência estudantil nas instituições participantes. Todas e todos discentes passam por avaliação socioeconômica, independente da nacionalidade, sendo atendidos de acordo com a vulnerabilidade social. Para a realização do pagamento de alunas e alunos uruguaios sem conta bancária no Brasil, faz-se necessário a emissão de ordens bancárias.

Segundo o Regulamento da PAE, serão ações de Assistência Estudantil:

I. auxílio alimentação: propiciará condições para o atendimento das necessidades de alimentação básica dos usuários, através do fornecimento de auxílio financeiro ou da utilização de restaurante próprio, terceirizado e/ou conveniado;

II. auxílio moradia: disponibilizará condições de moradia aos usuários oriundos de outro município ou da zona rural, que não possuam (nem seus pais) casa própria no município do câmpus, através de auxílio financeiro ou alojamento próprio, terceirizado e/ou conveniado;

III. auxílio transporte: propiciará o deslocamento dos usuários que necessitem de transporte, através do fornecimento de auxílio financeiro, ou vale-transporte e/ou de recarregamento de cartão eletrônico de transporte público;

IV. auxílio à participação estudantil em eventos: visa à concessão de auxílio financeiro a fim de propiciar a participação dos usuários em eventos educativos, tais como cursos, congressos, seminários, microestágios e similares;

V. acompanhamento biopsicossocial-pedagógico: ação de incentivo à melhoria do desempenho escolar, que prevê o atendimento ao estudante pela equipe multidisciplinar de cada câmpus;

VI. auxílio material escolar: visa subsidiar o material necessário ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, na modalidade de auxílio financeiro; e

VII. auxílio emergencial: será concedido por meio de auxílio financeiro em situações pontuais para o atendimento de necessidades, esgotadas as possibilidades oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Na atual conjuntura estão sendo priorizadas as ações de auxílio alimentação, auxílio moradia e auxílio transporte, condicionadas a estudo socioeconômico realizado por assistente social e à disponibilidade orçamentária.

Como perspectiva para o período contemplado nesse PDI, a Polí-

tica de Assistência Estudantil deverá ser ampliada para além dos auxílios prioritários atualmente executados (alimentação, moradia e transporte), para que, a partir da diversificação das ações, seja abarcada a formação integral da estudante e do estudante, não somente a assistência básica, incluindo, sobretudo, acompanhamento biopsicossocial-pedagógico para a estudante assistida e para o estudante assistido, a fim de se assegurar o resultado de permanência sem retenção e sucesso acadêmico. Para que isso possa ocorrer de forma plena e eficaz, serão necessários reajustes dos valores pagos em bolsas, poder contar com disponibilidade orçamentária e com equipes multiprofissionais de Assistência Estudantil que estejam de acordo com o quantitativo discente de cada câmpus.

5.5 AÇÕES AFIRMATIVAS, INCLUSIVAS E DIVERSIDADE

As ações inclusivas, norteadas pelas políticas de inclusão definidas pelo MEC/SETEC, dar-se-ão através da aplicação de mecanismos disponibilizados e através do incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, parcerias com outras instituições públicas e privadas, promovendo e acompanhando os programas de inclusão que envolvam segmentos da sociedade que historicamente estiveram à margem das oportunidades.

O IFSul tem a sua Política de Inclusão e Acessibilidade instituída, a qual orienta as ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero, para pessoas com deficiência e defesa dos direitos humanos. São princípios dessa política:

- I. direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade;
- II. igualdade de condições ao acesso, à permanência e ao êxito no percurso formativo;
- III. articulação entre as práticas educacionais, o trabalho e as práticas sociais;
- IV. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, as ciências e o saber;
- V. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- VI. respeito à liberdade;
- VII. universalização da educação inclusiva, conforme preconiza o Documento Orientador da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/98;
- VIII. garantia dos valores éticos e humanísticos;
- IX. convívio e respeito às diversidades étnica, cultural, social, sexual, de gênero, de crença, de necessidades específicas ou outras características individuais, coletivas e sociais;
- X. promoção da acessibilidade conforme rege a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no artigo nono do Decreto nº 6.949/2009;
- XI. promoção da autonomia, participação política e emancipação das juventudes, conforme Lei nº 12.852/2013; e
- XII. compromisso com a justiça social, os valores democráticos e o desenvolvimento sustentável.

Considerando o disposto na política, disponível em <http://www.if-sul.edu.br/acoes-inclusivas/documentos-acoes-inclusivas>, o IFSul desenvolve diversas atividades relacionadas à temática das ações afirmativas, inclusivas e de diversidade, em consonância com tais diretrizes. As ações deverão ser desenvolvidas conforme as neces-

sidades internas e as realidades das comunidades locais e regionais de cada câmpus, contribuindo para a democratização do conhecimento.

Para isso, estão institucionalizados três núcleos que possuem representatividade em todas as unidades do IFSul: Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED). São núcleos promotores de inclusão do IFSul, estando articulados com as ações do Departamento de Educação Inclusiva da PROEN na perspectiva da inclusão social e da cultura dos direitos humanos, incentivando o respeito às diferenças pessoais, assim como desenvolvendo atividades que visem à formulação, coordenação e articulação de políticas públicas sobre essas temáticas.

5.6 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

No IFSul, constituem formas de organização estudantil os Diretórios Acadêmicos, os Grêmios Estudantis e os Coletivos.

5.6.1 Diretório Acadêmico

Os Diretórios Acadêmicos são órgãos representativos das estudantes e dos estudantes de cada curso de graduação. Às estudantes e aos estudantes de cada curso caberá definir a estrutura e o funcionamento do Diretório Acadêmico, os quais serão registrados no Estatuto da Entidade, bem como a eleição de todos os membros previstos para a Diretoria.

São objetivos dos Diretórios Acadêmicos:

- promover a defesa dos interesses de alunas e alunos em suas relações com as Coordenadorias do Curso, Direção, Departamentos, Áreas e Conselhos instituídos no IFSul, bem como nas suas relações externas;
- cooperar com o corpo docente e técnicos-administrativo na solução de problemas referentes ao Ensino;
- promover o desenvolvimento cultural, social e técnico-científico entre discentes do seu curso;
- promover e incentivar relações do corpo discente com demais alunas e alunos, assim como colaborar com as outras entidades estudantis;
- lutar pelo respeito às liberdades fundamentais da pessoa humana;
- reivindicar a justiça, possibilitando a todos idênticas oportunidades para alcançar uma existência melhor e mais digna;
- lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas; e
- manifestar-se publicamente, sempre que se fizer necessário, em nome de alunas e alunos dos cursos desta Instituição.

5.6.2 Grêmio Estudantil

Os Grêmios Estudantis do IFSul são entidades autônomas, com estrutura e funcionamento definido por estudantes e registrado no seu Estatuto.

Integram o Grêmio Estudantil de cada câmpus da Instituição todas e todos discentes devidamente matriculados nos cursos de nível técnico e médio, aos quais caberá, além da definição da estrutura e do funcionamento da Entidade, a eleição de todos os membros previstos para seus diversos órgãos estruturais.

São finalidades desta organização em cada câmpus do IFSul:

- congregar o corpo discente e defender os direitos individuais e coletivos das estudantes e dos estudantes;
- promover a cooperação entre direção, docentes, técnicas e técnicos-administrativos e discentes;
- organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, político, científico, técnico e esportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação estudantil;
- realizar intercâmbio entre órgãos congêneres e colaborar com os mesmos, filiando-se a entidades gerais em nível municipal, estadual e à União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES);
- trabalhar pela adequação do ensino às reais necessidades das

estudantes e dos estudantes e do povo, bem como pelo ensino público e gratuito;

- trabalhar pela democratização permanente da escola, através da participação em fóruns internos de deliberação do IFSul; e
- empenhar-se pela independência e respeito às liberdades fundamentais do ser humano, bem como discordar e denunciar todos os atos ou formas de discriminação contra pessoas ou grupos.

5.6.3 Coletivos

Os coletivos do IFSul são entidades autônomas, com estrutura e funcionamento definido por discentes e registrado no seu Estatuto.

Integram os possíveis coletivos de cada câmpus da Instituição todas as alunas e todos os alunos devidamente matriculados nos cursos do câmpus, aos quais caberá, além da definição da estrutura e do funcionamento da Entidade, promover a integração junto a algum Núcleo do Câmpus. Os Núcleos são órgãos de assessoramento das Direções do Câmpus.

São finalidades dessas organizações em cada câmpus do IFSul:

- discutir assuntos de interesse coletivo e comuns do grupo de trabalho;
- promover ações institucionais junto com o Núcleo ao qual está vinculado;

- congregar o corpo discente e defender os direitos individuais e coletivos das estudantes e dos estudantes;
- promover a cooperação entre direção, docentes, técnicas e técnicos-administrativos e discentes;
- organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, político, científico, técnico e esportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação estudantil dentro do contexto de discussão do coletivo;
- trabalhar pela democratização permanente da escola, através da participação em fóruns internos de deliberação do IFSul;
- empenhar-se pela independência e respeito às liberdades fundamentais do ser humano bem como discordar e denunciar todos os atos ou formas de discriminação contra pessoas ou grupos.

5.7 EGRESSA E EGRESSO

Em relação a esse tema, o IFSul busca uma forma de diálogo com suas egressas e seus egressos, objetivando ter um retorno quanto ao impacto da formação oferecida na vida profissional de suas ex-alunas e seus ex-alunos e fomentar a formação continuada desse público.

Dessa forma, busca-se que as ex-alunas e os ex-alunos tenham a oportunidade de continuar seu percurso formativo no IFSul. Além

disso, a pesquisa com as egressas e os egressos é uma ferramenta de gestão, que visa identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

A Política Institucional de Acompanhamento de Egressos do IFSul tem por objetivo conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mundo do trabalho de egressas e egressos associada à formação profissional, verificando, assim, a adequação entre a formação oferecida no curso e as exigências do mundo do trabalho, além do aperfeiçoamento da prática dos cursos ofertados pela Instituição, permitindo apontar temas de reflexão que busquem dialogar cada vez mais com a sociedade que recebe as formandas e os formandos. Essa Política é mais uma ferramenta auxiliar no caminho do aperfeiçoamento da nossa Instituição como um todo.

Implantada em 25 de setembro de 2018, após ampla discussão com a comunidade e com a aprovação no CONSUP, a Política de Acompanhamento de Egressos do IFSul começa a produzir os seus primeiros resultados. Por meio de um questionário online em que as egressas e os egressos podem estabelecer um feedback de sua experiência enquanto estudante, as respostas têm colaborado com a identificação dos cenários junto ao mundo do trabalho que nossas egressas e nossos egressos experimentam, estabelecendo uma retroalimentação de subsídios aos processos de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

5.8 MOBILIDADE ACADÊMICA

Tendo em vista as mudanças sociais dos últimos anos, os inúmeros avanços tecnológicos em várias áreas do conhecimento e a consequente transposição das fronteiras físicas no âmbito educacional, faz-se necessário que as Instituições de ensino brasileiras, dentre elas o IFSul, tenham clareza de seus interesses institucionais frente ao processo de internacionalização da Educação.

Repensar as atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação num mundo globalizado, intercultural e conectado é um pré-requisito para inserção do IFSul no grupo de instituições de ensino de classe mundial, o que implica pensar uma agenda de cooperação internacional que vise à construção colaborativa do conhecimento e sua aplicabilidade nos arranjos produtivos locais, sociais e culturais em que os câmpus do IFSul estão localizados.

Para isso, é estratégico que sejam criados vínculos fronteiriços (com os países da região) e de solidariedade (países de outros continentes interessados em compartilhar conhecimento), ressaltando o papel do IFSul na promoção da integração regional, do desenvolvimento de políticas de cooperação e intercâmbio, em consonância com a lei de criação das instituições da Rede EPCT. Dessa forma, o IFSul assume o compromisso de expandir a inserção internacional de excelência da instituição, bem como internalizar a importância de uma instituição multicultural que estimula a proximidade espacial, a convivência com as diferenças e a composição sociocultural dos diferentes países.

No sentido de estreitar vínculos estratégicos fronteiriços e fortalecer as cidades gêmeas situadas entre o Brasil e o Uruguai, a oferta de cursos binacionais motivou a parceria entre o IFSul, o Consejo de Educación Técnico Profesional – Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP-UTU) e a Universidad Tecnológica (UTEC) do Uruguai.

Há um conjunto de características que identificam a metodologia binacional de ensino e que se enquadram direta ou indiretamente com mobilidade internacional, tendo em vista as peculiaridades fronteiriças:

- aulas ocorrem regularmente em uma instituição brasileira ou uruguaia e estudantes diariamente transitam entre os dois países, considerando que metade das alunas e dos alunos é formada por cada nacionalidade;
- aulas esporádicas na instituição do país vizinho, aproveitando a infraestrutura de ambas instituições;
- estágios podem ser realizados no Brasil ou no Uruguai, seguindo as legislações e regras do país, sendo reconhecidos por ambas instituições para fins curriculares; e
- visitas técnicas ou microestágios são realizados em empresas e indústrias do Brasil e do Uruguai.

Não obstante, a partir do convênio entre IFSul, CETP-UTU e UTEC, está sendo possível ofertar Cursos Superiores Binacionais, através da metodologia utilizada nos cursos técnicos, contando com a revalidação do título posteriormente ao processo formativo por parte das instituições conveniadas.

CAPÍTULO 6

PLANEJAMENTO DA OFERTA DE VAGAS E DE CURSOS



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

6. PLANEJAMENTO DA OFERTA DE VAGAS E DE CURSOS

O planejamento da oferta de vagas e de cursos do IFSul no período de vigência do PDI é demonstrado por meio do cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de seus cursos, atendendo ao disposto no Decreto nº 9.235.

A importância desse planejamento reside na necessidade institucional de definição do seu desenvolvimento em relação ao momento atual, transparecendo sua projeção de crescimento, as oportunidades de estudos e o seu compromisso em relação ao atendimento das finalidades legais e das demandas da sociedade. A partir desse instrumento, a comunidade como um todo pode identificar qual o potencial da instituição ao final do período de vigência do PDI e programar-se em relação às necessidades para a execução desse planejamento.

6.1 DIAGNÓSTICO DA OFERTA DE VAGAS NO PDI 2014-2019

A oferta de vagas prevista no PDI 2014-2019 abrangeu o período entre o segundo semestre de 2014 e o segundo semestre de 2019, indicando para cada câmpus e centro de referência os cursos e vagas previstos nos diferentes níveis de ensino, especificando para cada curso o quantitativo de vagas e turmas para oferta por semestre, o turno, a modalidade, a forma, o regime, dentre outros itens conforme o nível de ensino.

Havia previsão de que o planejamento inicial poderia ser revisto e alterado mediante aprovação do CONSUP em decorrência de fatores externos e das especificidades do processo educacional. Ao longo do período de vigência do PDI 2014-2019 foi observada uma série de alterações no planejamento da oferta de vagas, as quais foram submetidas à aprovação do CONSUP, conforme o próprio documento previa.

A identificação dessas situações possibilitou a realização de uma análise sobre o objetivo do planejamento da oferta de vagas e de cursos para a instituição e a construção de uma proposta que pudesse estar mais alinhada com as necessidades das unidades e que demonstrasse o caminho a ser traçado pelo IFSul até o final do PDI.

6.1.1 Oferta de vagas no PDI 2014-2019

A oferta total de vagas no PDI 2014-2019 pode ser retratada conforme exposto na Tabela 1, em sua última versão atualizada, entre o segundo semestre de 2014 e o segundo semestre de 2019.

Tabela 1 – Oferta total de vagas no PDI 2014-2019

UNIDADE	VAGAS OFERTADAS							PROPORÇÃO DA OFERTA DE VAGAS (%)		
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL	TÉCNICO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Câmpus Avançado Jaguarão	192	148	128	84	116	116	784	100,00	-	-
Câmpus Avançado Novo Hamburgo*	0	48	24	48	112	119	351	90,03	-	9,97
Câmpus Bagé	280	240	240	240	210	180	1390	69,78	30,22	-
Câmpus Camaquã	154	176	302	262	240	270	1404	73,79	17,66	8,55
Câmpus Charqueadas	275	408	368	392	392	268	2103	57,06	31,15	11,79
Câmpus Gravataí	185	150	96	90	112	107	740	82,84	4,32	12,84
Câmpus Lajeado	150	70	65	80	355	244	964	87,45	3,22	9,34
Câmpus Passo Fundo	340	470	400	380	488	440	2518	52,42	43,21	4,37
Câmpus Pelotas	1285	2601	1977	1716	2622	1766	11967	62,55	21,24	16,21
Câmpus Pelotas - Visconde da Graça	800	2415	2545	2564	3724	1654	13702	89,04	9,14	1,82
Câmpus Santana do Livramento	424	320	520	352	520	384	2520	97,46	2,54	-
Câmpus Sapiranga	528	128	88	128	250	184	1306	90,05	3,83	6,13
Câmpus Sapucaia do Sul	549	333	308	338	447	432	2407	78,85	15,79	5,36
Câmpus Venâncio Aires	224	256	256	256	354	291	1637	90,29	3,85	5,86
Centro de Referência	0	0	115	0	85	50	250	56,00	24,00	20,00
Total IFSul	5386	7763	7432	6930	10027	6505	44043	77,00	15,63	7,36

*O Câmpus Avançado Novo Hamburgo ofertou em 2016 vagas em curso articulado ao ensino fundamental, com 64 vagas. Para efeitos de contabilização dos níveis de ensino e alinhamento das informações, esse quantitativo não foi considerado no cálculo.

6.2 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS NO PDI 2020-2024

O planejamento da oferta de vagas e de cursos do IFSul para o período de vigência do PDI 2020-2024 foi estruturado a partir do trabalho da Comissão Temática Plano de Oferta de Vagas e de Cursos.

A referida comissão foi responsável por definir o formato de coleta das informações a serem fornecidas pelos câmpus e pró-reitorias, com o objetivo de construir o presente capítulo.

Para balizar essa construção, a comissão elaborou um documento contendo diretrizes que deveriam ser consideradas pelas unidades na definição do seu planejamento de oferta, assim definidas:

- 1º. Atender os percentuais legais de oferta previstos na Lei nº 11.892/2008 e no Decreto nº 5.840/2006;
- 2º. Observar as demandas e potencialidades locais e regionais para oferta de novos cursos e vagas;
- 3º. Priorizar os atuais eixos tecnológicos existentes no câmpus na previsão de oferta de novos cursos;
- 4º. Avaliar a eficiência acadêmica e a relação candidato/vaga dos cursos atuais; e
- 5º. Adequar a oferta de cursos e vagas à disponibilidade de servidoras e servidores e infraestrutura.

Esse documento também resgatava conceitos fundamentais que orientam a instituição, como seus objetivos e finalidades previstos

em lei, sua missão, o Plano Nacional de Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

6.2.1 Oferta de vagas e cursos no IFSul para o período 2020-2024

Uma planilha de coleta dos dados foi elaborada pela comissão e encaminhada às unidades para o devido preenchimento com as informações necessárias em relação à oferta de vagas e de cursos. Para uma melhor compreensão das informações, os termos utilizados foram padronizados, conforme apresentado nos quadros a seguir.

Quadro 5 – Padronização das Informações para os Cursos Técnicos

TURNO	FORMA	MODALIDADE	REGIME DE INGRESSO
Manhã: M	Concomitante: CON	Presencial: P	Semestral: S
Tarde: T	Subsequente: SUB	EAD: E	Anual: A
Noite: N	Integrado: INT	Presencial EJA: PEJA	Ao final do curso: FC
Manhã e Tarde: MT		EAD EJA: EEJA	
Tarde e Noite: TN			
Diurno: D			
A Distância: AD			

Quadro 6

Padronização das Informações para os Cursos Superiores de Graduação

TURNOS	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	REGIME DE INGRESSO
Manhã: M	Bacharelado: BAC	Presencial: P	Semestral: S
Tarde: T	Licenciatura: LIC	EAD: E	Anual: A
Noite: N	Curso Superior de Tecnologia: CST		Ao final do curso: FC
Manhã e Tarde: MT			
Tarde e Noite: TN			
Diurno: D			
A Distância: AD			

Foi possibilitado aos câmpus que apresentassem o potencial de novas vagas e cursos caso as condições de recursos necessários de pessoal e infraestrutura fossem concretizadas, bem como aquelas ofertas vinculadas a programas externos, especificamente em relação ao ensino a distância. Essa previsão potencial contribui para demonstrar as capacidades de oferta da instituição e o direcionamento do planejamento do desen-

volvimento dos seus câmpus em matéria de cursos e vagas e é apresentada por nível de ensino na subseção seguinte.

Como forma de adequar o planejamento de oferta de vagas da instituição a novas possibilidades, ao longo da vigência do PDI é possível que anualmente, em período específico, sejam feitas atualizações nessas previsões para os exercícios seguintes, de

Quadro 7

Padronização das Informações para os Cursos Superiores de Pós-graduação

TURNOS	GRAU	MODALIDADE	REGIME DE INGRESSO
Manhã: M	Lato sensu (Especialização ou MBA): LS	Presencial: P	Semestral: S
Tarde: T	Mestrado Acadêmico: MA	EAD: E	Anual: A
Noite: N	Mestrado Profissional: MP	Semipresencial: SP	Ao final do curso: FC
Manhã e Tarde: MT	Doutorado: D		Único: U
Tarde e Noite: TN			
Diurno: D			
A Distância: AD			

maneira a contemplar mudanças que terão impacto no resultado final da oferta inicialmente planejada.

De posse de todas as informações encaminhadas pelas unidades, apresenta-se nas tabelas a seguir a previsão de oferta de cursos e vagas para o período 2020-2024, em cada um dos níveis de ensino do IFSul, nas suas diferentes unidades.

6.2.1.1 Previsão de oferta de vagas em cursos técnicos no período de 2020 a 2024

Tabela 2 – Previsão de oferta de vagas em cursos técnicos no período de 2020 a 2024

CÂMPUS	CURSO	FORMA		TURNO	REGIME	2020	2021	2022	2023	2024
Avançado Jaguarão	Edificações	INT	P	M	A	32	32	32	32	32
	Informática para Internet	INT	P	T	A	32	32	32	32	32
	Edificações (Binacional - oferta IFSul)	INT	PEJA	N	A	-	24	24	24	24
	Edificações (Binacional - oferta IFSul)	SUB	P	N	A	32	32	-	-	-
	Secretariado (Binacional - oferta UTU)	SUB	P	N	A	30	30	30	30	30
Avançado Novo Hamburgo	Mecatrônica	INT	P	M	A	32	32	32	32	32
	Mecatrônica	INT	P	T	A	32	32	32	32	32
	Mecatrônica	SUB	P	N	A	28	28	28	-	-
Bagé	Agropecuária	INT	P	MT	A	30	30	30	30	30
	Informática	INT	P	MT	S	60	60	60	60	60
	Meio Ambiente	INT	P	MT	A	-	30	30	30	30
Camaquã	Automação Industrial	INT	P	MT	A	32	32	32	32	32
	Controle Ambiental	INT	P	M	A	32	32	32	32	32
	Controle Ambiental	INT	P	T	A	32	32	32	32	32
	Informática	INT	P	MT	A	32	32	32	32	32
	A definir no Eixo Gestão e Negócios	INT	PEJA	N	A	-	40	40	40	40
	Eletrotécnica	SUB	P	N	A	48	24	24	24	24

Charqueadas	Informática	INT	P	M	A	32	32	32	32	32
	Informática	INT	P	T	A	32	32	32	32	32
	Mecatrônica	INT	P	M	A	32	32	32	32	32
	Mecatrônica	INT	P	T	A	32	32	32	32	32
	Fabricação Mecânica	INT	PEJA	N	S	72	72	72	72	72
Gravataí	Informática para Internet	INT	P	M	A	40	-	-	-	-
	Informática para Internet	INT	P	T	A	40	-	-	-	-
	Informática para Internet	INT	P	MT	A	-	80	80	80	80
Lajeado	Administração	INT	P	M	A	35	35	35	35	35
	Automação	INT	P	M	A	32	32	32	32	32
	Administração	INT	P	T	A	35	35	35	35	35
	Automação	INT	P	T	A	32	32	32	32	32
	A definir no Eixo Gestão e Negócios	INT	PEJA	N	A	-	35	35	35	35
Passo Fundo	Informática	INT	P	MT	A	25	30	30	30	30
	Mecânica	INT	P	MT	A	25	30	30	30	30
	Edificações	SUB	P	N	S	80	80	80	80	80
	Manutenção e Suporte em Informática	SUB	P	N	S	40	40	40	40	40
	Mecânica	SUB	P	N	S	80	80	80	80	80
Pelotas	Comunicação Visual	INT	P	M	A	30	30	30	30	30
	Comunicação Visual	INT	P	T	A	30	30	30	30	30
	Design de Interiores	INT	P	M	A	30	30	30	30	30
	Design de Interiores	INT	P	T	A	30	30	30	30	30

	Edificações	INT	P	M	A	34	34	34	34	34
	Edificações	INT	P	T	A	34	34	34	34	34
	Eletromecânica	INT	P	M	A	36	36	36	36	36
	Eletromecânica	INT	P	T	A	36	36	36	36	36
	Eletrônica	INT	P	M	S	60	60	60	60	60
	Eletrônica	INT	P	T	S	60	60	60	60	60
	Eletrotécnica	INT	P	M	S	50	50	50	50	50
	Eletrotécnica	INT	P	T	S	50	50	50	50	50
	Eletrotécnica	INT	P	N	S	50	-	-	-	-
	Química	INT	P	M	A	30	30	30	30	30
	Química	INT	P	T	A	30	30	30	30	30
	Edificações	INT	PEJA	N	A	30	30	30	30	30
	Edificações	SUB	P	N	S	64	64	64	64	64
	Eletromecânica	SUB	P	N	S	64	64	64	64	64
	Eletrotécnica	SUB	P	N	S	40	64	64	64	64
	Mecânica	SUB	P	N	S	56	56	56	56	56
	Química	SUB	P	M	A	32	32	32	32	32
	Química	SUB	P	T	A	32	32	32	32	32
	Química	SUB	P	N	S	60	60	60	60	60
	Telecomunicações	SUB	P	M	S	64	-	-	-	-
	Telecomunicações	SUB	P	T	S	64	-	-	-	-
	Telecomunicações	SUB	P	N	S	64	64	64	64	64
	Mecânica	CON	P	M	S	56	-	-	-	-
	Mecânica	CON	P	T	S	56	-	-	-	-

	Eletrônica	CON	P	N	S	40	32	-	-	-
Pelotas-Visconde da Graça	Agropecuária	INT	P	MT	A	120	120	120	120	120
	Alimentos	INT	P	MT	A	50	60	60	60	60
	Meio Ambiente	INT	P	MT	A	35	35	35	35	35
	Vestuário	INT	P	MT	A	30	30	30	30	30
	Agropecuária	SUB	P	M	A	40	40	40	40	40
	Meio Ambiente	SUB	P	M	A	35	35	35	35	35
	Vestuário	SUB	P	M	A	30	30	30	30	30
	Desenvolvimento de Sistemas	SUB	P	T	A	30	30	30	30	30
	Alimentos	SUB	P	M	A	-	30	30	30	30
Santana do Livramento	Informática para Internet (Binacional - oferta IFSul)	INT	P	M	A	-	32	-	32	-
	Informática para Internet (Binacional - oferta IFSul)	INT	P	T	A	32	-	32	-	32
	Eletroeletrônica (Binacional - oferta IFSul)	INT	P	M	A	32	-	32	-	32
	Eletroeletrônica (Binacional - oferta IFSul)	INT	P	T	A	-	32	-	32	-
	Sistemas de Energia Renovável (Binacional - oferta IFSul)	INT	P	M	A	32	-	32	-	32
	Sistemas de Energia Renovável (Binacional - oferta IFSul)	INT	P	T	A	-	32	-	32	-
	Agropecuária (Binacional - oferta UTU)	INT	P	MT	A	64	64	64	64	64
	Sistemas de Energia Renovável (Binacional - oferta IFSul)	SUB	P	N	S	64	64	-	-	-
	Eletrotécnica (Binacional - oferta IFSul)	SUB	P	N	S	-	-	64	64	64

	Florestas (Binacional - oferta UTU)	SUB	P	T	A	32	32	32	32	32
	Logística (Binacional - oferta UTU)	SUB	P	N	A	32	32	32	32	32
	Cozinha (Binacional - oferta UTU)	SUB	P	N	A	32	32	32	32	32
Sapiranga	Eletromecânica	INT	P	M	A	32	-	-	32	32
	Eletromecânica	INT	P	T	A	32	32	32	32	32
	Informática	INT	P	M	A	32	32	32	32	32
	Informática	INT	P	T	A	32	-	-	32	32
	Eletrotécnica	INT	PEJA	N	S	32	32	32	32	32
	Eletroeletrônica	SUB	P	N	A	24	-	-	-	-
Sapucaia do Sul	Eventos	INT	P	M	A	34	34	34	34	34
	Eventos	INT	P	T	A	34	34	34	34	34
	Informática	INT	P	M	A	68	68	68	68	68
	Mecânica	INT	P	T	A	34	34	34	34	34
	Plásticos	INT	P	T	A	68	68	68	68	68
	Administração	INT	PEJA	N	S	100	100	100	100	100
Venâncio Aires	Informática	INT	P	MT	A	64	64	64	64	64
	Refrigeração e Climatização	INT	P	MT	A	32	32	32	32	32
	Secretariado	INT	PEJA	N	A	-	32	-	-	32
	Eletromecânica	SUB	P	N	S	64	64	64	64	64
	Refrigeração e Climatização	SUB	P	N	S	64	48	48	48	48
Centro de Referência	Agroecologia	INT	P	-	A	25	25	25	25	25

Em virtude do acordo binacional Brasil-Uruguai, o IFSul, por meio dos seus Câmpus Santana do Livramento e Avançado Jaguarão, oferta cursos técnicos binacionais em parceria com a o Consejo de Educación Técnico Profesional – Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP-UTU). Do total das vagas ofertadas por cada curso bi-

nacional nas duas instituições, metade é destinada a estudantes do Uruguai e metade é ofertada para estudantes do Brasil, sendo que todos recebem uma única diplomação com validade e reconhecimento nos dois países.

6.2.1.2 Previsão de oferta de vagas em cursos de graduação no período de 2020 a 2024

Tabela 3 – Previsão de oferta de vagas em cursos de graduação no período de 2020 a 2024

CÂMPUS	CURSO	TIPO		TURNO	REGIME	2020	2021	2022	2023	2024
Bagé	Alimentos	CST	P	N	A	30	30	30	30	30
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	P	N	S	60	60	60	60	60
	Engenharia Agrônômica	BAC	P	T	A	30	30	30	30	30
Camaquã	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	P	N	A	32	40	40	40	40
Charqueadas	Sistemas para Internet	CST	P	N	A	32	40	40	40	40
	Engenharia de Controle e Automação	BAC	P	N	A	40	48	48	48	48
Gravataí	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	P	N	S	48	80	80	80	80
Lajeado	Processos Gerenciais	CST	P	N	S	80	80	80	80	80
Passo Fundo	Ciência da Computação	BAC	P	M	S	60	60	60	60	60
	Engenharia Civil	BAC	P	MT	A	40	40	40	40	40
	Engenharia Mecânica	BAC	P	MT	A	40	40	40	40	40
Pelotas	Gestão Ambiental	CST	P	T	A	35	35	-	-	-
	Gestão Ambiental	CST	P	N	A	35	35	-	-	-

	Saneamento Ambiental	CST	P	T	A	35	35	35	35	35
	Saneamento Ambiental	CST	P	N	A	35	35	35	35	35
	Sistemas para Internet	CST	P	M	A	26	26	26	26	26
	Sistemas para Internet	CST	P	T	A	26	-	-	-	-
	Design	BAC	P	N	S	33	33	33	33	33
	Engenharia Elétrica	BAC	P	N	S	100	50	-	-	-
	Engenharia Química	BAC	P	N	A	50	-	-	-	-
	Computação	LIC	P	N	S	60	60	60	60	60
	Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	LIC	P	T	A	30	25	25	25	25
	Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados	LIC	P	N	A	25	25	25	25	25
Pelotas - Visconde da Graça	Gestão Ambiental	CST	P	T	A	40	40	40	40	40
	Viticultura e Enologia	CST	P	TN	A	35	35	35	35	35
	Agroindústria	CST	P	N	A	40	40	40	40	40
	Gestão de Cooperativas	CST	P	N	A	40	40	40	40	40
	Design de Moda	CST	P	N	A	25	25	25	25	25
	Física	LIC	P	N	A	18	20	20	20	20
	Ciências Biológicas	LIC	P	N	A	18	20	20	20	20
	Química	LIC	P	N	A	18	20	20	20	20
Santana do Livramento	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	P	N	S	64	64	64	64	64
Sapuçaia do Sul	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	P	TN	S	34	68	68	68	68
	Engenharia Mecânica	BAC	P	N	S	68	68	68	68	68
Venâncio Aires	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	P	N	A	-	32	32	32	32

6.2.1.3 Previsão de oferta de vagas em cursos de pós-graduação no período de 2020 a 2024

Tabela 4 – Previsão de oferta de vagas em cursos de pós-graduação no período de 2020 a 2024

CÂMPUS	CURSO	GRAU		TURNO	REGIME	2020	2021	2022	2023	2024
Avançado Novo Hamburgo	Especialização em Educação pela Pesquisa	LS	P	N	A	35	35	35	35	35
	Gestão Empresarial	LS	E	AD	A	-	50	50	50	50
	Educação Profissional e Tecnológica	LS	P	MT	U	-	35	-	-	-
Charqueadas	Especialização em Educação e Contemporaneidade	LS	P	N	A	40	40	40	40	40
	Educação Profissional e Tecnológica	MP	SP	MT	A	24	24	24	24	24
Gravataí	Especialização em Educação Física Escolar	LS	P	N	FC	-	-	35	-	-
Lajeado	Especialização em Gestão de Micro e Pequenos Negócios	LS	P	N	FC	30	30	-	30	30
	Especialização em Educação e Saberes para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	LS	P	N	FC	30	30	-	30	30
	Especialização em Educação para os Anos Finais do Ensino Fundamental	LS	P	N	FC	30	-	30	30	-
Passo Fundo	Especialização em Linguagens e Tecnologias na Educação	LS	P	TN	A	40	40	40	40	40
Pelotas	Especialização em Educação	LS	P	N	A	30	30	30	30	30
	Especialização em Esporte Escolar	LS	P	N	A	30	30	30	30	30
	Especialização em Linguagens Verbal e Visuais e suas Tecnologias	LS	P	N	A	30	30	30	30	30

	Educação e Tecnologia	MP	P	TN	A	35	35	35	35	35
	Engenharia e Ciências Ambientais	MP	P	N	A	20	20	20	20	20
Pelotas-Visconde da Graça	Especialização em Ciências e Tecnologias na Educação	LS	P	MT	A	30	30	30	30	30
	Ciências e Tecnologias na Educação	MP	P	MT	A	20	20	20	20	20
Sapiranga	Especialização em Educação	LS	P	N	A	-	40	40	40	40
Sapucaia do Sul	Especialização em Educação: Práticas Educativas para o Aprender	LS	SP	N	FC	30	-	30	30	-
	Especialização em Educação Física Escolar	LS	P	N	A	-	35	-	-	35
	Manufatura Avançada	MP	P	T	A	20	20	20	20	20
Venâncio Aires	Especialização em Educação: A pesquisa como princípio pedagógico	LS	P	N	A	32	32	32	32	32

6.2.1.4 Potencial de oferta de novas vagas no período de 2020 a 2024

Tabela 5 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos técnicos no período de 2020 a 2024

CÂMPUS	CURSO	FORMA	MODALIDADE	TURNO	RÉGIME INGRESSO	2020	2021	2022	2023	2024
Avançado Novo Hamburgo	A definir no Eixo Informação e Comunicação	INT	P	M	A	-	32	32	32	32
	Administração	INT	P	T	A	-	32	32	32	32
	Eletromecânica	INT	PEJA	N	A	-	-	40	40	40

Camaquã	Eletroeletrônica	INT	P	MT	A	-	32	32	32	32
	A definir no Eixo Informação e Comunicação	INT	P	MT	A	-	32	32	32	32
	A definir no Eixo Informação e Comunicação	SUB	P	N	S	-	64	64	64	64
Gravataí	Comunicação Visual	INT	P	T	A	-	40	40	40	40
	Logística	INT	PEJA	N	FC	-	30	-	-	30
	A definir no Eixo Informação e Comunicação	INT	P	M	A	-	-	-	40	40
Lajeado	A definir no Eixo Controle e Processos Industriais	SUB	P	N	S	-	-	64	64	64
Pelotas ²³	Telecomunicações	INT	P	M	A	-	18	18	18	18
	Telecomunicações	INT	P	T	A	-	18	18	18	18
	Informática	INT	P	M	A	-	18	18	18	18
	Informática	INT	P	T	A	-	18	18	18	18
	Mecânica	INT	P	M	A	-	24	24	24	24
	Mecânica	INT	P	T	A	-	24	24	24	24
	Eletrônica	SUB	P	N	S	-	-	36	32	32
Santana do Livramento	Química (Binacional - oferta UTU)	INT	P	M	A	-	24	24	24	24
	Hospedagem (Binacional - oferta UTU)	INT	P	T	A	-	34	34	34	34

23. O Campus Pelotas está discutindo a alteração no regime de ingresso/matricula dos cursos técnicos integrados. Durante o ano de 2020 o Campus fará um amplo debate sobre o assunto, considerando as recentes mudanças na legislação educacional e as diretrizes indutoras para oferta do ensino médio integrado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O estudo é no sentido de verificar a possibilidade de alteração no regime de ingresso/matricula dos cursos integrados de semestral para anual.

	Áudio e Vídeo (Binacional - oferta UTU)	INT	P	M	A	-	24	24	24	24
	A definir no Eixo Gestão e Negócios	INT	PEJA	N	A	-	-	26	26	26
Sapiranga	Eletromecânica	INT	P	M	A	-	32	32	-	-
	Informática	INT	P	T	A	-	32	32	-	-
	Administração ou Comércio	INT	PEJA	N	A	-	32	32	32	32
	Eletroeletrônica	SUB	P	N	S	-	24	-	-	-
Sapuçaia do Sul	A definir no Eixo Controle e Processos Industriais	INT	P	-	A	-	-	-	34	34

Tabela 6 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos de graduação no período de 2020 a 2024

CÂMPUS	CURSO	TIPO		TURNO	REGIME	2020	2021	2022	2023	2024
Avançado Novo Hamburgo	A definir no Eixo Controle e Processos Industriais	CST	P	N	A	-	-	-	28	28
	Letras - Língua Portuguesa	LIC	E	AD	A	-	100	100	100	100
Camaquã	A definir no Eixo Ambiente e Saúde	CST	P	N	A	-	32	32	32	32
	Química	LIC	P	N	A	-	32	32	40	32
Charqueadas	Pedagogia	LIC	P	N	A	-	40	40	40	40
Pelotas	Sistemas para Internet	CST	P	N	A	-	26	26	26	26
	Engenharia Química	BAC	P	N	S	-	100	100	100	100
	Engenharia Elétrica	BAC	P	T	A	-	50	50	50	50
	Engenharia Elétrica	BAC	P	N	A	-	-	50	50	50
	Engenharia a definir no Eixo Ambiente e Saúde	BAC	P	N	A	-	-	50	50	50

Sapiranga	Engenharia de Controle e Automação	BAC	P	N	S	-	64	64	64	64
	Engenharia da Computação	BAC	P	N	S	-	64	64	64	64
Venâncio Aires	A definir no Eixo Controle e Processos Industriais	CST	P	N	A	-	-	32	32	32

Tabela 7 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos de pós-graduação no período de 2020 a 2024

CÂMPUS	CURSO	GRAU	MODALIDADE	TURNO	REGIME INGRESSO	2020	2021	2022	2023	2024
Avançado Jaguarão	Especialização em Ciências Sociais Aplicadas	LS	E	AD	A	-	-	50	50	50
Lajeado	Especialização em Gestão da Educação Básica	LS	P	N	FC	30	30	-	-	-
Passo Fundo	Educação Básica	MP	P	TN	A	-	24	24	24	24
Pelotas	Especialização a definir no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação	LS	E	N	A	-	-	40	40	40
	Especialização a definir no Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde	LS	P	N	A	-	-	-	15	15
	Especialização em Engenharia 4.0	LS	P	TN	A	12	12	12	12	12
	Engenharia 4.0	MP	P	TN	A	-	-	-	12	12
	Educação e Tecnologia	D	P	TN	A	12	12	12	12	12
Santana do Livramento	Especialização em Informática - Ciência de Dados	LS	SP	N	A	-	-	-	-	40
	Especialização em Educação e Tecnologia	LS	SP	N	A	-	32	32	32	32

O IFSul também pode ofertar cursos a partir de programas fomentados pelo governo federal, que são provenientes de editais com objetivos específicos, principalmente na modalidade a distância. Essas ofertas foram identificadas como potenciais no planejamento apresentado pois constituem um movimento externo à instituição que, dependendo da situação apresentada, submete um plano de trabalho para posteriormente concretizar a oferta, caso aprovado pelo órgão responsável.

Tradicionalmente esses programas possibilitam uma ampla oferta de vagas e uma capilaridade significativa de alcance dos mais di-

versos públicos. A instituição, por meio das suas diversas unidades, está comprometida em atender a esses programas e ofertar ainda mais cursos e vagas, expandindo suas áreas de atuação e abrangência.

O ingresso para esses cursos deverá ocorrer conforme a pactuação da oferta de vagas de acordo com as características de cada programa fomentado. O quadro a seguir retrata essa previsão, com base em ofertas já pactuadas. Novas ofertas poderão ser contempladas conforme os editais desses programas forem lançados, o que poderá ser atualizado nas revisões periódicas do PDI.

Tabela 8 – Potencial de oferta de novas vagas em cursos a distância no período de 2020 a 2024

CÂMPUS	CURSO	NÍVEL DE ENSINO	2020	2021	2022	2023	2024
Vários – nota de rodapé	Técnico em Alimentação Escolar ²⁴	Técnico - SUB	-	700	-	700	-
Vários – nota de rodapé	Técnico em Infraestrutura Escolar ²⁵	Técnico - SUB	-	650	150	650	-
Vários – nota de rodapé	Técnico em Multimeios Didáticos ²⁵	Técnico - SUB	-	650	150	650	-
Vários – nota de rodapé	Técnico em Secretaria Escolar ²⁵	Técnico - SUB	-	650	150	650	-
Pelotas - Visconde da Graça	Técnico em Administração	Técnico - SUB	-	1000	-	1000	-
Pelotas - Visconde da Graça	Técnico em Agroindústria	Técnico - SUB	-	1000	-	1000	-
Pelotas - Visconde da Graça	Técnico em Meio Ambiente	Técnico - SUB	-	1000	-	1000	-

24. Distribuição das ofertas 2021 e 2023: Câmpus Avançado Novo Hamburgo, Bagé, Charqueadas, Lajeado, Passo Fundo e Santana do Livramento, com 50 vagas cada; Câmpus Sapucaia do Sul e Venâncio Aires, com 100 vagas cada; e Câmpus Pelotas, com 150 vagas.

25. Distribuição das ofertas 2021 e 2023: Câmpus Avançado Novo Hamburgo, Bagé, Charqueadas, Lajeado, Passo Fundo e Santana do Livramento, com 50 vagas cada; Câmpus Sapucaia do Sul e Venâncio Aires, com 100 vagas cada; e Câmpus Pelotas, com 150 vagas. Distribuição da oferta 2022: Câmpus Pelotas, com 150 vagas.

Pelotas - Visconde da Graça	Técnico em Contabilidade	Técnico - SUB	-	1000	-	1000	-
Vários – nota de rodapé	Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho em Secretária Escolar ²⁶	Graduação - CST	200	-	-	-	-
Pelotas	Especialização em Espaços e Possibilidades para a Educação Continuada	Pós-graduação - LS	150	-	-	-	-
Vários – nota de rodapé	Especialização em Docência para Educação e Tecnologia ²⁷	Pós-graduação - LS	200	-	-	-	-

Ressalta-se que a instituição conta com esses programas também para viabilizar o atendimento aos percentuais legais previstos na Lei nº 11.892 e no Decreto nº 5.840, em relação a cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, além de cursos voltados à educação profissional para jovens e adultos. Destaca-se que o IFSul apresenta uma evolução quanto a essas ofertas e está buscando aproximar-se cada vez mais dos quantitativos legais estipulados. Espera-se que a consolidação dos câmpus, a partir do recebimento das vagas docentes previstas, permita que esses índices sejam atingidos plenamente.

6.2.2 Evolução da oferta de cursos e vagas no IFSul para o período 2020-2024

Considerando as previsões reais e potenciais de oferta de vagas e de cursos para cada uma das unidades do IFSul apresentadas no item anterior, ao longo do período de vigência do PDI 2020-2024 a situação do IFSul em relação à oferta será retratada conforme apresentado na Tabela 9.

26. Distribuição da oferta 2020: Câmpus Pelotas, Gravataí, Lajeado, Venâncio Aires e Passo Fundo, com 40 vagas cada.

27. Distribuição da oferta 2020: Câmpus Pelotas, Gravataí, Lajeado, Venâncio Aires e Passo Fundo, com 40 vagas cada.

Tabela 9 – Planejamento da oferta de vagas total no período 2020-2024

UNIDADE	PLANEJAMENTO DA OFERTA DE VAGAS						PROPORÇÃO DA OFERTA DE VAGAS (%)		
	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL	TÉCNICO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Câmpus Avançado Jaguarão	126	150	168	168	168	780	80,77	-	19,23
Câmpus Avançado Novo Hamburgo	127	576	381	581	381	2046	57,67	22,29	20,04
Câmpus Bagé	210	440	240	440	240	1570	61,78	38,22	-
Câmpus Camaquã	208	424	424	432	424	1912	76,15	23,85	-
Câmpus Charqueadas	336	592	392	592	392	2304	60,76	25,35	13,89
Câmpus Gravataí	128	230	235	240	270	1103	63,46	33,36	3,17
Câmpus Lajeado	414	539	343	603	373	2272	61,71	19,37	18,93
Câmpus Passo Fundo	510	664	464	664	464	2766	61,10	26,75	12,15
Câmpus Pelotas	2201	2462	2336	2509	1909	11417	66,55	22,86	10,59
Câmpus Pelotas - Visconde da Graça	654	4700	700	4700	700	11454	87,39	10,42	2,18
Câmpus Santana do Livramento	384	698	524	724	564	2894	83,14	11,06	5,81
Câmpus Saporanga	184	384	360	360	360	1648	59,22	31,07	9,71
Câmpus Sapucaia do Sul	490	929	524	958	563	3464	73,85	18,65	7,51
Câmpus Venâncio Aires	336	704	304	704	336	2384	80,54	11,07	8,39
Centro de Referência	25	25	25	25	25	125	100,00	-	-
Total IFSul	6333	13517	7420	13700	7169	48139	72,96	19,17	8,24

Comparando as informações da Tabela 9 com as da Tabela 1, que retratava a oferta de vagas do IFSul no PDI 2014-2019, nota-se que para o período 2020-2024 o IFSul planeja uma oferta de 48.029 vagas nos seus diferentes cursos técnicos, superiores e de graduação. Ressalta-se que, apesar do crescimento previsto de aproximadamente 10% em relação ao quantitativo ofertado no período anterior, ainda é possível que outras ofertas provenientes de programas e parcerias externas possam fazer com que esse crescimento seja maior.

Importante destacar que o desenvolvimento das vagas e dos cursos está diretamente relacionado à disponibilidade de servidoras, servidores e infraestrutura, sempre levando em conta as necessidades e potencialidades locais e regionais, de maneira que o IFSul possa entregar à sociedade aquilo que prevê em sua missão, conforme as diretrizes estabelecidas para esse planejamento.

Quanto à distribuição das vagas ofertadas nos diferentes níveis de ensino, o IFSul demonstra em seu planejamento um aumento da verticalização dos seus cursos, com um acréscimo nas vagas de graduação e pós-graduação em relação ao período anterior e uma diminuição proporcional da oferta de vagas em cursos técnicos para possibilitar essa verticalização. Destaca-se que esse movimento não compromete a oferta dos cursos técnicos, que é mantida acima de 70%, condizente com as finalidades e características dos institutos federais.

6.2.3 Oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional no ifsul para o período 2020-2024

A Lei nº 11.892/2008 estabelece como objetivo dos Institutos Federais “ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”.

Os cursos FIC ou de qualificação profissional são organizados para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens, trabalhadoras e trabalhadores no mundo do trabalho.

Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadoras e trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional.

Nessa perspectiva, entende-se a necessidade de que haja no IFSul uma oferta consolidada de cursos FIC, com o objetivo de atender em curtíssimo prazo as carências de capacitação profissionalizantes regionais, com a certeza de que o número de concluintes e o retorno para a sociedade é muito significativo.

No ano de 2018 o IFSul registrou uma oferta de 300 vagas em cursos FIC em quatro câmpus. Já no ano de 2019 essa oferta teve um leve acréscimo, porém mais diluída nas unidades, passando a 390 vagas em sete câmpus.

A PROEX realizou estudo sobre o potencial do curso FIC em relação ao curso técnico, identificando que além do maior potencial de concluintes e da maior empregabilidade, o curso FIC permite que um maior número de estudantes conheça a instituição e retorne para ingressar em um curso técnico.

Em relação ao potencial da instituição para esse tipo de oferta, considerando que um curso FIC tem carga horaria de 160h e a possibilidade de 3 encontros por semana de 4h, haveria viabilidade de, no mínimo, ser ministrado um curso por semestre. Quanto ao número de docentes nas coordenadorias no IFSul, a oferta de um curso FIC representaria um acréscimo de menos do que 0,5 aula por semana por professor ou 1,6 aula/mês.

A partir dessas referências, o IFSul deverá fomentar ao longo do período de vigência do PDI a inclusão de, no mínimo, um curso FIC por coordenadoria de curso técnico para atendimento da sua comunidade externa.

Cabe destacar que também são planejadas pela instituição as vagas de cursos PROEJA na forma de qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada, chamada de PROEJA FIC. Esses cursos são articulados à educação básica e podem ser desenvolvidos em parcerias com estados e municípios, com vistas a atender a demanda de jovens, adultas e adultos pela oferta de educação profissional técnica, contemplando o previsto no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Nessa modalidade, os parceiros ficam com a responsabilidade de ofertar as disciplinas de formação geral e os câmpus do IFSul ofertam as disciplinas técnicas para a qualificação profissional.

Além do esforço próprio para ofertar cursos na modalidade PROEJA FIC, órgãos do governo desenvolvem projetos e programas para fomentar a oferta desses cursos, bem como cursos de capacitação para docentes da educação básica. O IFSul é parceiro dessas iniciativas e deverá participar desse movimento ofertando vagas nessa modalidade ao longo do período de vigência do PDI.

Essa previsão não só contempla o papel social da instituição e seus objetivos e finalidades fundamentais, como também contribui para a elevação do percentual de atendimento de oferta de vagas em cursos PROEJA, conforme estabelece o Decreto nº 5.840.

6.2.4 OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO IFSUL

Os cursos de pós-graduação são vetores qualitativos da pesquisa acadêmica e da inovação, bem como base para o fortalecimento e consolidação de grupos de pesquisas, enriquecendo a rede de relações acadêmicas. Ainda na pós-graduação emergem ações extensionistas, complementando e realimentando saberes por meio da interação dialógica entre a Instituição e a sociedade.

Dito isto, o IFSul planeja expandir em diferentes áreas do conhecimento e prospecta a criação de novas propostas de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, em especial as tecnológicas, bem como o fortalecimento dos programas existentes. Considerando o sinergismo entre pós-graduação e os cursos de graduação e técnicos, a oferta busca a verticalização do ensino articulado com os arranjos

produtivo, social e cultural, objetivando capacitação docente e discente.

O processo de proposição de cursos de pós-graduação era unicamente oriundo das propostas dos câmpus. Porém, nos últimos anos, começaram a surgir discussões no Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (FORPOG) para cursos de mestrado em rede. Um exemplo é a criação do Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional (PROFEPT), que nasceu das discussões sobre a demanda de um curso que trabalhasse com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Nessa mesma direção, outros cursos de mestrado em rede estão sendo discutidos nacionalmente para serem submetidos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tais como o curso de Mestrado em Administração Pública coordenado nacionalmente pelo IFSC, o curso de Mestrado em Manufatura Avançada coordenado nacionalmente pelo IFSul e o curso de Mestrado em Tecnologias do Campo coordenado nacionalmente pelo IFCE.

O FORPOG está avaliando a possibilidade de constituir especializações em rede baseadas nas propostas dos mestrados supracitados, com o objetivo de criar a cultura da pesquisa em rede, ampliar as publicações científicas nos temas das linhas de pós-graduação e consolidar as propostas desses mestrados no médio prazo.

Outras demandas de cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) em rede e proposições sistêmicas estão em discussão, a saber o curso de Mestrado Multi-institucional em Engenharia Bio-

médica em parceria entre IFSul, UCPEL, UFPel e FURG, o Curso de Mestrado em Controle e Automação coordenado nacionalmente pela UFSC, e especializações na área de Tecnologia da Informação (TI) e na área de engenharia.

Por fim, demandas da comunidade, surgimento de novos arranjos de forças produtivas e a busca pela inovação, abrem possibilidades na oferta de cursos de pós-graduação.

6.2.5 Polos EaD do IFSul

A abertura de polos EaD e cursos ofertados pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil ou pela Rede e-Tec Brasil são condicionados à disponibilidade orçamentária e aos critérios de adesão publicado em Edital da CAPES e da SETEC/MEC, respectivamente.

Ofertas institucionais poderão ser realizadas considerando levantamentos de demandas junto à comunidade ou em áreas estratégicas definidas pelo IFSul.

A ampliação das instalações físicas e abertura de novos polos está condicionada às necessidades emergentes de novas ofertas de cursos ou novas diretrizes para o EaD do IFSul. O Quadro abaixo indica os polos EaD em funcionamento no IFSul em 2019.

Quadro 8 – Polos EaD em funcionamento no IF Sul em 2019

PROGRAMA	POLOS/CIDADES	
PROFUNCIONÁRIO	Novo Hamburgo	Santa Cruz do Sul
	Bagé	Restinga Seca
	Charqueadas	Pelotas
	Lajeado	Piratini
	Sapuçaia do Sul	São José do Norte
	Santo Antônio da Patrulha	Passo Fundo
	Venâncio Aires	Santana do Livramento
UAB	Camargo	Agudo
	Constantina	Herval
	Gravataí	Lajeado
	Panambi	Passo Fundo
	Passo Fundo	Pelotas
	Pelotas	Venâncio Aires
	Picada Café	Camargo
	São Lourenço do Sul	Gramado
	Sobradinho	Sapiranga
	Venâncio Aires	
E-TEC/CaVG	Agudo	Piratini
	Bagé	Restinga Seca
	Cachoeira do Sul	Santa Vitória do Palmar
	Canguçu	Santo Antônio da Patrulha
	Capão do Leão	São João do Polêsine
	Herval	São José do Norte
	Pelotas	São Lourenço do Sul
	Mostardas	Venâncio Aires
	Picada Café	

CAPÍTULO 7

INFRAESTRUTURA

7. INFRAESTRUTURA

O IFSul está organizado por meio da reitoria e 14 câmpus já implantados em suas próprias estruturas físicas, além de polos de educação a distância. Nos itens a seguir será apresentada a infraestrutura de cada uma dessas unidades, bem como as estruturas de laboratórios e bibliotecas

7.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA DO IFSUL

7.1.1 Infraestrutura da reitoria

Tabela 10 – Infraestrutura do prédio da reitoria

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Área de Serviços Gerais	2	86,08
Circulação, Elevadores, Escadas	9	1.636,01
Copa, Refeitório	7	138,89
Data Center	2	31,35
Depósito de Materiais	3	137,32
Estúdio de Gravações	5	139,07
Instalações Administrativas	109	3.532,80
Miniauditório	1	162,20
Salas de Reuniões	8	249,13
Sanitários	30	348,22
Vestiário (Masc/Fem)	2	59,71

Tabela 11 – Infraestrutura de subestação e gerador da reitoria

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Subestação	2	35,01
Gerador	1	37,91

Tabela 12 – Infraestrutura para depósito de lixo da reitoria

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Depósito de Lixo Seco	1	9,45
Depósito de Lixo Orgânico	1	2,20

Tabela 13 – Infraestrutura das edificações antigas na área da reitoria

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Guarita	1	3,87
Depósito de Materiais	1	82,77
Depósito de Materiais	2	44,06
Sanitários	2	17,98
Circulação	-	6,92
Copa e Salão	2	88,00
Cozinha	1	26,91
Depósito de Materiais	5	92,00
Sanitários	1	4,09
Depósito de Materiais	6	288,50

Tabela 14 – Áreas totais da reitoria

ÁREA FÍSICA	QUANTIDADE (m²)
Área Total do Terreno	12.833,83
Área Total Construída	7.576,83

7.1.2 Infraestrutura do Câmpus Avançado Jaguarão

Tabela 15 – Infraestrutura física do Câmpus Avançado Jaguarão

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	4	207,02
Laboratórios	2	141,33
Oficinas	1	271,20
Biblioteca e Videoteca	1	57,06
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	3	86,31
Instalações Administrativas	6	163,45
Sanitários	12	85,22
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	25,85
Miniauditório	1	140,96
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	1	25,91
Circulação Horizontal e Vertical	4	221,52
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	4	65,77
Subestação	1	30,00
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	1	21,82
Estacionamento	1	5.667,00

Tabela 16 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Avançado Jaguarão

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	4
Laboratório de Informática	2
Oficina de Manutenção e Solda	1
Laboratório de Instalações Elétricas	1

Tabela 17 – Áreas totais do Câmpus Avançado Jaguarão

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	32.900,00
Área Total Administrativa	163,45
Área Total Acadêmica	856,03
Área Total Construída	1.790,00

7.1.3 Infraestrutura do Câmpus Avançado Novo Hamburgo

Tabela 18 – Infraestrutura física do Câmpus Avançado Novo Hamburgo

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	3	169,47
Laboratórios	7	372,80
Oficinas	1	75,65
Biblioteca e Videoteca	1	64,15
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	3	82,66
Instalações Administrativas	1	41,80
Sanitários	9	59,67

Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	2	24,19
Quadra Poliesportiva Coberta e Descoberta	1	690,24
Miniauditório	1	80,25
Circulação Horizontal e Vertical	4	21,15
Área de Lazer Ativo e Passivo	1	83,04
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	3	83,45
Subestação	1	41,25
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	3	16,63

Tabela 19 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Avançado Novo Hamburgo

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	3
Laboratório de Informática	2
Oficina de Manutenção e Solda	1
Laboratório de Física	1
Laboratório de Eletroeletrônica	1
Oficina de Maquetes	1
Laboratório de Automação	1
Laboratório de Máquinas e Acionamentos	1

Tabela 20 – Áreas totais do Câmpus Avançado Novo Hamburgo

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	4.099,00

Área Total Administrativa	58,43
Área Total Acadêmica	764,73
Área Total Esportiva	773,28
Área Total Construída	1.906,40

7.1.4 Infraestrutura do Câmpus Bagé

Tabela 21 – Infraestrutura física do Câmpus Bagé

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	8	376,32
Laboratórios	19	542,46
Biblioteca e Videoteca	1	95,23
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	11	305,51
Instalações Administrativas	16	230,48
Sanitários	19	204,44
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	90,93
Auditório	1	465,58
Miniauditório	1	95,23
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	2	33,77
Circulação Horizontal e Vertical	9	557,04
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	2	42,29
Garagem	1	110,83
Subestação	1	26,46

Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	9	174,16
Estacionamento	3	4.778,00

Tabela 22 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Bagé

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Laboratório de Informática	5
Laboratório de Máquinas e Acionamentos	1
Laboratório de Análise de Água e Solo	1
Laboratório de Engenharia Rural	1
Laboratório de Produção Vegetal	1
Laboratório de Bromatologia	1
Laboratório de Microbiologia	2
Laboratório de Processamento de Carnes	1
Laboratório de Processamento de Hortifrutigranjeiros	1
Laboratório de Processamento de Leite e Lácteos	1
Laboratório Multidisciplinar	1
Padaria e Confeitaria	1
Sala Pet	1
Sala de Microcultura	1

Tabela 23 – Áreas totais do Câmpus Bagé

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	577.184,00
Área Total Administrativa	854,75
Área Total Acadêmica	1.574,82
Área Total Construída	4.062,15

7.1.5 Infraestrutura do Câmpus Camaquã

Tabela 24 – Infraestrutura física do Câmpus Camaquã

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	14	671,32
Laboratórios	14	738,05
Oficinas	7	293,49
Biblioteca e Videoteca	1	216,06
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	6	275,71
Instalações Administrativas	14	370,29
Sanitários	18	344,62
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	2	113,23
Serviço Médico, Odontológico e Ambulatorial	1	31,42
Quadra Poliesportiva Coberta e Descoberta	2	1.722
Auditório	1	465,58
Miniauditório	1	95,23

Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	1	25,20
Passagem Coberta	4	616,10
Circulação Horizontal e Vertical	10	706,33
Área de Lazer Ativo e Passivo	1	15.773,23
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	4	433,05
Garagem	1	114,24
Subestação	1	13,90
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	7	188,37
Estacionamento	1	3.449,78
Guarita	1	7,73

Tabela 25 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Camaquã

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Laboratório de Informática	6
Laboratório de Instalações Elétricas	1
Laboratório de Física	1
Laboratório de Eletroeletrônica	2
Laboratório de Hardware e Microcontroladores	1
Laboratório de Automação	3
Laboratório de Máquinas e Acionamentos	1
Laboratório de Programação e Metrologia	1
Laboratório de Química	4
Laboratório de Biologia	1

Tabela 26 – Áreas totais do Câmpus Camaquã

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	26.728,40
Área Total Administrativa	4.855,21
Área Total Acadêmica	4.401,48
Área Total Esportiva	1.722
Área Total Construída	9.978,69

7.1.6 Infraestrutura do Câmpus Charqueadas

Tabela 27 – Infraestrutura física do Câmpus Charqueadas

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	20	1.005,72
Laboratório	21	985,44
Biblioteca e Videoteca	1	291,62
Coordenadorias, Sala de Docentes e Ferramentarias	7	290,83
Oficina	3	171,73
Instalações Administrativas	19	377,84
Sanitários	23	256,21
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	121,55
Serviço Médico, Odontológico e Ambulatorial	1	28,66
Quadra Poliesportiva Coberta e Descoberta	1	1.130,22
Auditório	1	389,99

Miniauditório	1	57,00
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	3	54,58
Passagem Coberta	1	801,04
Circulação Horizontal e Vertical	1	1.902,73
Área de Lazer Ativo e Passivo	1	256,87
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	4	218,96
Garagem	1	200,43
Subestação	1	13,95
Almoxarifado, Depósito e Área de Serviços Gerais	7	128,30
Estacionamento	1	3.884,19

Tabela 28 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Charqueadas

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	20
Laboratório de Informática	10
Laboratório de Eletroeletrônica	2
Laboratório de Hardware e Microcontroladores	2
Laboratório de Automação	1
Oficina de Manutenção e Solda	1
Laboratório de Máquinas e Acionamentos	4
Laboratório de Programação e Metrologia	1

Tabela 29 – Áreas totais do Câmpus Charqueadas

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	51.097,41
Área Total Administrativa	1.378,14
Área Total Acadêmica	2.255,61
Área Total Esportiva	1.130,22
Área Total Construída	7.701,04

7.1.7 Infraestrutura do Câmpus Gravataí

Tabela 30 – Infraestrutura física do Câmpus Gravataí

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	7	271,71
Laboratórios	1	93,05
Biblioteca	1	18,30
Sala de Docentes	1	82,51
Instalações Administrativas	8	241,55
Sanitários	6	100,00
Refeitório	2	37,69
Miniauditório	1	140,00
Almoxarifado, Depósito e Área de Serviços Gerais	2	44,12
Estacionamento	1	4.867,00

Tabela 31 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Gravataí

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	7
Laboratório de Informática	4

Tabela 32 – Áreas totais do Câmpus Gravataí

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	67.147,11
Área Total Administrativa	1.244,78
Área Total Acadêmica	1.438,32
Área Total Construída	8.160,00

7.1.8 Infraestrutura do Câmpus Lajeado

Tabela 33 – Infraestrutura física do Câmpus Lajeado

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula	6	416,15
Laboratórios	6	321,17
Biblioteca	1	56,27
Sala de estudos	1	19,36
Sala de atendimento discente	1	19,19

Sala de Docentes e Sala de Coordenadoras e Coordenadores	3	135,93
Instalações Administrativas	5	147,16
Sanitários	6	104,94
Miniauditório	1	140,10
Sala de Servidoras/es (cozinha servidoras/es)	1	19,49
Circulação Horizontal e Vertical	5	215,89
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	4	91,28
Subestação	1	24,85
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	5	85,56

Tabela 34 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Lajeado

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	6
Laboratório de Informática	1
Laboratório de Ciências da Natureza	1
Laboratório de Eletroeletrônica	1
Laboratório de Automação	2
Laboratório de Máquinas e Acionamentos	1

Tabela 35 – Áreas totais do Câmpus Lajeado

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Área Total do Terreno	32.374,03
Área Total Administrativa	388,14
Área Total Acadêmica	1.063,52
Área Total Construída	2.119,73

7.1.9 Infraestrutura do Câmpus Passo Fundo

Tabela 36 – Infraestrutura física do Câmpus Passo Fundo

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	13	717,03
Laboratórios	23	1.255,49
Sala de Pesquisa	5	217,33
Sala de Terceirizados	4	41,13
Grêmio Estudantil e Diretórios Acadêmicos	1	46,71
Oficinas	6	378,84
Biblioteca e Videoteca	1	390,70
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	8	297,63
Instalações Administrativas	20	444,99
Sanitários	23	293,88
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	171,62
Serviço Médico, Odontológico e Ambulatorial	1	25,90

Auditório	1	463,36
Miniauditório	1	95,22
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	1	20,21
Passagem Coberta	1	802,66
Circulação Horizontal e Vertical	7	675,31
Área de Lazer Ativo e Passivo	1	617,52
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	1	46,71
Subestação	1	21,62
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	3	78,60
Estacionamento	1	3.230,50

Tabela 37 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Passo Fundo

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	11
Laboratório de Informática	10
Laboratório de Redes	1
Laboratório de Arquitetura de Computadores	1
Laboratório de Fundição e Tratamento Térmico	1
Oficina de CNC	1
Laboratório de Automação	1
Laboratório de Hidráulica	1
Oficina de Usinagem	1
Oficina de Fresagem	1

Oficina de Solda	1
Oficina de Afiação	1
Oficina de Retífica	1
Laboratório de Química	1
Laboratório de Física	1
Sala de Desenho	2
Laboratório de Eletricidade	1
Laboratório de Práticas de Construção Civil	1
Laboratório de Sistemas Estruturais	1
Laboratório de Materiais	1
Laboratório de Solos	1
Túnel de vento	1
Laboratório de Instalações Elétricas	1

Tabela 38 – Áreas totais do Câmpus Passo Fundo

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Área Total do Terreno	60.000,00
Área Total Administrativa	883,14
Área Total Acadêmica	5.102,81
Área Total Construída	5.985,95

7.1.10 Infraestrutura do Câmpus Pelotas

Tabela 39 – Infraestrutura física do Câmpus Pelotas

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula, Laboratórios e Oficinas	204	10.584,84
Biblioteca e Videoteca	1	721,80
Coordenadorias (incluindo sala de Docentes)	22	1.889,22
Salas de Atendimento	13	282,75
Ferramentarias	15	381,84
Instalações Administrativas	32	1.477,62
Instalações Administrativo-Acadêmicas	31	1.315,58
Grêmio Estudantil e Diretórios Acadêmicos	2	71,28
Sanitários Públicos	28	428,88
Sanitários Acessíveis	7	32,95
Sanitários Privados	29	167,51
Refeitório	1	309,26
Cantina	1	155,44
Serviço Médico, Odontológico e Ambulatorial	1	130,08
Ginásio de Esportes com vestiários	1	1.093,61
Quadra Poliesportiva Coberta	1	1.774,80
Quadra Poliesportiva Descoberta	1	1.619,07
Pista de Atletismo	1	1.160,77
Sala de Musculação	1	82,97
Auditório	1	549,99

Miniauditório	9	591,98
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	2	247,43
Passagem Coberta	9	693,51
Circulação Horizontal e Vertical	40	3.369,8
Área de Lazer Ativo e Passivo	3	4.336,12
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	8	1.387,02
Garagem	1	1.006,98
Subestação	1	32,00
Agência Bancária e Terminal Bancário	1	194,64
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	53	1.553,86
Oficinas de Manutenção da Estrutura	10	524,93
Estacionamento de veículos	1	3.665,33
Estacionamento de motos (coberto e descoberto)	2	652,39
Bicicletário	1	114,02

Tabela 40 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Pelotas

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Salas de Aula	47
Laboratório de Informática	29
Laboratórios de Pesquisa e Extensão	9
Oficina de Carpintaria	1
Oficina de Práticas da Construção Civil	5
Oficina de Mecânica de Solos	2

Laboratório de Ensaios Tecnológicos	2
Laboratório de Redes Elétricas	1
Laboratório de Sistemas de Potência	1
Laboratório de Instalações Elétricas	5
Laboratório de Transformadores	1
Laboratório de Medidas Elétricas	1
Laboratório de Automação Industrial	1
Laboratório de Eletrônica Digital	1
Laboratório de Máquinas Elétricas	3
Laboratório de Eletrônica Industrial	1
Laboratório de Instrumentação e Controle	1
Oficina de Produção Mecânica	1
Oficina de Manutenção Eletromecânica	1
Oficina de Máquinas Térmicas e Hidráulicas	1
Oficina de Máquina Elétrica	1
Oficina de Transformadores	1
Laboratório de Tecnologia Mecânica	1
Sala de Ajuste	1
Laboratório de Soldagem	2
Laboratório de Pintura e Jateamento	1
Laboratório de Equipamentos Industriais	1
Oficina de Fundição	1
Laboratório de Tratamento Térmico	1
Laboratório de Manutenção	1

Oficina de Mecânica	1
Sala de Broqueamento	1
Laboratório de Eletricidade	3
Afiação	1
Laboratório Hidráulico	1
Laboratórios de Metalografia	3
Laboratório de Obtenção e Desgaste de Corpos de Prova	1
Laboratório de Metrologia	1
Laboratório de Microcontrol., Redes de Faixa Larga, Pesq. e Extensão	1
Laboratório de Elétrica Alta Frequência	1
Laboratório de Elétrica Comunicações Digitais	1
Sala de Corrosão	1
Laboratório de computação, telefonia e telefonia móvel celular	1
Laboratório de Sistemas de Energia	1
Laboratório de Efluentes e Resíduos	1
Laboratório de Hidrodinâmica	1
Laboratório de Processos	2
Laboratório de Biotecnologia	2
Laboratório de Eletroquímica	1
Laboratório de Orgânica	2
Laboratório de Inorgânica	1
Laboratório de Gases Atmosféricos	1
Sala de balanças	2

Laboratório de Analítica	2
Laboratório Instrumental	2
Sala de Microscopia	1
Laboratório de Combustíveis	2
Laboratório de Alimentos	1
Laboratório de Microbiologia	1
Laboratório de Automação Residencial e Predial	1
Laboratório de Projetos Elétricos	1
Laboratório de Eletrônica	17
Laboratório de Iluminação	1
Laboratório de Experimentos em Prototipagem	1
Oficina de Marcenaria	1
Laboratório de Modelos e Maquetes	1
Laboratório de Análises de Águas	1
Laboratório de Águas e Resíduos	1
Central Analítica	1
Área Fria	1
Laboratório de Análise de Contaminantes Ambientais	1
Área Quente	1
Laboratório de Análise Microbiológicas	1
Laboratório de Físico-Química	1
Laboratório de Química Geral	2
Laboratório de Programação	1
Laboratório de Instrumentação Visual	1

Laboratório de Sistemas Embarcados	1
Laboratório de Sistemas Digitais	1
Laboratório de Circuitos, Eletrônica e Instrumentação	1
Laboratório de Montagem e Prototipação	1

Tabela 41 – Áreas totais do Câmpus Pelotas

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Área Total do Terreno	41.344,22
Área Total Administrativa	4.682,42
Área Total Acadêmica	12.181,37
Área Total Esportiva	5.731,22
Área Total Construída	39.021,84

7.1.11 Infraestrutura do Câmpus Pelotas - Visconde da Graça

Tabela 42 – Infraestrutura física do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	39	1.790,75
Laboratórios	30	2.043,86
Oficinas	4	219,18
Biblioteca e Videoteca	1	177,62
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	15	477,18

Instalações Administrativas	22	783,59
Sanitários	67	545,97
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	1.399,99
Serviço Médico, Odontológico e Ambulatorial	1	65,42
Quadra Poliesportiva Coberta e Descoberta	1	1.221,00
Miniauditório	2	223,53
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	1	17,48
Agência Bancária e Terminal Bancário	1	2,00
Circulação Horizontal e Vertical	29	825,32
Garagem	2	341,00
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	2	474,93
Subestação	2	23,24
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	6	1.498,28
Estacionamento	1	1.437,50

Tabela 43 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Sala de Aula	39
Laboratório de Informática	3
Laboratório de Física	1
Laboratório de Matemática	1
Laboratório de Multimídias	1
Laboratório de Química	1

Laboratório de Biologia	1
Laboratório de Fruticultura	1
Laboratório de Paisagismo	1
Laboratório de Preparo de Mudas	1
Laboratório de Modelagem	1
Laboratório de Tecnologia do Vestuário	1
Laboratório de Inseminação	1
Laboratório Sensorial	1
Laboratório da Agroindústria 01	1
Laboratório de Agroindústria 02	1
Laboratório de Fitopatologia	1
Laboratório de Leite	1
Laboratório de Criação de Insetos	1
Laboratório de Fitossanidade	1
Laboratório de Panificação	1
Laboratório de Viticultura	1
Indústria	1
Laboratório de Embutidos	1
Laboratório de Análise Instrumental	1
Laboratório de Artes	1
Laboratório de Sementes	1
Laboratório de Solos	1
Laboratório de Apicultura	1

Tabela 44 – Áreas totais do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Área Total do Terreno	2.010.000,00
Área Total Administrativa	1.111,40
Área Total Acadêmica	4.155,17
Área Total Esportiva	1.293,00
Área Total Construída	19.012,83

7.1.12 Infraestrutura do Câmpus Santana do Livramento

Tabela 45 – Infraestrutura física do Câmpus Santana do Livramento

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	3	142,47
Laboratórios	11	705,94
Biblioteca	1	93,86
Instalações Administrativas	20	569,75
Sanitários e Vestiários	18	252,99
Cantina, Refeitório e Copa	3	153,92
Miniauditório	1	143,17
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	3	143,00
Depósitos, Almoxarifados e Salas de Máquinas	12	234,48
Circulação Horizontal e Vertical	22	1.321,09

Prática Esportiva	1	254,24
Estacionamento e Garagem	1	164,65
Subestação	1	24,66
Pátios, Áreas Abertas e Áreas de Luz	4	325,39

Tabela 46 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Santana do Livramento

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	3
Laboratório de Informática	5
Laboratórios Diversos	6

Tabela 47 – Áreas totais do Câmpus Santana do Livramento

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	2.403,65
Área Total Administrativa	569,75
Área Total Acadêmica	848,41
Área Total Esportiva	254,24
Área Total Construída	4.927,93

7.1.13 Infraestrutura do Câmpus Saporanga

Tabela 48 – Infraestrutura física do Câmpus Saporanga

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	6	445,74
Laboratórios	7	369,29
Oficinas	2	366,11
Biblioteca e Videoteca	1	56,27
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	3	168,94
Instalações Administrativas	11	284,09
Sanitários	10	113,68
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	19,49
Quadra Poliesportiva Coberta e Descoberta	1	1.438,51
Miniauditório	1	140,10
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	1	52,78
Circulação Horizontal e Vertical	1	2.381,05
Área de Lazer Ativo e Passivo	1	39,08
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	3	308,61
Subestação	1	30,21
Almoxarifado, Depósito e Área de Serviços Gerais	3	87,72
Estacionamento	1	3.328,35

Tabela 49 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Saporanga

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Sala de Aula	6
Laboratório de Informática	3
Oficina de Manutenção e Solda	1
Laboratório de Eletroeletrônica	2
Laboratório de Hardware e Microcontroladores	1
Laboratório de Automação	1
Laboratório de Máquinas e Acionamentos	1
Laboratório de Programação e Metrologia	1

Tabela 50 – Áreas totais do Câmpus Saporanga

ÁREA FÍSICA	QTD (m²)
Área Total do Terreno	43.450,74
Área Total Administrativa	682,31
Área Total Acadêmica	1.377,51
Área Total Esportiva	1.438,51
Área Total Construída	9.743,70

7.1.14 Infraestrutura do Câmpus Sapucaia do Sul

Tabela 51 – Infraestrutura física do Câmpus Sapucaia do Sul

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	21	1.169,39
Laboratórios	28	1.518,19
Oficinas	1	263,74
Biblioteca e Videoteca	1	558,27
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	2	300,05
Instalações Administrativas	16	409,83
Sanitários	24	283,68
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	83,10
Serviço Médico, Odontológico e Ambulatorial	2	83,91
Quadra Poliesportiva Coberta e Descoberta	1	900,00
Sala de Musculação	1	57,22
Auditório	1	441,62
Miniauditório	1	53,29
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	4	140,32
Passagem Coberta	2	548,28
Circulação Horizontal e Vertical	7	1.111,72
Área de Lazer Ativo e Passivo	1	116,72
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	3	374,31
Subestação	1	54,00
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	14	364,15
Estacionamento	4	4.057,50

Tabela 52 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Sapucaia do Sul

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Laboratório de Informática	7
Oficina de Usinagem	1
Laboratório de Caracterização	1
Laboratório de Física, Química e LCQ	3
Laboratório de Injeção e Extrusão	3
Laboratório de CNC	1
Laboratório de Reciclagem - Moagem	2
Laboratório de Metrologia	1
Laboratório de Pneumática	1
Laboratório de Metalurgia do Pó	1
Laboratório de Robótica	1
Laboratório de Ciências Térmicas	1
Laboratório de DINP	1
Laboratório de Artes	1
Laboratório de MEV	1
Laboratório de Recursos	1
Laboratório de Administração	1

Tabela 53 – Áreas totais do Câmpus Sapucaia do Sul

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	39.220,45
Área Total Administrativa	4.054,03
Área Total Acadêmica	3.820,74

Área Total Esportiva	3.653,01
Área Total Construída	11.354,02

7.1.15 Infraestrutura do Câmpus Venâncio Aires

Tabela 54 – Infraestrutura física do Câmpus Venâncio Aires

ÁREA FÍSICA	QTD (un)	ÁREA (m²)
Salas de Aula e Desenho	14	773,82
Laboratórios	14	453,64
Oficinas	3	238,08
Biblioteca e Videoteca	1	46,71
Coordenadoria, Sala de Docentes e Ferramentaria	2	148,56
Instalações Administrativas	13	283,36
Sanitários	18	219,14
Praça de Alimentação, Cantina e Refeitório	1	46,71
Auditório	1	465,58
Miniauditório	1	95,23
Sala de Servidoras e Servidores e Sala de Reuniões	1	52,68
Circulação Horizontal e Vertical	1	987,94
Garagem	1	125,83
Hall, Saguão e Área de Convivência de Estudantes	1	134,44
Subestação	1	32,66
Almoxarifado, Depósito e Áreas de Serviços Gerais	2	25,20
Estacionamento	1	111,40

Tabela 55 – Infraestrutura acadêmica do Câmpus Venâncio Aires

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Sala de Aula	14
Laboratório de Informática	6
Oficina de Manutenção e Solda	1
Laboratório de Instalações Elétricas	1
Laboratório de Física	1
Laboratório de Eletroeletrônica	1
Laboratório de Hardware e Microcontroladores	1
Laboratório de Automação	1
Laboratório de Máquinas e Acionamentos	1
Laboratório de Programação e Metrologia	1

Tabela 56 – Áreas totais do Câmpus Venâncio Aires

ÁREA FÍSICA	QTD (un)
Área Total do Terreno	45.000,00
Área Total Administrativa	1.022,76
Área Total Acadêmica	3.983,89
Área Total Construída	4.916,65

7.1.16 Polos de educação a distância

O IFSul atua também por meio de polos distribuídos em diferentes cidades do Rio Grande do Sul que estejam aptos a receber cursos

da Universidade Aberta do Brasil, da Rede e-Tec Brasil ou de cursos EaD institucionalizados. Além disso, os 14 câmpus do IFSul estão aptos a serem polos EaD.

Esses polos mantêm uma infraestrutura mínima física, tecnológica e de pessoal adequado ao projeto pedagógico de cada curso neles ofertado, ao quantitativo de estudantes e à legislação específica para a realização de atividades presenciais. A infraestrutura mínima necessária contempla:

- salas para a coordenação de polo e secretaria;
- salas de aula ou auditório com equipamentos para vídeo/web-conferência;
- laboratório de informática com acesso à Internet de no mínimo 1 Gb e com computadores em número adequado para atender o quantitativo de estudantes que se pretende atender no polo;
- laboratórios específicos presenciais;
- sala de tutoria;
- biblioteca com acervo físico ou digital de bibliografias básica e complementar; e
- banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda a Lei nº 10.098/2000.

Já as sedes dos cursos (reitoria, centro de referência e os câmpus do IFSul) apresentam uma infraestrutura mínima física e tecnológica composta por:

- salas para a coordenação de cursos;
- salas de reunião;
- sala para as equipes multidisciplinares e de apoio;
- sala de tutorias;
- salas de aula ou auditório com equipamentos para vídeo/web-conferência; e
- banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda a Lei nº 10.098/2000.

Em relação a pessoal, os polos UAB e Rede e-Tec devem obrigatoriamente ter uma Coordenação de Polo (indicação da mantenedora ou do mantenedor do polo) e tutoras e tutores de acordo com a quantidade de estudantes que o polo atende (seleção por editais desenvolvidos pelo IFSul).

Quanto às metodologias e às tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos, o desenvolvimento dos cursos ofertados na modalidade EaD no IFSul é realizado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), mais especificamente o Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*).

A escolha desse AVA se deu pelo fato dessa ferramenta possuir uma gama de recursos educacionais de comunicação síncrona e assíncrona como, por exemplo, avaliações e atividades de estudo, baseada na construção social do conhecimento.

Além disso, o IFSul vem investindo na produção de diversos materiais baseado em videoaulas e animações, e se aproximando das discentes e dos discentes através de plataformas de webconferências. Todo o material didático disponibilizado no Moodle, sejam eles apostilas, videoaulas, atividades, produzidos para o desenvolvimento de cada um dos conteúdos propostos, buscará estimular o estudo e a produção individual de cada estudante, não só na realização das atividades propostas, mas também na experimentação do conteúdo explanado.

Esses materiais são produzidos com apoio do corpo docente que ministra as disciplinas com suporte da Coordenação de Produção de Tecnologias Educacionais (CPTE) do Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) da Pró-reitoria de Ensino. Na CPTE, as professoras e os professores contam com o apoio de designer educacional e da equipe multidisciplinar.

Durante todo esse processo mediado por tecnologia, estudantes recebem apoio pela tutoria ou por docente mediador a distância e presencial.

Além disso, as atualizações e manutenções dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem ficam a cargo do DETE em conjunto com a CPTE e Diretoria de Tecnologia da Informação do IFSul.

Outra ferramenta é a plataforma para Curso Online Aberto e Massivo (*Massive Open Online Course* – MOOCs), denominada de Mundi, que permitirá a oferta de cursos online, abertos, gratuitos e sem tutoria. Os cursos ofertados serão das mais variadas áreas e serão construídos em parceria com as servidoras e os servidores do IFSul.

A oferta desses cursos permitirá que o IFSul amplie o espaço de desenvolvimento de cursos da modalidade EaD, passando a atuar em todos os estados do Brasil.

7.2 BIBLIOTECAS

As bibliotecas do IFSul são órgãos de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto e tem por finalidade disponibilizar fontes de informação em diferentes suportes, visando contribuir para o desenvolvimento profissional, científico, tecnológico e cultural das usuárias e dos usuários.

O IFSul possui bibliotecas nos 14 câmpus para atendimento a estudantes, a servidoras e servidores e à comunidade. As bibliotecas respondem administrativamente às unidades responsáveis pelo ensino, porém estão integradas mediante regulamentos e normatizações ao Sistema de Gerenciamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (SiBIFSul).

Todas as informações apresentadas nesta seção foram elaboradas pela Comissão Temática, com base nos dados fornecidos pelas bibliotecas do IFSul, em julho de 2019.

7.2.1 Sistema de Bibliotecas

O SiBIFSul é um órgão vinculado à PROEN, sendo uma representação sistêmica junto a instâncias superiores e seus pares.

O SiBIFSul foi instituído através do Regulamento das Bibliotecas do IFSul por meio da Resolução nº 58/2015 do CONSUP, tendo seu regimento sido aprovado em 2018, através da Resolução nº 137/2018 do CONSUP e atualmente encontra-se em fase de implementação. O SiBIFSul tem por finalidade a construção de mecanismos de cooperação entre as bibliotecas, compartilhamento de produtos e serviços, padronização de normas e rotinas comuns.

As bibliotecas integrantes do SiBIFSul subordinam-se ao Regimento Geral do IFSul, ao Regimento Interno dos câmpus, ao Regimento do SiBIFSul e ao Regulamento das Bibliotecas do IFSul.

7.2.2 Situação atual das bibliotecas

7.2.2.1 Organização e funcionamento

As bibliotecas do IFSul estão organizadas de forma a atender às demandas de ensino, pesquisa e extensão e são abertas para o atendimento ao público, de acordo com cada câmpus.

O horário de funcionamento das bibliotecas do IFSul está descrito na Carta de Serviços ao Usuário ou no portal de cada câmpus.

Em relação ao funcionamento das unidades, espera-se que até 2024 todas as bibliotecas estejam com o funcionamento padronizado, atendendo assim ao público em horários ininterruptos, dinamizando a utilização do espaço para o desenvolvimento dos serviços oferecidos.

As servidoras e os servidores atualmente lotados nas bibliotecas possuem formações e habilidades específicas e diversas, conforme demonstra a tabela que reflete a força de trabalho de cada unidade.

Tabela 57 – Quantitativo de força de trabalho nas bibliotecas do IFSul

CÂMPUS	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	OUTROS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	ESTAGIÁRIOS	TOTAL POR CÂMPUS
Avançado Jaguarão	-	2	-	-	2
Avançado Novo Hamburgo	-	1	-	1	2
Bagé	1	2	1	1	5
Camaquã	2	1	-	-	3
Charqueadas	1	2	-	2	5
Gravataí	-	1	-	-	1
Lajeado	-	1	-	-	1
Passo Fundo	2	1	1	-	4
Pelotas	7*	-	2	3	12
Pelotas-Visconde da Graça	2	2	2	1	7
Santana do Livramento	1	1	1	-	2
Sapiranga	1	2	-	-	3
Sapucaia do Sul	2	2	-	2	6
Venâncio Aires	1	2	1	-	4
Total por cargo	19	20	7	10	57

* O Câmpus Pelotas possui um servidor bibliotecário-documentalista cedido de outro órgão.

7.2.2.2 Serviços prestados

As bibliotecas integrantes do SiBIFSul oferecem diversos produtos e serviços à comunidade acadêmica conforme quadro abaixo.

Quadro 9
Serviços prestados pelas bibliotecas

	AVANÇADO JAGUARÃO	AVANÇADO NOVO HAMBURGO	BAGÉ	CAMAQUÃ	CHARQUEADAS	GRAVATAÍ	LAJEADO	PASSO FUNDO	PELOTAS	PELOTAS - VISC. DA GRAÇA	SANTANA DO LIVRAMENTO	SAPIRANGA	SAPUCAIA DO SUL	VENÂNCIO AIRES
Consulta no local	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Consulta online	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Empréstimo domiciliar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Renovação online	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Reserva de Materiais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Orientação individual à pesquisa	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X
Orientação coletiva à pesquisa	X		X	X	X				X	X			X	
Orientação à pesquisa na internet	X		X	X	X		X			X	X		X	X
Visitas orientadas				X	X		X	X	X	X		X	X	
Boletim informativo		X			X				X	X		X		
Orientação à normalização de trabalhos acadêmicos			X	X	X		X		X	X	X		X	
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X		X		X	X	X		X	X
Orientação para o uso do Portal de Periódicos Capes e Bases de Dados			X	X	X	X	X	X		X			X	
Elaboração de Ficha Catalográfica			X	X	X				X	X		X	X	X
Treinamento de Usuárias e Usuários		X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	
Ações culturais				X		X			X	X		X	X	
Atividades alinhadas a projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão	X		X	X	X				X	X	X	X	X	
Empréstimo de equipamentos eletrônicos (notebooks, calculadores, mouses, fones de ouvido)												X		
Redes sociais (Instagram/Facebook)				X					X	X		X	X	

As bibliotecas oferecem serviços online tais como consultas, pesquisas, reservas e renovações através do Sistema de Gerenciamento Pergamum. A tabela abaixo apresenta o

quantitativo total de serviços de empréstimo, renovação e devolução realizados durante a vigência do PDI 2014-2019.

Tabela 58 – Quantitativo total de empréstimos, renovações e devoluções realizados

CÂMPUS	QUANTITATIVO TOTAL DE SERVIÇOS DE EMPRÉSTIMO, RENOVAÇÃO E DEVOLUÇÃO REALIZADOS DURANTE A VIGÊNCIA DO PDI 2014-2019		
	DEVOLUÇÕES	RENOVAÇÕES	EMPRÉSTIMOS
Avançado Jaguarão	133	100	119
Avançado Novo Hamburgo	766	310	621
Bagé	9.645	4.780	9.706
Camaquã	12.225	4.673	12.162
Charqueadas	26.202	29.769	26.063
Gravataí	35	6	25
Lajeado	638	640	607
Passo Fundo	17.312	13.530	17.191
Pelotas	87.831	13.1545	87.777
Pelotas-Visconde da Graça	18.905	15.734	18.404
Santana do Livramento	2.285	95	2.223
Sapiranga	2.388	391	2.278
Sapucaia do Sul	25.821	32.317	25.498
Venâncio Aires	2.268	849	2.274

7.2.2.3 Infraestrutura das bibliotecas

As tabelas que seguem apresentam as situações no que se refere aos mobiliários e equipamentos das bibliotecas do IFSul, com referência em julho de 2019.

O espaço físico total destinado às bibliotecas do IFSul encontra-se disponível na seção anterior, junto às informações de infraestrutura física.

Para contemplar as necessidades de estudantes, servidoras e servidores e comunidade, a instituição tem como desafio a ampliação e qualificação dos espaços físicos destinados às bibliotecas, atendendo aos requisitos de acessibilidade e aumento da capacidade de atendimento, com a delimitação de áreas para estudo individual e em grupo, e de áreas específicas tais como administração, processamento técnico, atendimento ao público, acervo, dentre outros. Em alguns câmpus esses espaços estão contabilizados na área total das bibliotecas, enquanto que em outros esses espaços são delimitados.

Tabela 59 - Quantitativo de mobiliários das bibliotecas

TIPO DE MOBILIÁRIO	AVANÇADO JAGUARÃO	AVANÇADO NOVO HAMBURGO	BAGÉ	CAMAQUÃ	CHARQUEADAS	GRAVATAÍ	LAJEADO	PASSO FUNDO	PELOTAS	PELOTAS - VISC. DA GRAÇA	SANTANA DO LIVRAMENTO	SAPIRANGA	SAPUCAIA DO SUL	VENÂNCIO AIRES
Mesas de estudos em grupo	4	1	4	14	17	1	4	12	25	6	4	4	14	-
Estações de estudo individual	-	-	-	10	4	-	-	13	22	-	1	3	10	2
Guarda-volumes (por porta)	1	-	-	64	62	-	-	48	40	50	12	-	64	-
Estantes para acervo dupla-face	10	10	16	22	33	4	7	29	101	41	6	5	65	12
Estantes para acervo face-simples	-	2	18	2	2	-	-	2	5	6	3	2	4	6
Carrinho para transporte	1	-	2	2	2	1	1	2	4	-	1	1	4	1
Armários diversos	2	2	5	3	2	2	4	3	8	8	3	5	6	2
Mesa de trabalho para servidor e servidora	1	1	3	3	2	1	1	4	13	3	3	2	8	2
Balcão de atendimento	1	-	-	1	2	-	-	1	1	1	-	-	1	-

Tabela 60 - Quantitativo de equipamentos das bibliotecas

TIPO DE EQUIPAMENTO	AVANÇADO JAGUARÃO	AVANÇADO NOVO HAMBURGO	BAGÉ	CAMAQUÃ	CHARQUEADAS	GRAVATAÍ	LAJEADO	PASSO FUNDO	PELOTAS	PELOTAS - VISC. DA GRAÇA	SANTANA DO LIVRAMENTO	SAPIRANGA	SAPUCAIA DO SUL	VENÂNCIO AIRES
Computadores para pesquisa/estudo	4	-	4	4	4	1	1	10	4	5	3	4	2	-
Notebooks para pesquisa/estudo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	-	-
Computadores para servidoras e servidores	1	1	3	3	4	1	1	4	11	5	3	2	5	2

Leitor óptico	-	-	3	2	3	-	-	2	3	2	-	-	2	-
Impressora	1	-	1	1	3	-	1	1	5	1	1	1	2	1
Scanner	-	-	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-
Ar condicionado	2	2	-	1	5	1	1	6	3	2	2	1	7	1
Sistema antifurto	-	-	1	1	1	-	-	1	1	1	-	-	1	-

7.2.2.4 Acervo

Os acervos das bibliotecas do IFSul atendem, prioritariamente, às áreas relacionadas aos cursos oferecidos pelos respectivos câmpus. O modelo de catalogação adotado pelas bibliotecas é descentralizado e cooperativo.

A aquisição dos materiais para ampliação e atualização do acervo é feita por meio de compra e doação. A compra é realizada por meio de licitação, conforme disponibilidade orçamentária de cada câmpus. A lista de materiais para compra tem origem nas solicitações das coordenações dos cursos/áreas, as quais observam principalmente as bibliografias básicas e complementares dos projetos dos cursos, da biblioteca e áreas administrativas, bem como sugestões de usuárias e usuários.

As doações são incluídas no acervo quando atendem às necessidades das áreas de interesse da Instituição, após estudo prévio do material, o qual leva em conta, em especial, o assunto, a atualização e as condições de conservação.

O acervo das bibliotecas do IFSul é constituído de materiais informacionais nos mais diversos suportes. Dentre eles, destacam-se: materiais físicos impressos tais como livros, periódicos, trabalhos de conclusão de curso entre outros; materiais multimídia tais como CDS, DVDs e etc; e materiais digitais, tais como livros, periódicos, trabalhos de conclusão de curso, conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 61 - Quantitativo atual de acervo das bibliotecas

CÂMPUS	TIPO	LIVROS		PERIÓDICOS		TRABALHOS ACADÊMICOS (TCC, DISSERTAÇÃO, TESE)		MULTIMEIOS (DVD, CD)		OUTROS	
		TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES	TÍTULOS	EXEMPLARES
Avançado Jaguarão	Físico	266	647	-	-	-	-	-	-	-	-
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Avançado Novo Hamburgo	Físico	1018	2471	-	-	-	-	-	-	-	-
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bagé	Físico	2228	3918	943	78	31	-	44	46	-	-
	Digital	-	-	-	-	-	31	-	-	-	-
Camaquã	Físico	2448	5290	59	892	4	4	8	8	16	38
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Charqueadas	Físico	4581	11571	30	577	22	24	348	397	-	-
	Digital	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-
Gravataí	Físico	311	900	-	-	-	-	-	-	-	-
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lajeado	Físico	944	1992	9	13	1	1	13	20	4	5
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passo Fundo	Físico	2417	6081	54	1356	121	121	53	142	11	14
	Digital	2	-	-	-	24	-	-	-	-	-
Pelotas	Físico	13355	32257	37	1322	196	203	89	112	170	189
	Digital	30	-	1	-	242	-	-	-	-	-
Pelotas-Visconde da Graça	Físico	4844	10873	171	2896	42	45	60	81	379	503
	Digital	1	-	-	-	110	-	3	-	-	-
Santana do Livramento	Físico	700	2287	12	278	-	-	5	5	-	-
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Sapiranga	Físico	809	1577	-	-	-	-	-	-	-	-
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sapucaia do Sul	Físico	6376	13718	68	3391	518	519	214	229	120	195
	Digital	-	-	-	-	361	-	-	-	-	-
Venâncio Aires	Físico	3695	5314	91	1014	1	1	238	468	12	12
	Digital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Toda a comunidade atendida pode consultar o acervo das bibliotecas do IFSul em ambiente virtual por meio do Sistema Pergamum, software de gerenciamento das bibliotecas do IFSul, adquirido em 2012 e disponibilizado no site institucional, que contempla o acervo informatizado das bibliotecas de todos os câmpus.

Em relação à assinatura de biblioteca virtual, as coleções de acervo digital e bases de dados virtuais permitem à comunidade acadêmica o acesso à informação por meio de diversos suportes eletrônicos, que tornam a leitura acessível a qualquer momento e ambiente sem restrição de quantidade de materiais. Para isso, é necessário que

sejam realizadas assinaturas de forma sistêmica para todas as bibliotecas. No que se refere ao acervo digital, identifica-se que poucas bibliotecas possuem um quantitativo considerável, e apenas a biblioteca do Câmpus Pelotas dispõe de assinatura da Biblioteca Virtual Pearson.

As bibliotecas do IFSul buscam desenvolver seus acervos, tendo em vista a comunidade a que atendem. A tabela abaixo aborda os investimentos realizados durante a vigência do último PDI para aquisição de acervo das bibliotecas.

Tabela 62 - Empenhos realizados (em R\$) para aquisição de acervo durante vigência do PDI 2014-2019

CÂMPUS	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	TOTAL
Avançado Jaguarão	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	15.000,00
Avançado Novo Hamburgo	-	-	16.400,00	27.000,00	110.300,00	-	153.700,00
Bagé	4.863,92	-	15.339,50	5.400,80	31.726,20	-	57.330,42
Camaquã	68.031,60	-	1.342,59	13.354,91	-	-	82.729,10
Charqueadas	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00	-	200.000,00
Gravataí	-	9.495,63	17.000,00	-	-	-	26.495,63

Lajeado	14.538,35	6.952,21	-	6.967,55	4.825,25	-	33.283,36
Passo Fundo	59.429,01	-	81.200,00	-	-	-	140.629,01
Pelotas	300.000,00	35.000,00	59.500,00	31.500,00	39.400,00	30.300,00	495.700,00
Pelotas-Visconde da Graça	542,14	3.239,72	-	8.249,97	10.194,00	1.540,38	23.766,21
Santana do Livramento	16.472,41	30.313,49	359,95	20.137,01	8.574,48	13.404,05	89.261,39
Sapiranga	-	-	28.500,00	-	-	-	28.500,00
Sapuçaia do Sul	30.374,38	5.577,26	41.609,42	1.457,06	78,40	-	79.096,52
Venâncio Aires	27.408,39	-	-	-	17.500,00	-	44.908,39
Total	564.160,20	133.078,31	303.751,46	156.567,30	265.098,33	47.744,43	1.470.400,03

* Até julho/2019.

Algumas bibliotecas estão em plena expansão e, para tanto, é imprescindível que haja destinação de recursos para que possam ter um crescimento racional de seus acervos.

7.2.3 Situação desejável

As informações que seguem apresentam o estudo, elaborado por cada biblioteca, que vislumbra previsão de pessoal técnico-administrativo para as unidades, proposta de crescimento do acervo e adequabilidade da infraestrutura em termos de espaço físico, mobiliários, e equipamentos das bibliotecas.

As projeções estabelecidas buscam a melhoria no oferecimento de produtos e serviços ao público atendido pelas bibliotecas, numa estimativa de que, até 2024, dentro do possível, estejam contempladas parcialmente ou em sua totalidade.

7.2.3.1 Previsão de pessoal necessário para as bibliotecas

A tabela abaixo proposta reúne o quantitativo de servidoras e servidores atuais com as projeções de servidoras e servidores ideais para o melhor funcionamento das bibliotecas de cada câmpus.

Tabela 63 - Previsão de pessoal para as bibliotecas

CÂMPUS	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	OUTROS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	ESTAGIÁRIOS	TOTAL SUGERIDO POR CÂMPUS	TOTAL POR CÂMPUS EM 2019
Avançado Jaguarão	1	2	-	-	3	2
Avançado Novo Hamburgo	1	2	-	2	5	2
Bagé	1	2	1	1	5	5
Camaquã	2	3	-	-	5	3
Charqueadas	2	4	-	2	8	5
Gravataí	1	2	2	-	5	1
Lajeado	1	3	-	-	4	1
Passo Fundo	2	3	1	2	8	4
Pelotas	7*	-	5	3	15	12
Pelotas-Visconde da Graça	2	4	2	1	9	7
Santana do Livramento	2	3	1	-	6	2
Sapiranga	1	2	1	2	6	3
Sapucaia do Sul	2	2	1	3	8	6
Venâncio Aires	1	2	1	-	4	4

* O Câmpus Pelotas possui uma servidora do cargo de bibliotecário-documentalista cedida de outro órgão.

Com base no ano de 2019, atuam nas bibliotecas do SiBIFSul 47 servidoras e servidores e 10 estagiárias e estagiários. Para pleno funcionamento das bibliotecas, propõe-se aumentar em cerca de 57% esse quantitativo, chegando a um total de 75 servidoras e servidores e 16 estagiárias e estagiários. Salienta-se a urgência na nomeação de bibliotecárias ou bibliotecários nos câmpus que ainda não possuem este profissional. Considerando que há uma vedação legal de realização de novos concursos e provimento de vagas adicionais

para o cargo de Auxiliar de Biblioteca, outros cargos de origem administrativa devem suprir essa lacuna, como já ocorre em algumas bibliotecas.

Destaca-se que a contratação de estagiárias e estagiários auxilia no funcionamento das bibliotecas, visto que há câmpus onde há apenas um servidor ou uma servidora por turno.

7.2.3.2 Adequabilidade da infraestrutura das bibliotecas

Como muitas bibliotecas do IFSul ainda estão em fase de estruturação, futuros investimentos devem ser feitos para melhoria das suas infraestruturas, para que tais unidades possam oferecer produtos e serviços de qualidade ao seu público-alvo.

Sobre esse aspecto, o quadro a seguir apresenta a projeção para a adequabilidade de cada biblioteca em relação ao espaço físico, mobiliários e equipamentos para o período de vigência do PDI 2020-2024.

Quadro 10 - Projeção de adequabilidade da infraestrutura das bibliotecas

CÂMPUS	ESPAÇO FÍSICO	MOBILIÁRIOS	EQUIPAMENTOS
Avançado Jaguarão	- Espaço amplo que comporte o acervo, as mesas de estudo, os computadores e possibilite que seja um ambiente confortável para grupos de estudos.	- Mesas de estudos individuais; - 3 cortinas.	- 1 impressora
Avançado Novo Hamburgo	- Espaço para estudos individuais, preferencialmente em uma sala fechada, no ambiente da Biblioteca - Espaço para estudos em grupo - Estações de estudo com computadores - Reorganização de espaço, dentro das normas de acessibilidade, organizado para o acervo	- Mais estantes, de maneira a qualificar a classificação dos muitos materiais que possuímos, para facilitar o acesso pelo usuário - Mais mesas de estudo em grupo - Mesas de estudo individual	- Leitor ótico - Computadores - Sistema anti-furto - Teclado numérico
Bagé	- 95,23m ² - Construção de novo espaço com 4x o tamanho atual, com balcão de atendimento, acervo, salas de estudos e processamento técnico.	- Com a chegada de mais 2000 títulos, aquisição de mais 4 estantes duplas.	- Renovação completa do parque computacional da biblioteca (Troca de 07) computadores

Camaquã	<ul style="list-style-type: none"> - Adequação das salas de estudo em grupo com antirruído; - Ampliação do espaço total em 75m². 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 Estofado Tipo Sofá Curvo; - 10 Poltrona Decorativa de Uso Múltiplo; - 60 Cadeira Fixa; 16 Mesa de Estudo; Redonda com 4 patas; - 5 Expositor para Livros Face Simples; - 10 Estante de Aço Face Dupla; 	<ul style="list-style-type: none"> -15 computadores; -5 Notebook; -1 Home Theater Com Dvd E Blu-Ray 3D Full Hd; -1 projetor de imagem.
Charqueadas	Foi solicitado um projeto para prédio novo	-	-
Gravataí	- 93m²	<ul style="list-style-type: none"> - 6 mesas de estudo; - 35 cadeiras; - 6 estantes dupla face; - 2 estantes face simples; - 2 mesas para computador; - 1 mesa em L; - 2 quadros brancos; - 1 mural; - 1 guarda-volumes. 	<ul style="list-style-type: none"> - 6 computadores; - 2 leitores de código de barras; - 1 impressora laser; - 1 impressora térmica; - Sistema anti-furto.
Lajeado	- Criação de espaço físico adequado à biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> - 15 estantes dupla face; - 10 mesas. 	- Leitor óptico
Passo Fundo	<ul style="list-style-type: none"> - Mais espaço para acomodar e desenvolver atividades com estudantes do ensino médio - Isolamento acústico nas salas de estudos - Espaço para atividades culturais/interação 	<ul style="list-style-type: none"> Mesas - Cadeiras - Bancadas - Armários guarda-volume 	- Computadores
Pelotas	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar espaço do salão de estudos; - Criar espaço de treinamento de usuáries e usuáries. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cadeiras para usuáries e usuáries; - Troca de Estantes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ar condicionado para salão de estudos e no andar do acervo a troca de frio para quente/frio; - Computadores para atendimento, pesquisa e preparo técnico; - Equipamentos acessíveis as pessoas com necessidades específicas.

Pelotas-Visconde da Graça	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de um espaço específico para estudo individual e em grupo; - Criar um espaço multimídia no interior da biblioteca para entretenimento e auxílio pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Carrinho de bibliotecas; - 10 cadeiras estofadas; - Bibliocantos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Câmeras de monitoramento (Kit Cftv 6 Câmeras de segurança Multi Hd 720p Dvr); - Datashow, notebook, caixas de som para notebook.
Santana do Livramento	- 93,86m²	<ul style="list-style-type: none"> - 3 mesas de estudo em grupo; - 2 mesas de estudo individual. 	<ul style="list-style-type: none"> - 3 computadores para estudo de estudantes; - 1 impressora fiscal; - 3 estantes para acervo dupla-face.
Sapiranga	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação do espaço atual; - Salas de estudo em grupo; - Salas de estudo individual; - Sala para processamento técnico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Balcão de atendimento; - Estantes para acomodação de acervo; - Guarda-volumes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitores ópticos para automação de atendimento (empréstimo, devoluções) e de inventário; - Ar condicionado para climatização do ambiente; - Sistema de segurança antifurto.
Sapucaia do Sul	- Espaço específico para higienização e tratamento do acervo.	<ul style="list-style-type: none"> - Mapotecas para aquisição e ampliação do acervo de mapas; - Vitrine expositor de vidro (para exposições de obras raras e de outros materiais que não podem ser manuseados). 	- Computadores novos/adequados para trabalho da equipe e também para consulta/uso de usuárias e usuários.
Venâncio Aires	- Mudança para a sala nova de 92,07m², com instalação da internet, das cortinas e do ar condicionado.	-	-

7.2.3.3 Proposta de crescimento do acervo das bibliotecas

Para manter a qualidade do acervo é importante que seu crescimento não seja condicionado apenas a doações. Quando se refere

ao crescimento dos acervos das bibliotecas, remonta-se para o estabelecimento de investimentos da instituição em adquirir materiais informacionais diversos.

O quadro abaixo apresenta a prioridade de crescimento de cada biblioteca, para o período de vigência de 2020 a 2024, baseada no acervo atual e nas demandas de cada comunidade atendida.

Quadro 11 - Projeção de crescimento do acervo das bibliotecas

CÂMPUS	PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DE ACERVO
Avançado Jaguarão	Expandir os livros das áreas técnicas; Ampliar o acervo de literatura.
Avançado Novo Hamburgo	O acervo do câmpus (1018 títulos, 2471 exemplares) foi construído ao longo de três anos, com exponencial crescimento em 2018. O objetivo seria dobrar o número atual de materiais no decorrer do quadriênio que se inicia.
Bagé	Adquirir mais 5000 títulos, a fim de atender 90% das necessidades de informação de usuárias e usuários.
Camaquã	Solicitação de dotação orçamentária de 1000 exemplares entre literatura técnica e literatura. Necessidade de cobertura do plano de ensino do curso superior de Análise e desenvolvimento de sistemas
Charqueadas	O acervo cresce naturalmente com a compra de material bibliográfico, aproximadamente entre 500 a 1000 exemplares por ano.
Gravataí	Quadruplicar o acervo.
Lajeado	Ampliar o acervo bibliográfico em 4000 obras.
Passo Fundo	Adquirir os livros para completar e atualizar as bibliografias dos cursos. Assinar a biblioteca virtual.
Pelotas	Aquisição de bibliográfica básica e complementar dos cursos; Aquisição de base de livros estrangeiros e/ou aquisição perpetua; Manter assinatura da base de Livros Biblioteca Virtual Paerson; Realizar a assinatura da base de Livros Minha Biblioteca; Realizar a assinatura de base de dados de Normas Técnicas Brasileiras
Pelotas-Visconde da Graça	Adquirir materiais bibliográficos para atender os cursos: Curso Superior de Tecnologia em Design de Moda e Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas. Adquirir a assinatura da Biblioteca Virtual Universitária da Pearson que hoje somente o Câmpus Pelotas possui assinatura. Além disso, adquirir a Minha Biblioteca que é uma base de livros digitais das principais editoras de livros acadêmicos do Brasil, como Artmed, Bookman, Cengage, Cortez, Forense, Gen-Atlas, LTC, Manole, McGrawHill, Método, Penso, Saraiva, Tekne e Zahar, entre outras.

Santana do Livramento	Dos atuais 2285 exemplares a projeção é que até 2024 esteja na faixa entre 3500-4000 exemplares.
Sapiranga	Atender 100% das bibliografias básicas dos cursos integrados de informática e eletromecânica; Atender 50% das bibliografias dos cursos Eletrotécnica e Eletroeletrônica; Atender 90% das solicitações de aquisições da comunidade acadêmica; Ampliar em 50% o acervo de literatura.
Sapucaia do Sul	Estima-se uma média de crescimento de 600 exemplares por ano. Isto é, 3000 exemplares de 2020 a 2024.
Venâncio Aires	O planejamento deverá ser feito a partir da Política de Desenvolvimento de Coleções do IFSul e do plano de vagas dos cursos de cada câmpus.

7.2.4 PLANO PARA AS BIBLIOTECAS

Por meio de estudo realizado pelas bibliotecas integrantes do SiBIF-Sul, são propostas ações necessárias a serem desenvolvidas no período entre 2020 a 2024, para qualificar o SiBIFSul e as bibliotecas,

respeitando suas particularidades. A relação das ações está distribuída por diferentes eixos de atuação, conforme quadro a seguir.

Quadro 12 – Ações para as bibliotecas do IFSul

EIXO	AÇÕES
I. Sistema de bibliotecas	Consolidar a implantação do SiBIFSul; Fortalecer a imagem do SiBIFSul junto à comunidade interna e externa por meio da criação de site, redes sociais, banners físicos e etc; Elaborar plano anual de metas para o SiBIFSul, bem como posterior relatório anual para ser apresentado a PROEN; Dar continuidade aos grupos de trabalho formados; Qualificar o Encontro de Bibliotecas do IFSul; Padronizar os processos e rotinas nas bibliotecas do IFSul.
II. Organização e funcionamento	Ampliar o número de servidoras e servidores nas bibliotecas dos câmpus em fase de implantação. Incluir bibliotecárias e bibliotecários em todos os câmpus; Destinar orçamento anual para aquisição em todos os câmpus;

	Padronizar a vinculação das bibliotecas no organograma dos câmpus; Capacitar às equipes de bibliotecas; Aumentar a equipe com servidoras e servidores efetivos e estagiárias e estagiários.
II. Serviços e produtos	Implementar Repositório Institucional; Elaborar Manual de normalização de trabalhos acadêmicos do IFSul; Implementar o Empréstimo entre Bibliotecas; Ampliar atividades interativas entre bibliotecas e comunidade acadêmica; Desenvolver oficinas para estudantes, servidoras e servidores, tais como Normas da ABNT, uso do Portal de Periódicos Capes, Bases de Dados, Reparo de Livros, dentre outros. Promover o desenvolvimento de eventos culturais, Semana das Bibliotecas, multa solidária, entre outros; Desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão em parceria com os docentes.
IV. Infraestrutura	Qualificar a infraestrutura das bibliotecas em termos de mobiliário, equipamentos e espaço físico; Desenvolver condições de acessibilidade nas bibliotecas para o atendimento de pessoas com necessidades específicas.
V. Acervo	Elaborar uma Política de Desenvolvimento de Coleções do SIBI; Desenvolver o Manual de Catalogação das Bibliotecas do IFSul; Ampliar o acervo de todos os câmpus; Adquirir assinatura de base de dados e coleções de acervo digital de forma sistêmica para os câmpus; Disponibilizar acervo acessível para o atendimento de pessoas com necessidades específicas.

As ações aqui apresentadas são um desafio para o PDI 2020-2024 e precisam ser planejadas a fim de garantir o funcionamento com qualidade e também a modernização e melhoria dos serviços e produtos oferecidos, além de ampliar a capacidade de atendimento das bibliotecas do IFSul. Na maioria dos câmpus, percebe-se com base nos dados apresentados, que o número de servidoras e servidores é insuficiente, levando em consideração o período de funcionamento das bibliotecas, o que impacta diretamente na qualidade e quantidade de produtos e serviços prestados.

Destaca-se que a biblioteca é uma unidade que lida com atendimento ao público durante todo o período que está em funcionamento, portanto é necessário aumento da equipe de apoio às atividades das bibliotecas e investimento em pessoal especializado (cargo de Bibliotecário-Documentalista) para garantir seu amplo funcionamento, principalmente nos câmpus onde não há este profissional para desenvolver as atividades administrativas e técnicas que lhe competem tais como orientação para pesquisas, orientações acerca de normalização de trabalhos acadêmicos, treinamentos de portais de periódicos, desenvolvimento de atividades ligadas à leitura e projetos culturais.

CAPÍTULO 8

GESTÃO DE PESSOAS



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

8. GESTÃO DE PESSOAS

As informações apresentadas neste capítulo foram prestadas pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e pela Pró-reitoria de Ensino. Todos os quantitativos de pessoal têm referência em dezembro de 2019.

8.1 CORPO DOCENTE

8.1.1 Requisitos de titulação

Os requisitos de titulação são determinados de acordo com a área de trabalho para onde a professora ou o professor será nomeada ou nomeado. Conforme a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo 10, o ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, far-se-á no Nível 1 da Classe D I. Em se tratando de provimento efetivo de Professor Titular Livre de que trata o caput do artigo 11 da lei em tela, far-se-á no Nível Único da Classe Titular Livre. Dispõe ainda a lei que, para investidura nesses cargos, exigir-se-á aprovação em concurso público, bem como os requisitos de escolaridade para ingresso nos citados cargos que são:

I - cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: possuir habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente;

II - cargo de Professor Titular Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: deter título de doutorado e dez anos de experiência ou de

obtenção do título de doutorado na área de conhecimento exigida no concurso.

8.1.2 Experiência no magistério e experiência profissional não acadêmica

A experiência profissional da docente e do docente é considerada na realização do concurso, no exercício de suas atividades profissionais e nos procedimentos de avaliação da atividade docente.

8.1.3 Seleção e admissão

A seleção de docentes dá-se a partir da publicação de edital de concurso público para os cargos disponíveis, conforme a disponibilidade no Banco de Vagas Equivalentes, criado pelo Decreto nº 7.312/2010. A elaboração dos editais respeitará as diretrizes estabelecidas no regulamento para processos seletivos e admissão de servidores. As admissões serão feitas conforme a disponibilidade no Banco de Vagas obedecendo à rigorosa ordem de classificação do concurso.

8.1.4 Procedimentos para substituição eventual de professoras e professores do quadro: Professoras Substitutas e Professores Substitutos

Neste caso adota-se um processo público simplificado de seleção, regulado por meio de edital específico. A seleção é realizada por meio de análise de currículo e prova de desempenho técnico-pedagógico, avaliada por comissão de docentes especialistas na área de interesse e pela supervisão pedagógica.

8.1.5 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

O IFSul tem como política de administração manter o corpo docente, bem como o corpo técnico-administrativo, sempre qualificado. Com relação às docentes e aos docentes, este Instituto procura manter, no mínimo, 10% do quadro efetivo afastado para a realização de programas de mestrado e doutorado, contratando professoras e professores substitutos para atender às necessidades de ensino. Mesmo quando não há afastamento integral para a realização de capacitação, existe a flexibilização de horários para que a professora e o professor possam realizar cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação. A política institucional de capacitação está embasada no Decreto nº 94.664/1987 (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos), no Decreto nº 5.707/2006 (Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal) e na Lei nº 12.772/ 2012.

Além disso, a Instituição tem por política liberar docentes para encontros, congressos, visitas técnicas, dentre outros, disponibilizando passagens e diárias, em conformidade com a respectiva disponibilidade orçamentária, e incentiva a troca de horários entre docentes da mesma coordenadoria, de forma que não haja prejuízo às atividades letivas.

Tabela 64 – Corpo Docente do IFSul

DOCENTES - REGIME DE TRABALHO	QUANTITATIVO
Efetivas e Efetivos – Dedicação Exclusiva	966
Efetivas e Efetivos - 40h	6
Efetivas e Efetivos - 20h	-
Substitutas e Substitutos - 40h	169
Substitutas e Substitutos - 20h	-

Tabela 65 – Docentes ativas e Docentes ativos: distribuição por titulação

LOTAÇÃO	GRADUAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
Campus Avançado Jaguarão	-	-	5	14	2	21
Câmpus Avançado Novo Hamburgo	-	-	4	9	8	21
Câmpus Bagé	1	-	5	21	16	43
Câmpus Camaquã	1	-	3	28	15	47
Câmpus Charqueadas	2	-	4	36	21	63
Gravataí	-	-	3	15	6	24
Câmpus Lajeado	-	-	2	9	11	22
Câmpus Passo Fundo	-	-	4	35	22	61
Câmpus Pelotas	6	1	36	199	111	353
Câmpus Pelotas – Visconde da Graça	3	-	10	49	63	125
Câmpus Santana do Livramento	3	-	8	20	3	34
Câmpus Sapiranga	-	-	4	15	12	31
Câmpus Sapucaia do Sul	1	-	-	39	38	78
Câmpus Venâncio Aires	-	-	1	38	10	49
Totais	17	1	89	527	338	972

Tabela 66 – Professoras Substitutas e Professores Substitutos: distribuição por titulação

LOTAÇÃO	GRADUAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
Câmpus Avançado Jaguarão	2	-	1	-	-	3
Câmpus Avançado Novo Hamburgo	-	-	-	3	-	3
Câmpus Bagé	6	-	1	3	4	14
Câmpus Camaquã	4	-	-	3	2	9
Câmpus Charqueadas	4	-	5	3	2	14
Câmpus Gravataí	-	-	1	1	1	3
Câmpus Lajeado	-	-	-	3	-	3
Câmpus Passo Fundo	2	-	1	3	-	6
Câmpus Pelotas	16	-	6	34	9	65
Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	2	-	3	10	4	19
Câmpus Santana do Livramento	4	-	1	-	-	5
Câmpus Sapiranga	-	-	1	2	-	3
Câmpus Sapucaia do Sul	4	-	1	9	1	15
Câmpus Venâncio Aires	1	-	-	5	1	7
Totais	45	-	21	79	24	169

8.1.6 Tutoras e Tutores de educação a distância

O IFSul oferta cursos em vários níveis de ensino (graduação, técnico ou cursos FIC) através da modalidade de Educação a Distância (EaD). Sendo assim, o perfil do corpo docente e de tutoras e tutores, professoras e professores mediadoras e mediadores difere de acordo as especificidades de cada curso. No entanto, qualquer que seja a

especificidade, os recursos humanos devem configurar uma equipe com funções de planejamento, de implementação e de gestão dos cursos a distância. Nessa estrutura, devem estar em constante qualificação e configuram-se como essenciais para uma oferta de qualidade coordenações, docentes, tutoras e tutores, professoras e professores mediadoras e mediadores a distância e presenciais, equipe multidisciplinar e pessoal técnico-administrativo.

Os papéis existentes, o número de estudantes atendidos e o processo do trabalho articulado entre os atores envolvidos nas atividades de EaD do IFSul varia de acordo com o nível do curso e a legislação do programa governamental ou da EaD institucionalizada, sempre primando pela qualidade e pelo atendimento aos requisitos.

Todas e todos com envolvimento no processo EaD passam por seleção conforme requisitos previstos em edital específico de acordo com a oferta dos cursos. Nesses editais é feita avaliação conforme experiências profissionais dos últimos anos, produção científica e tecnológica para a modalidade presencial e/ou para EaD, sobre o planejamento de aula (para a seleção de professoras e professores) e cursos de capacitações realizados nas áreas afins.

8.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

8.2.1 Seleção e admissão

A seleção de pessoal técnico-administrativo em educação é realizada a partir da publicação de edital de concurso público para os cargos disponíveis, com base na disponibilidade de vagas, respeitado o quantitativo autorizado do Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos (QRSTA), criado pelo Decreto nº 7.311/2010. A elaboração dos editais respeitará as diretrizes estabelecidas no regulamento para processos seletivos e admissão de servidoras e servidores. As contratações serão feitas obedecendo à rigorosa ordem de classificação do concurso.

8.2.2 Plano de carreira

O plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação está estruturado de acordo com a Lei nº 11.091/2005 e regulamentado pelos Decretos nº 5.824 e 5.825/2006, além de seus três programas, bem como as alterações contidas na Lei nº 12.772/2012.

8.2.3 Programa de capacitação

A capacitação do corpo técnico-administrativo é concebida como um processo permanente e deliberado de aprendizagem, que utiliza ações de aperfeiçoamento e de qualificação com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais, por meio do desenvolvimento de competências individuais. Essas ações visam ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades de servidores, a fim de aprimorar o desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais, tornando-os profissionais-cidadãos, habilitando-os para a prática de ações de gestão pública e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social do IFSul.

Além disso, a Instituição tem por política liberar as técnicas e os técnicos-administrativos em educação para encontros, congressos, visitas técnicas, dentre outros, disponibilizando passagens e diárias, em conformidade com a respectiva disponibilidade orçamentária, tendo em vista que essa prática proporciona o desenvolvimento e a ampliação dos conhecimentos profissionais.

8.2.4 Programa de avaliação de desempenho

O Programa de Avaliação de Desempenho é concebido como um instrumento gerencial que permite mensurar, quantitativa e qualitativamente, os resultados obtidos pela servidora e pelo servidor ou pela equipe de trabalho, com a finalidade de subsidiar a política de desenvolvimento institucional e da servidora e do servidor. Ele tem por referência critérios objetivos decorrentes de metas institucionais previamente estabelecidas, considerando o padrão de qualidade de atendimento ao usuário, definido pelo IFSul.

O planejamento participativo será uma referência para a construção de novos pro-

cessos de avaliação de desempenho de servidoras e servidores administrativos e docentes. Entende-se que, neste espaço institucionalizado e permanente para construção coletiva de soluções, cada servidora e cada servidor se insere como sujeito do planejamento, se apropria do processo de trabalho e afirma valores e compromissos que lhe permitem o exercício da crítica sobre o próprio desempenho.

8.2.5 Programa de Dimensionamento das Necessidades de Pessoal

O Programa de Dimensionamento das Necessidades de Pessoal propõe o dimensio-

namento e estudo da força do trabalho na Instituição, visando à melhoria das práticas de gestão de pessoas, atendendo às mudanças do atual cenário político social e econômico que impõe novas tendências, demandas e desafios às IFES.

O Programa será constituído pelo processo de identificação, análise e quantificação da força de trabalho necessária ao cumprimento dos objetivos institucionais, considerando a proporção entre quantitativos da força de trabalho e usuárias e usuários; inovações tecnológicas e modernização dos processos

Tabela 67 – Corpo técnico-administrativo ativo: distribuição por classe

LOTAÇÃO	A	B	C	D	E	TOTAL	QRTAE –DECRETO Nº 7.311/2010 (C+D+E)
Câmpus Avançado Jaguarão	-	-	2	3	5	10	10
Câmpus Avançado Novo Hamburgo	-	-	4	3	6	13	13
Câmpus Bagé	-	-	6	12	12	30	30
Câmpus Camaquã	-	-	2	17	10	29	29
Câmpus Charqueadas	-	-	8	19	12	39	39

Câmpus Gravataí	-	-	4	6	7	17	17
Câmpus Lajeado	-	-	2	6	6	14	14
Câmpus Passo Fundo	-	-	8	17	18	43	43
Câmpus Pelotas	15	9	41	97	50	212	188
Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	-	5	22	31	26	84	79
Câmpus Santana do Livramento	-	-	5	10	10	25	25
Câmpus Saporanga	-	-	6	7	12	25	25
Câmpus Sapucaia do Sul	-	1	8	24	17	50	49
Câmpus Venâncio Aires	-	-	7	15	10	32	32
Reitoria	3	-	4	94	87	188	185
Totais	18	15	129	361	288	811	778

Tabela 68 – Corpo técnico-administrativo ativo: distribuição por titulação

LOTAÇÃO	E FUND	MÉDIO	TÉCNICO	GRAD	APERF	ESPEC	MEST	DOUT	TOTAL
Câmpus Avançado Jaguarão	-	1	-	3	-	5	1	-	10
Câmpus Avançado Novo Hamburgo	-	3	-	6	-	2	1	1	13
Câmpus Bagé	-	3	-	9	-	11	5	2	30
Câmpus Camaquã	-	2	-	8	-	18	-	1	29
Câmpus Charqueadas	-	5	2	12	-	13	6	1	39
Câmpus Gravataí	-	2	2	2	-	9	2	-	17
Câmpus Lajeado	-	2	-	4	-	5	3	-	14
Câmpus Passo Fundo	-	1	1	9	-	20	12	-	43
Câmpus Pelotas	2	20	14	55	-	88	28	5	212

Câmpus Pelotas-Visconde da Graça	-	14	3	16	-	22	20	9	84
Câmpus Santana do Livramento	-	2	-	5	-	14	4	-	25
Câmpus Sapiranga	-	2	-	6	-	12	4	1	25
Câmpus Sapucaia do Sul	-	2	2	13	-	24	8	1	50
Câmpus Venâncio Aires	-	3	2	4	-	18	4	1	32
Reitoria	1	6	5	42	-	81	48	5	188
Totais	3	68	31	194	-	342	146	27	811

8.3 EXPANSÃO DO QUADRO DE SERVIDORAS E SERVIDORES PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

Para que as metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, possam ser cumpridas, as Instituições Federais de Ensino – IFEs – necessitam, além de estrutura física e tecnológica, de uma força de trabalho qualificada e em quantidade suficiente para atender, de forma satisfatória, as demandas relativas à atividade finalística e à atividade meio, de forma a viabilizar o seu correto funcionamento.

Com esse objetivo, o Ministério da Educação editou a Portaria nº 246/2016 que instituiu o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas, contemplando as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em seus anexos, a portaria estabelece quantitativos distintos de acordo com a característica e tamanho das unidades acadêmicas e administrativas (Câmpus ou Reitoria).

No entanto, os provimentos dos cargos efetivos são realizados em

conformidade com os Decretos nº 7.311/2010 e nº 7.312/2010, os quais criam o Quadro de Referência dos Servidores Técnicos Administrativos em Educação – QRSTAE e o Banco de Professor Equivalente – BPEq, respectivamente, e autorizam as IFEs a realizar concurso público de acordo com a disponibilidade de códigos de vaga, até os respectivos limites, que são fixados em portaria interministerial, expedida pelos Ministérios da Educação e, atualmente, da Economia.

Tais quantitativos, atualmente determinados pelas Portarias Interministeriais nº 60/2018 e nº 61/2018, ambas publicadas no Diário Oficial da União de 04/04/2018, são insuficientes para atendimento dos quantitativos previstos no modelo de dimensionamento e, conseqüentemente, das necessidades institucionais.

Pretende-se, portanto, durante o período de vigência deste documento, realizar os provimentos de acordo com os limites de cargos previstos na Portaria MEC nº 246/2016, ou documento que venha a ser emitido posteriormente, em caso de ampliação desses quantitativos.

CAPÍTULO 9

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



PDI

PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

JULHO 2020 - DEZEMBRO 2024

9. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O IFSul possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. A Instituição é formada pela Reitoria, com sede na cidade de Pelotas, e por 12 câmpus e 2 câmpus avançados, localizados nas respectivas cidades do Estado do Rio Grande do Sul: Bagé, Camapuã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires.

A Reitoria é o órgão executivo do IFSul, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

Os câmpus do IFSul são administrados por Diretoras ou Diretores de Câmpus e têm suas normas de funcionamento estabelecidas pelo Regimento Geral.

9.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do IFSul está prevista em seu Estatuto e compreende:

I – ÓRGÃOS COLEGIADOS:

- a) Conselho Superior:
 - i) Unidade de Auditoria Interna.
- b) Colégio de Dirigentes.

II - REITORIA:

- a) Reitor;
- b) Vice-reitor;
- c) Gabinete do Reitor;
- d) Pró-reitorias:
 - i) Pró-reitoria de Ensino;
 - ii) Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
 - iii) Pró-reitoria de Extensão e Cultura;
 - iv) Pró-reitoria de Administração e de Planejamento; e
 - v) Pró-reitoria de Gestão de Pessoas.
- e) Diretorias Sistêmicas;
- f) Procuradoria Federal; e
- g) Ouvidoria.

III - CÂMPUS.

As responsabilidades e competências de cada unidade organizacional da Reitoria e dos câmpus estão previstas, respectivamente, no Regimento Geral da Instituição e nos Regimentos Internos de cada câmpus.

O organograma completo está disponível no portal da instituição no endereço <http://organograma.ifsul.edu.br/>.

9.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS

9.2.1 Órgão colegiados superiores

Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFSul, ao qual compete as decisões para execução da política geral, em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto, pelo Regimento Geral e regulamento próprio.

Observadas as disposições da legislação vigente, o Conselho Superior será constituído pelos seguintes membros:

- I - O Reitor, como presidente;
- II - 01 (um) representante dos servidores docentes por câmpus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- III - 01 (um) representante do corpo discente, por câmpus, em funcionamento, eleito por seus pares;
- IV - 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, por câmpus em funcionamento, eleito por seus pares;
- V - 01 (um) representante dos egressos, que não seja membro da comunidade acadêmica, eleito por seus pares;
- VI - 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) das entidades patronais, 01 (um) da entidade de trabalhadores da instituição, 01 (um) do setor público e/ou empresas estatais;
- VII - 01 (um) representante do Ministério da Educação, indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
- VIII - 01 (um) representante do Colégio de Dirigentes por câmpus;

IX - 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, lotados na Reitoria, eleito pelos seus pares;

X - 01 (um) representante dos servidores docentes, eleito entre os membros da CPPD;

XI - 01 (um) representante discente, eleito entre os representantes do movimento estudantil organizado.

Compete ao Conselho Superior:

- I - aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense e dos Diretores-gerais, dos câmpus, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008;
- II - aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Sul-rio-grandense e zelar pela execução de sua política educacional;
- III - aprovar a estrutura organizacional e o Regimento Geral do Instituto Federal Sul-rio-grandense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
- IV - aprovar os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Instituto;
- V - aprovar os planos de desenvolvimento institucional, o projeto político-pedagógico e a organização didática;
- VI - aprovar o Planejamento Anual e apreciar proposta orçamentária anual encaminhada pelo Colégio de Dirigentes;
- VII - aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VIII - apreciar e aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual;
- IX - autorizar a criação e a extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense, bem como o registro de diplomas;

- X - autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- XI - deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, excetuando-se os de primeira via, relativos aos cursos regulares, que deverão ser gratuitos;
- XII - delegar competências deliberativas aos órgãos colegiados do Instituto; e
- XIII - deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e será constituído:

- I - pelo Reitor, como presidente;
- II - pelos Pró-Reitores; e
- III - pelos Diretores de Câmpus.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

- I - apreciar a distribuição interna de recursos;
- II - apreciar as propostas de criação e de extinção de cursos;
- III - apreciar e recomendar as propostas e as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- V - apreciar o calendário acadêmico;
- VI - apreciar as normas de aperfeiçoamento da gestão; e
- VII - apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

9.2.2 Órgãos colegiados acadêmicos

Colegiados dos Cursos

Os colegiados dos cursos são os órgãos permanentes responsáveis pelo planejamento, avaliação e deliberação das ações didático-pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão dos cursos/áreas.

O colegiado de cursos será composto:

- a) pelo coordenador do curso, que será seu presidente;
- b) por, no mínimo, 20% do corpo docente do curso, em efetivo exercício;
- c) por, no mínimo, um servidor técnico-administrativo, escolhido entre os profissionais que atuam diretamente no respectivo curso;
- d) por, no mínimo, um estudante, escolhido entre os matriculados no curso.

Fica assegurada a participação de um supervisor pedagógico na composição do colegiado.

A forma de escolha de membros dos Colegiados de Cursos e suas competências estão previstas na Organização Didática.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe faz parte do processo avaliativo e cada câmpus apresenta formas específicas de realização das reuniões, conforme disposto na Organização Didática.

Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão permanente responsável pela concepção, atualização e acompanhamento do desenvolvimento do projeto pedagógico do curso. O NDE está previsto na Organização Didática.

9.2.3 Comissões permanentes

O quadro a seguir apresenta as Comissões permanentes da Instituição.

Quadro 13 – Comissões permanentes do IFSul

NOME DA COMISSÃO	RESPONSABILIDADE
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Coordenar os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.
Comissão de Ética (CE)	Zelar pelo cumprimento do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.
Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)	Prestar assessoramento à Reitora ou ao Reitor na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.
Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS)	Acompanhar a implementação do plano de carreira.

Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA)	Analisar e deliberar sobre todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que utilizem animais.
Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável	Elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável.

As competências de cada comissão estão elencadas em normativas próprias.

9.2.4 Câmaras do IFSul

Câmara de Administração e de Planejamento

A Câmara de Administração e de Planejamento é órgão de apoio à Pró-Reitoria de Administração e de Planejamento e às Diretorias, Departamentos e Coordenadorias correlatos, com composição e competência definidas por regimento, bem como o seu funcionamento, respeitadas ainda as disposições da Legislação Federal aplicável e do Regimento Geral do IFSul.

É ainda órgão consultivo e propositivo no que tange às Políticas Institucionais de Execução Orçamentária, Financeira, de Administração e de Planejamento.

A composição e as competências da Câmara de Administração e de Planejamento constam em regimento próprio, disponível no portal eletrônico da Instituição.

Câmara de Assistência Estudantil

A Câmara de Assistência Estudantil é um órgão de apoio ao Departamento de Gestão de Assistência Estudantil (DEGAE) e às equipes de Assistência Estudantil dos câmpus, de caráter consultivo e propositivo, com a finalidade de contribuir para a integração dos câmpus na busca de um constante aperfeiçoamento e desenvolvimento das questões relacionadas à Assistência Estudantil (AE).

A composição e o funcionamento da Câmara de Assistência Estudantil estão previstos em regimento próprio, disponível no portal eletrônico da Instituição.

Câmara de Ensino

A Câmara de Ensino é órgão colegiado normativo, deliberativo e de assessoramento para assuntos didático-pedagógicos do IFSul.

As competências, a organização e o funcionamento da Câmara de Ensino constam de regulamento próprio, disponível no portal eletrônico da Instituição.

Câmara de Extensão

A Câmara de Extensão (CAMEX) é um órgão dotado de função consultiva sobre assuntos pertinentes à Extensão, tendo por finalidade subsidiar a Pró-reitoria de Extensão (PROEX) nas questões de na-

tureza extensionista, científica, tecnológica, didático-pedagógica e regimental, exarando pareceres quando solicitado.

O funcionamento, as atribuições e a organização da Câmara de Extensão estão previstos em regulamento próprio, disponível no portal eletrônico da Instituição.

Câmara de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação

A Câmara de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (CPIPG) é um órgão técnico dotado de função consultiva sobre assuntos pertinentes à Pesquisa, à Inovação e à Pós-graduação, tendo por finalidade subsidiar a Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROPESP) nas questões de natureza científica, tecnológica, didático-pedagógica e regimental, exarando pareceres quando solicitado.

A composição e as atribuições da CPIPG constam em Normativa própria, disponível no portal eletrônico da Instituição.

9.2.5 Comitês do IFSul

Comitê de Governança, Riscos e Controles

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é responsável por estabelecer um ambiente institucional de governança, controle interno e gestão de riscos no âmbito do IFSul.

A composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles consta na Portaria nº 1.084/2017, disponível no portal eletrônico da Instituição, e suas competências foram determinadas pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

Comitê Gestor Binacional

O Comitê Gestor Binacional é responsável por implementar e acompanhar a execução das políticas institucionais referentes às ações desenvolvidas para o fortalecimento da região de fronteira Brasil/Uruguai nos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), do Consejo de Educación Técnico Profesional/Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP/UTU) e da Universidad Tecnológica (UTEC).

A composição e as atribuições do Comitê Gestor Binacional constam na Portaria nº 717/2019, disponível no portal eletrônico da Instituição.

Comitê Diretor do Sistema de Gestão Ambiental

O Comitê Diretor do Sistema de Gestão Ambiental é o órgão colegiado técnico, de caráter assessorio e consultivo, responsável por orientar a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e desenvolver ações relacionadas à sustentabilidade ambiental.

Comitê de Governança Digital

O Comitê de Governança Digital é órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, de caráter permanente, que tem por finalidade auxiliar o IFSul na governança de recursos de tecnologia da informação.

A composição, o funcionamento e as atribuições do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação constam em regimento próprio, disponível no portal eletrônico da Instituição.

Comitê Gestor Institucional de Pesquisa e Pós-graduação

O Comitê Gestor Institucional de Pesquisa e Pós-graduação (CGIPP) é um órgão técnico dotado de função consultiva sobre assuntos pertinentes à Pesquisa e Pós-graduação, tendo por finalidade subsidiar a Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PRO-PESP) nos assuntos pertinentes à pesquisa e pós-graduação, além de consolidar-se como espaço de representatividade dos câmpus do IFSul na Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, inclusive exarando pareceres quando solicitado.

A composição e as atribuições do CGIPP constam na Portaria nº 1739/2013, disponível no portal eletrônico da Instituição.

9.3 POLÍTICAS DE GESTÃO DO IFSUL

Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de Acompanhamento de Egressos é pautada na construção de oportunidades de formação continuada, de inserção profissional e cidadã às egressas e aos egressos do IFSul no mundo do trabalho, bem como uma avaliação diagnóstica que subsidie o planejamento institucional.

A íntegra da Política de Acompanhamento de Egressos está disponível no portal eletrônico da Instituição.

Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteia a implementação de ações que promovam o acesso, a permanência e o êxito de estudantes, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

O regulamento da Política de Assistência Estudantil está disponível no portal eletrônico da Instituição.

Política de Extensão e Cultura

A Política de Extensão e Cultura tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da Extensão no âmbito da Instituição, promovendo a

articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental junto às comunidades de abrangência, articulando Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva do desenvolvimento local e regional, em consonância com a legislação vigente para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A íntegra da Política de Extensão e Cultura está disponível no portal eletrônico da Instituição.

Política de Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem por finalidade a adoção de mecanismos que permitam implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos institucionais.

A íntegra da Política de Gestão de Riscos está disponível no portal eletrônico da Instituição.

Política de Inclusão e Acessibilidade

A Política de Inclusão e Acessibilidade é orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e para pessoas com deficiência e defesa dos direitos humanos.

A íntegra da Política de Inclusão e Acessibilidade está disponível no portal eletrônico da Instituição.

Política de Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação estabelece as diretrizes para a segurança da informação, visando preservar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade dos ativos de informação do IFSul, sendo de responsabilidade de todas servidoras e de todos os servidores, tanto pessoal efetivo, substituto e temporário, como colaboradoras e colaboradores, consultoras externas e consultores externos, estagiárias e estagiários, bolsistas e prestadoras e prestadores de serviços, o compromisso com o seu cumprimento.

A íntegra da Política de Segurança da Informação está disponível no portal eletrônico da Instituição.

Política de Sustentabilidade Ambiental

A Política de Sustentabilidade Ambiental visa à implementação e integração de princípios e objetivos que fomentem valores e práticas sociais voltados para a sustentabilidade a serem integrados às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

A íntegra da Política de Sustentabilidade Ambiental está disponível no portal eletrônico da Instituição.

9.4 GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e define critérios e estruturas para disseminar e consolidar a temática de governança na administração pública.

Segundo o referido Decreto, governança pública é conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O IFSul constituiu o seu Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), por meio da Portaria nº 1.084/2017, para institucionalizar o disposto no Decreto nº 9.203 e na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, que especifica as estruturas de governança, riscos e controles internos no âmbito do Poder Executivo Federal.

O CGRC identificou a necessidade de inicialmente promover uma capacitação para a gestão do IFSul nessas temáticas, com o objetivo de sensibilizar para a importância desses assuntos e garantir o comprometimento da gestão na implantação dos instrumentos necessários.

Esse processo de capacitação permitiu ao CGRC propor a Política de Gestão de Riscos do IFSul, a qual foi aprovada por meio da Resolução nº 132/2018 do CONSUP. São objetivos dessa política:

I. assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis do órgão ou entidade, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a organização, inclusive para determinar questões relativas à delegação, se for o caso;

II. aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e

III. agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

Com o objetivo de operacionalizar a implantação da gestão de riscos no IFSul, o CGRC instituiu o Núcleo de Governança, Riscos e Controles (NGRC), um dos agentes previstos na política e publicou a Instrução Normativa nº 01/2019, que dispõe sobre as diretrizes para implementação dessa política no IFSul.

Considerando a complexidade dos processos institucionais e a capacidade de atendimento dos agentes envolvidos na implantação dessa política, o CGRC definiu os primeiros processos a serem trabalhados pelo NGRC para adoção da gestão de riscos. Essa prática pretende priorizar processos críticos e com maior necessidade de avaliação de riscos e estabelecimento de controles internos.

Espera-se que com maior disseminação das informações a respeito da gestão de riscos e com a consolidação desse trabalho, seja estabelecida na instituição uma cultura voltada para a estruturação dos processos, avaliação dos riscos e adoção de controles internos

efetivos, a fim de minimizar as ocorrências que impedem o alcance dos objetivos estabelecidos.

9.5 TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O IFSul instituiu seu Plano de Dados Abertos visando ao aumento da transparência e do acesso às informações públicas, buscando o aprimoramento da governança pública, a melhoria na prestação de serviços públicos e na eficiência administrativa e o fortalecimento da integridade pública. Por meio desse documento foi estabelecida a estratégia para abertura de dados sob sua responsabilidade.

O objetivo geral do Plano de Dados Abertos é promover a abertura de dados do IFSul, garantido o princípio da publicidade e da transparência nas ações realizadas na administração pública e assumindo o compromisso de divulgar permanentemente os dados de interesse público, gerados a partir das diversas atividades realizadas por esta instituição. Dessa forma, estão disponíveis no portal da Instituição dados referentes às áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Administração e Pessoal.

A Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – com o Decreto nº 7.724/2012, regulamentaram o direito de acesso das cidadãs e dos cidadãos às informações públicas, conforme prevê a Constituição Federal. Para gerenciar essas solicitações de informações e respostas das instituições do Poder Executivo Federal, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) criou o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá encaminhar pedidos de

acesso a informações do IFSul. Para tanto, basta acessar o sistema, disponível no portal eletrônico www.esic.cgu.gov.br.

Em relação a informações referentes à execução orçamentária, por integrar a esfera federal, todos os dados da Instituição encontram-se no Portal da Transparência do Governo Federal.

Por fim, acerca dos serviços prestados pela Instituição, encontra-se disponível em seu portal eletrônico a Carta de Serviços ao Usuário. Esse documento apresenta os serviços prestados à comunidade, garantindo a transparência de suas atividades e a orientação quanto aos serviços prestados pelo IFSul.

9.6 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O IFSul instituiu, em 2017, a sua Política de Sustentabilidade Ambiental, por meio da Resolução nº 149/2017 do CONSUP. Esse documento prevê a definição, implementação e integração de princípios e objetivos que fomentem valores e práticas sociais voltados para a sustentabilidade a serem integrados às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

Os princípios que o IFSul observa na aplicação dessa política são:

- Responsabilidade Socioambiental;
- Política dos 5 Rs (Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar);

- Eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P;
- Logística Sustentável; e
- Sustentabilidade.

Para possibilitar o desenvolvimento desses princípios, a política instaura o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) do IFSul, a ser gerenciado pela Coordenadoria de Gestão Sustentável (CGS).

O SGA apresenta-se como todos Programas, Planos, Projetos e Ações que visam desenvolver a sustentabilidade ambiental no IFSul e é estruturado pelo Comitê Diretor (CD-SGA) e pelos Núcleos de Gestão Ambiental Integrada (NUGAIs).

O CD-SGA é um órgão colegiado técnico, de caráter assessorio e consultivo, responsável por orientar a implantação do SGA e desenvolver ações relacionadas à sustentabilidade ambiental. Já os NUGAIs são órgãos de assessoramento concebidos para desenvolver estudos e práticas inovadoras de gestão ambiental, a fim de atender as crescentes demandas e contribuir estrategicamente com as políticas públicas para a sustentabilidade da Instituição, estando presentes nos campi e na reitoria.

Essa forma de organização do IFSul em relação à sustentabilidade ambiental está sendo desenvolvida para estimular e consolidar a temática na comunidade de uma maneira sistêmica.

Uma das formas de comprometimento da instituição quanto à operacionalização do disposto na Política de Sustentabilidade Ambiental é o cumprimento do seu Plano de Logística Sustentável (PLS).

Instituído pela Instrução Normativa nº 10/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o PLS é uma ferramenta que permite ao órgão estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública. Seus eixos de atuação contemplam:

- Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;
- Energia elétrica;
- Água e esgoto;
- Coleta seletiva;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e
- Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Ainda, conforme a instrução, os PLS deverão ser elaborados, monitorados, avaliados e revisados pela Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da instituição.

O IFSul promoveu a reformulação de seu PLS em 2017, com a constituição de uma nova comissão e com uma proposta de elaboração sistêmica e consolidada com a participação da comunidade, por meio dos NUGAIs.

O novo PLS do IFSul foi aprovado em 2018 e ao longo da vigência deste PDI será buscado o alinhamento da atuação estratégica da instituição em relação à sustentabilidade e o cumprimento da sua missão e da política de sustentabilidade ambiental.

O documento está disponível em <http://www.ifsul.edu.br/sustentavel-ifsul/pls>.

9.7 PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

Segundo a Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018, do Ministério da Educação, acervo acadêmico é “o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos”.

O trabalho de digitalização dessa documentação é o que deve ser considerado no projeto de acervo acadêmico em meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a au-

tenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação.

O IFSul está estruturando a realização do projeto do seu acervo acadêmico em meio digital a partir da constituição do comitê gestor, que irá elaborar, implementar e acompanhar a política de segurança da informação relativa ao acervo acadêmico, a qual foi formalizada por meio da Portaria nº 2958/2019.

O referido comitê é composto com as seguintes representações:

- representante da Pró-reitoria de Ensino;
- representante da Pró-reitoria de Administração e de Planejamento;
- representante da Coordenação Sistêmica de Registros Acadêmicos da Pró-reitoria de Ensino;
- representante da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
- representante da Pró-reitoria de Extensão e Cultura;
- representante da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- representante da Diretoria de Desenvolvimento Institucional; e arquivista do IFSul.

Dentre as atribuições desse comitê estão a elaboração do projeto

para implantação do acervo acadêmico em meio digital do IFSul e a realização de estudos para avaliação de sistemas que deem suporte a essa implantação, considerando a possibilidade de desenvolvimento interno pela instituição, disponibilização pelo Governo Federal ou mesmo aquisição ou contratação via processo licitatório.

Espera-se que a partir do trabalho do comitê, o IFSul e estudantes possam obter maiores benefícios quanto à disponibilização, guarda, manutenção e segurança de seus documentos acadêmicos.

CAPÍTULO 10

DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS

10. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRAS

O IFSul detém natureza jurídica de autarquia federal e, dessa forma, a sua sustentabilidade financeira depende dos recursos repassados pelo Governo Federal, que são consignados anualmente no orçamento da Instituição para arcar com as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativos e pensionistas.

O orçamento público é composto por três instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal: o plano plurianual (PPA), de nível estratégico, que estabelece a estratégia de desenvolvimento do país e possui vigência de quatro anos, sendo construído no primeiro ano de cada governo eleito; a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de nível tático, que é o norteador das prioridades anuais; a Lei Orçamentária Anual (LOA), de nível operacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para cada exercício financeiro, tem duração de 12 meses e coincide com o ano civil. O IFSul é parte integrante do Orçamento Geral da União e, assim, obedece às regras impostas pela legislação pertinente.

O orçamento da instituição é consignado na Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja execução fica condicionada à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Assim, estes recursos visam custear todas as categorias de despesas dispostas em lei, tais como custeio, investimento e pessoal. As despesas de custeio são aquelas que atendem os contratos e serviços continuados, materiais de consumo, diárias, passagens, bolsa de ensino, pesquisa e extensão. As despesas de investimento são aquelas destinadas para obras, materiais permanentes e softwares. As despesas de pessoal são para folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas.

A elaboração do orçamento do IFSul se dá a partir da metodologia parametrizada pelo Fórum de Planejamento e Administração – FORPLAN, do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, que serve de base para distribuição do orçamento da Rede Federal.

Inicialmente é utilizada uma matriz, que considera diversos fatores para distribuição dos recursos entre as 41 instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 38 Institutos Federais, 02 CEFETs e o Colégio Pedro II. Os parâmetros utilizados são os dados de discentes matriculados, com base nos dados lançados no Sistema Sistec, utilizando atualmente a base de dados da Plataforma Nilo Peçanha, além de peso do curso, carga horária, tipo de curso, modalidade, FIC/Proeja/Agropecuário e ciclo da matrícula. A equalização de todos os critérios gera dados chamados de matrículas totais, os quais balizam os dados de toda Rede Federal.

Após a etapa preliminar de elaboração dos dados, são iniciadas as discussões entre CONIF e SETEC/MEC, para validação dos valores totais que serão destinados à Rede Federal e aplicados os critérios de distribuição padronizados na Matriz Orçamentária. Os valores aprovados pelo MEC, após demais aprovações do orçamento da União, são consignados na LOA.

A LOA é composta por ações orçamentárias e, no caso do IFSul, as principais ações são destinadas ao atendimento do Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

(Ação 20RL), Restauração e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Ação 20RG), Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de Qualificação e Requalificação (Ação 4572) e Assistência aos Estudantes (Ação 2994).

Além do orçamento previsto na LOA, o IFSul pode obter receita extra orçamentária, proveniente de fomento obtido a partir de projetos de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional. Este recurso pode ser recebido pela instituição através de Termos de Execução Descentralizada (TED), que trata da formalização de instrumento entre entes de mesma esfera ou de Emendas Parlamentares. Ocorre que tanto os TED quanto como as Emendas Parlamentares possuem destinação específica para o projeto no qual lhe deu origem. Sendo assim, não compõem fontes de sustentabilidade das atividades gerais e regulares da instituição, mas surgem como alternativas para o fortalecimento da captação de recursos para a instituição.

A execução do orçamento do IFSul considera o planejamento institucional e tem origem a partir do disposto no PDI, especificamente a fim de garantir o cumprimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão e as ações estabelecidas anualmente pelas unidades.

No IFSul o setor responsável pelas tarefas executivas na área administrativa é a Pró-Reitoria de Administração e de Planejamento (PROAP), cujas principais atribuições estão vinculadas ao planejamento e à execução orçamentária e financeira do Instituto. Como atividade meio, o seu principal objetivo é assegurar que as atividades-fim desenvolvidas pelo ensino, pesquisa e extensão sejam realizadas com excelência, entregando à sociedade um ensino público, gratuito e de qualidade.

Compete à PROAP fazer a gestão financeira e orçamentária do IFSul, que é o conjunto de ações de operacionalização dos recursos orçamentário e financeiro que, orientados pelas diretrizes apresentadas no PDI, visam ao atingimento de metas e objetivos pré-estabelecidos para o alcance de resultados de forma sustentável. Ademais, possui competências sistêmicas de planejar, superintender, orientar, coordenar e fomentar as atividades dos câmpus. Também é responsável por outras áreas essenciais ao processo administrativo, tais como contratos e convênios, aquisição de materiais e equipamentos, compras e licitações, patrimônio e almoxarifado, finanças e contabilidade.

Para o atendimento das demandas, a PROAP conta com duas diretorias e um departamento que promovem todo o suporte necessário para que a Pró-reitoria atenda de forma adequada o bom funcionamento da Instituição: Diretoria de Administração (DIRAD), Diretoria de Planejamento (DIPLAN) e Departamento de Gestão e Controle Administrativo (DEGES).

A maior parcela da execução orçamentária da instituição é descentralizada, possibilitando aos câmpus definir suas prioridades de custeio e investimento. Algumas ações comuns, consideradas sistêmicas, possuem execução centralizada na reitoria. Essa estratégia do IFSul busca a otimização de recursos humanos e financeiros, além de celeridade para os processos. O contexto de cada exercício pode levar a modificações nesse formato, de maneira que a instituição avalie a forma mais adequada de executar o seu orçamento.

O IFSul tem atrelado sua execução orçamentária ao planejamento das ações das unidades definido anualmente, o qual também considera os resultados da autoavaliação institucional. Todos esses

instrumentos contam com a participação da comunidade acadêmica, o que dá um maior respaldo às tomadas de decisão da gestão. Essa execução está disponível para consulta no site da instituição, permitindo o acompanhamento das despesas e a identificação da necessidade de ajustes ou adequações do orçamento disponível.

Nessa perspectiva, apresenta-se uma síntese dos recursos rece-

bidos pela instituição e, para melhor detalhamento da execução orçamentária, serão consideradas três categorias de análise, quais sejam: orçamento de investimento, orçamento de custeio e orçamento pessoal e encargos sociais. Os dados orçamentários que serão descritos neste capítulo, foram extraídos através de relatórios do Tesouro Gerencial. A seguir é exposta a evolução histórica do orçamento.

Tabela 69 – Evolução histórica do orçamento do IFSul no período 2014-2019

ORÇAMENTO LOA E CRÉDITOS SUPLEMENTARES	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Pessoal e encargos sociais	R\$ 223.687.572	R\$ 262.916.315	R\$ 293.814.137	R\$ 334.441.887	R\$ 359.247.851	R\$ 356.644.101
Outras despesas correntes	R\$ 67.891.986	R\$ 70.411.779	R\$ 73.864.236	R\$ 73.973.454	R\$ 72.362.174	R\$ 73.883.048
Investimento	R\$ 30.086.587	R\$ 24.154.903	R\$ 8.215.825	R\$ 7.403.235	R\$ 5.490.903	R\$ 7.062.525
Total	R\$ 321.666.145	R\$ 357.482.997	R\$ 375.894.198	R\$ 415.818.576	R\$ 437.100.928	R\$ 437.589.674

Figura 5 – Orçamento total do IFSul no período 2014 - 2019

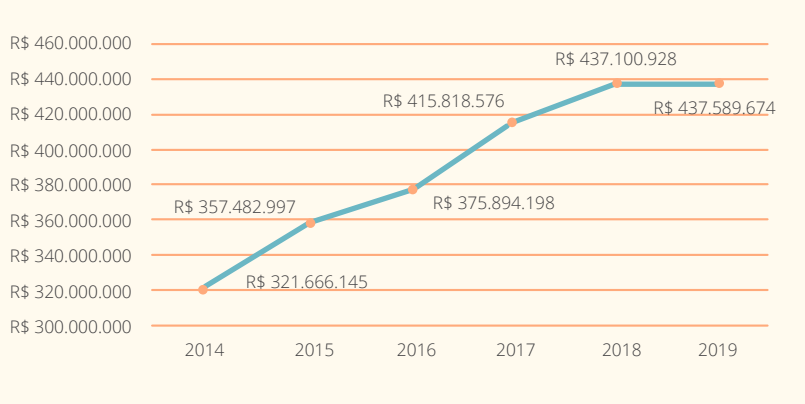
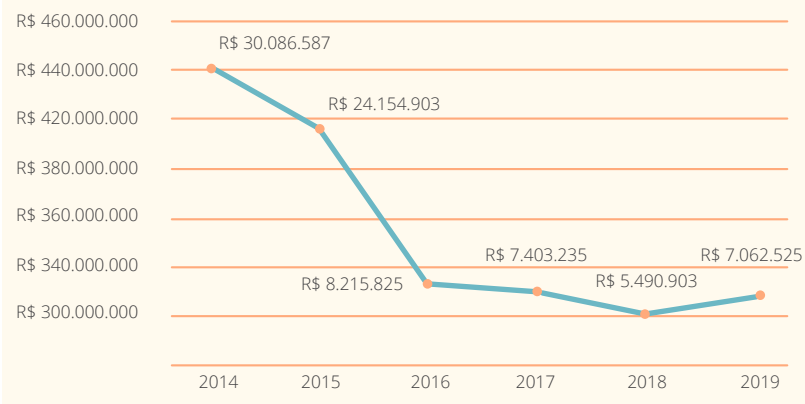


Figura 6 – Orçamento de investimento do IFSul no período 2014-2019



Outra forma de obter recursos de custeio e capital para subsidiar as ações do IFSul é por meio da captação junto aos órgãos de fomento do governo com base em termos de execução descentralizada aprovados para projetos específicos, detalhados em planos de

trabalho e com posterior prestação de contas. Na tabela abaixo são demonstrados os valores obtidos pelo IFSul por meio de descentralizações nos últimos anos.

Tabela 70 – Valores recebidos pelo IFSul por meio de descentralizações no período 2014-2019

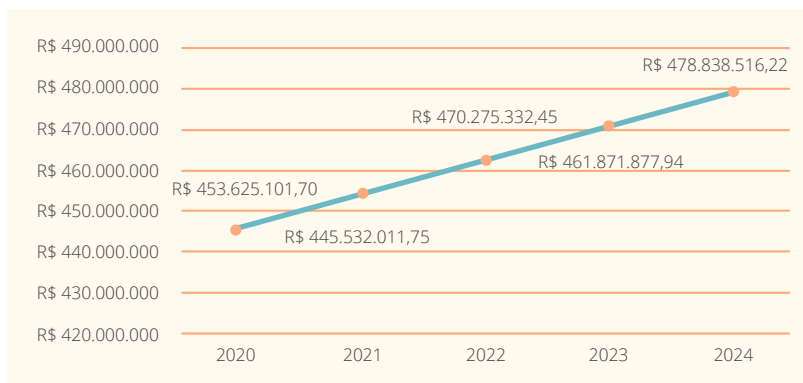
TED	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Outras despesas correntes	R\$ 5.863.336,34	R\$ 1.983.652,11	R\$ 6.238.080,25	R\$ 637.584,00	R\$ 4.270,80	R\$ 3.507.809
Investimento	R\$ 1.999.960,76	R\$ 237.188,18	R\$ 4.746.762,06	R\$ 5.094.710,48	R\$ 6.743.206,34	R\$ 5.324.686
Total	R\$ 7.863.297,10	R\$ 2.220.840,29	R\$ 10.984.842,31	R\$ 5.732.294,48	R\$ 6.747.477,14	R\$ 8.832.495

A elaboração da projeção dos recursos orçamentários que poderão ser aportados ao IFSul, oriundos das Leis Orçamentárias Anuais vindouras, no período que compreende a vigência deste PDI 2020-2024, para o funcionamento e a manutenção do ensino, bem como os investimentos que se façam necessários, utilizou a seguinte metodologia:

- PLOA 2019 – PL 27/2018 – CN;
- As variações médias identificadas, através do histórico do orçamento recebido, e aplicados os percentuais resultantes ao exercício posterior, sendo como base o exercício anterior para aplicação da taxa.

Tabela 71 – Projeção dos recursos orçamentários que poderão ser aportados ao IFSul no período 2020-2024

CATEGORIAS DE ORÇAMENTO	2020	2021	2022	2023	2024
Pessoal e encargos sociais	R\$ 363.776.983,02	R\$ 371.052.522,68	R\$ 378.473.573,13	R\$ 386.043.044,60	R\$ 393.763.905,49
Outras despesas correntes	R\$ 74.621.878,48	R\$ 75.368.097,26	R\$ 76.121.778,24	R\$ 76.882.996,02	R\$ 77.651.825,98
Investimento	R\$ 7.133.150,25	R\$ 7.204.481,75	R\$ 7.276.526,57	R\$ 7.349.291,84	R\$ 7.422.784,75
Total	R\$ 445.532.011,75	R\$ 453.625.101,70	R\$ 461.871.877,94	R\$ 470.275.332,45	R\$ 478.838.516,22

Figura 7 – Orçamento projetado para o IFSul no período 2020 - 2024

Nas projeções não foram considerados os recursos orçamentários oriundos de Emendas Parlamentares de Bancada ou Individuais, tendo em vista que não é possível prever os valores destinados por parlamentares que cumprem mandato a cada ano.

Como estratégia para se obter eficiência e eficácia na gestão econômico-financeira do IFSul, propõem-se as seguintes ações para o período 2020-2024:

- a) consolidar a interlocução entre a gestão e a comunidade, a fim de garantir transparência às ações institucionais;
- b) equalizar e otimizar a estrutura física, os serviços essenciais de funcionamento e o quadro de pessoal nos câmpus e reitoria;
- c) manter e implementar capacitação de servidores, com foco na gestão pública, para melhoria contínua dos processos e atividades;

d) propor a melhoria dos gastos fixos com custeio, com a definição de padrões e metas que objetivem maior flexibilidade em investimentos nas atividades fins da instituição, de ensino, pesquisa e extensão;

e) realizar estudos das previsões de receitas e fixações de despesas nos câmpus e reitoria, tendo por base métodos que fortaleçam o planejamento institucional e a avaliação de indicadores, em especial os utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e

f) desenvolver indicadores próprios de desempenho com vistas a acompanhar a performance da Instituição e, a partir deles, decidir quais decisões tomar para que os resultados sejam melhorados.

CAPÍTULO 11

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento institucional fazem parte do ciclo de desenvolvimento institucional, que se inicia com a elaboração do PDI. Muito além de uma exigência legal, o documento representa um grande desafio para a instituição: o de estabelecer uma cultura de planejamento, de monitoramento e de avaliação. Por isso, é de extrema importância a construção coletiva do documento, proporcionando espaços de discussão que agreguem toda a comunidade acadêmica, levando à definição de objetivos e iniciativas estratégicas orientados pelos princípios e fundamentos institucionais.

Considerando o período de vigência do PDI, os objetivos definidos na construção do planejamento estratégico devem pautar as ações desenvolvidas pela instituição durante os 5 anos de sua execução. A busca pelo cumprimento desses objetivos auxiliará a instituição a atingir a visão e a missão institucional.

Para que o IFSul possa acompanhar o avanço na busca de seus compromissos com a sociedade é importante que se estabeleça uma avaliação formal do PDI. As informações geradas por um sistema de avaliação permitem verificar, ao longo do tempo, a eficiência e a eficácia do planejamento estratégico, colaborando para a correção dos rumos necessários desse planejamento. A avaliação do PDI é um processo que visa garantir um desempenho institucional adequado ao atendimento das demandas sociais.

Como forma de acompanhar e avaliar o PDI 2014-2019, a instituição

desenvolveu um sistema de indicadores, que consiste em um método padronizado a ser repetido anualmente, permitindo identificar em quais pontos o IFSul vinha obtendo bons resultados e em quais era necessário empenhar maiores esforços. Para a avaliação do PDI 2020-2024 é importante que a instituição estabeleça, já no primeiro ano de vigência do plano, um sistema de medição de desempenho com base nos objetivos estabelecidos, de forma a possibilitar a apuração dos resultados obtidos e auxiliar no processo de tomada de decisão.

Outro processo importante de acompanhamento do desenvolvimento institucional se dá pela avaliação interna, ou autoavaliação institucional, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), um processo que tem como principais objetivos produzir conhecimento, reavaliar de forma crítica, sistemática e comprometida o conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

Dessa forma, o processo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, que acontece por meio desses dois processos estreitamente relacionados, o acompanhamento do PDI

e a autoavaliação institucional, tem como fim auxiliar o IFSul na melhoria da qualidade dos processos educativos de ensino, pesquisa e extensão, tendo como foco a sua missão institucional.

11.1 Acompanhamento, avaliação e atualização do PDI

Para realizar de forma efetiva o acompanhamento e a avaliação do PDI do IFSul, o processo será coordenado pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional (DDI), conforme previsão regimental. No entanto, esse movimento deve envolver a instituição como um todo e algumas instâncias terão papel fundamental no acompanhamento da implementação da estratégia institucional, como a alta gestão e os órgãos colegiados.

Considerando a necessidade de adequação do planejamento às possíveis mudanças nos ambientes internos e externos, aos resultados alcançados e aos eventuais desvios na atuação institucional com relação aos objetivos estabelecidos no PDI, é fundamental que a avaliação ocorra de forma tempestiva, permitindo assim correções e ajustes na sua execução. Para isso, a revisão do PDI deverá ser realizada anualmente, contemplando, ao menos:

- I. a avaliação do Planejamento Estratégico, abrangendo os indicadores, metas e iniciativas estratégicas, tendo como referência metodologia a ser definida no primeiro ano de vigência do PDI;
- II. a revisão do Plano de Oferta de Cursos e Vagas, considerando as condições mínimas para abertura dos cursos e ampliação de vagas, assim como disponibilidade orçamentária; e

- III. a atualização dos demais capítulos do PDI, considerando possíveis mudanças de contexto institucional e alterações na legislação.

11.2 Monitoramento e Avaliação do Planejamento Estratégico

O monitoramento e avaliação do Planejamento Estratégico do IFSul consiste em acompanhar, de forma sistemática, o desenvolvimento das iniciativas estratégicas propostas, de modo a assegurar o alcance dos resultados previstos e, por conseguinte, o cumprimento dos objetivos estratégicos.

Considerando a nova metodologia adotada para a elaboração do Planejamento Estratégico do IFSul, no primeiro ano de vigência do PDI 2020-2024, ficará a cargo da DDI promover a discussão e construção de um método que permita avaliar o cumprimento dos objetivos e das iniciativas pactuadas. Buscando envolver a comunidade nesse processo, é importante que seja realizada a comunicação do desempenho institucional, com a divulgação da evolução dos indicadores e metas.

11.3 A Autoavaliação Institucional

A avaliação interna é um dos processos previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861/04, com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

A autoavaliação institucional consiste em um processo contínuo, por meio do qual a instituição aprofunda o conhecimento sobre sua própria realidade, buscando melhorar a qualidade dos seus processos educativos e alcançar maior relevância social. Para isso, é necessário sistematizar e analisar diversas informações, buscando identificar o significado de suas realizações, desvendando as formas de atuação e organização, identificando pontos fortes e pontos fracos, ameaças e potencialidade, além de estabelecer estratégias para superar os seus problemas. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável por coordenar os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, de acordo com as diretrizes do SINAES. Entre os objetivos imediatos da avaliação implementada pela CPA está o de fornecer subsídios, segundo critérios preestabelecidos, para a autorização e reconhecimento de cursos e para o credenciamento e credenciamento de instituições.

Com regulamento próprio, também aprovado pelo órgão máximo da instituição, a CPA é composta por representantes eleitos dos três segmentos - docentes, discentes e técnicas e técnicos-administrativos -, além de representantes da sociedade civil, que são responsáveis pela implementação da avaliação interna em cada câmpus e na instituição como um todo.

A CPA organiza os procedimentos e instrumentos para a autoavaliação, em observância às dimensões propostas pelo SINAES para avaliações internas e externas, contemplando:

- Missão e PDI;

- Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão;
- Responsabilidade social da IES;
- Comunicação com a sociedade;
- Políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo;
- Organização de gestão da IES;
- Infraestrutura física;
- Planejamento de avaliação;
- Políticas de atendimento a estudantes; e
- Sustentabilidade financeira.

A cada ano são realizados seminários, estudos, reuniões e debates para sensibilizar a comunidade da importância da participação na autoavaliação institucional. Os instrumentos de avaliação propostos pela CPA são disponibilizados a toda comunidade acadêmica e, após coletados, os dados são tabulados e analisados por pesquisadoras e por pesquisadores. O relatório oriundo desse processo serve à gestão e à comunidade acadêmica como suporte para a proposição de melhorias e subsidiam o processo do planejamento institucional.



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Sul-rio-grandense

